



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**LARISSA ALMEIDA CUSTÓDIO DA SILVA**

**FEMINISMOS DE PRIMEIRA ONDA NO CEARÁ: PARADOXOS E  
POSSIBILIDADES A PARTIR DAS DISPUTAS PELO VOTO FEMININO NA  
IMPRENSA (1900-1933)**

**FORTALEZA**

**2019**

LARISSA ALMEIDA CUSTÓDIO DA SILVA

FEMINISMOS DE PRIMEIRA ONDA NO CEARÁ: PARADOXOS E POSSIBILIDADES  
A PARTIR DAS DISPUTAS PELO VOTO FEMININO NA IMPRENSA (1900-1933)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Rita Fonteles Duarte.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S581f Silva, Larissa Almeida Custódio da.  
Feminismos de Primeira Onda no Ceará : paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na Imprensa (1900-1933) / Larissa Almeida Custódio da Silva. – 2019.  
152 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte .
1. Feminismos. 2. Voto feminino . 3. Disputas . 4. Imprensa . I. Título.

CDD 900

---

LARISSA ALMEIDA CUSTÓDIO DA SILVA

FEMINISMOS DE PRIMEIRA ONDA NO CEARÁ: PARADOXOS E POSSIBILIDADES  
A PARTIR DAS DISPUTAS PELO VOTO FEMININO NA IMPRENSA (1900-1933)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Rita Fonteles Duarte (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maise Caroline Zucco  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A Marconi Coelho Reis (*in memoriam*)

Por ter despertado em mim o amor pela

História e pela poesia

Por ter dito que caminharia comigo

E mesmo tendo partido

Permanece.

## AGRADECIMENTOS

“Estilhaça a tua própria medida”  
(Hilda Hilst)

Há pessoas, circunstâncias e oportunidades que impulsionam o nosso estilhaçar, o nosso reinventar, o nosso ser (inconformado) no mundo. A elas, direciono estas palavras, sabedora e consciente de que os passos aqui trilhados foram dados de mãos dadas.

Ao Deus amoroso e acolhedor em quem acredito, pela companhia leve e segura em todos os instantes.

A todos aqueles que considero minha família, apoiadores silenciosos e constantes, que me ofereceram todas as bases possíveis para a minha formação intelectual. Em meio às dificuldades, sacrifícios, incentivos, pequenas vitórias, eu continuei devido a vocês. Não cito nomes, pois elas e eles se reconhecerão nestas linhas.

Ao Victor, meu amigo e amor, por ter sido um incentivador de longa data e, nestes últimos anos, uma base incondicional aos meus passos de liberdade, independente da direção a que eles se voltem.

A Ana Rita Fonteles Duarte que, antes de orientar este trabalho e abraçar suas constantes reelaborações, foi coordenadora do PIBID de Educação em Direitos Humanos: gênero e sexualidade na escola, programa que tornou possível modificar minha percepção sobre o mundo e me reconhecer feminista.

A Maise Zucco e Mário Martins, membros das bancas de qualificação e de defesa, pelas contribuições valiosas que alargaram as possibilidades deste trabalho.

Ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, por suas professoras e professores, por sua base intelectual e humana.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento desta pesquisa.

“O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.” (Mia Couto)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de constituição de feminismos de Primeira Onda no Ceará nas três primeiras décadas do século XX (1900-1933) por meio da imprensa, tendo as disputas pelo/sobre o voto feminino como fio condutor da investigação. Como bandeira que ganhou força e robustez no interior das reivindicações que marcaram uma “Primeira Onda” feminista, os debates em torno da cidadania política das mulheres mobilizaram amplas parcelas da sociedade, suscitando argumentos, justificativas, posicionamentos múltiplos e, sobretudo, embates. Na esteira destes debates sobre o voto, outras discussões, pautas e práticas se constituíam no Ceará, razão pela qual se prefere falar de feminismos. Portanto, empreende-se esta análise buscando encarar o voto feminino em seu caráter de disputas historicamente ressignificadas e o próprio feminismo, enquanto conceito e movimento, como uma arena de lutas em aberto no Ceará. Para tanto, foram utilizadas como fontes: periódicos editados e circulantes no Ceará ao longo deste recorte temporal, como também, de forma pontual, revistas, alguns livros, discursos, códigos legislativos e notícias de jornais de outros Estados do Brasil.

**Palavras-chave:** Feminismos. Voto feminino. Disputas. Imprensa.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the process of formation of First-Wave feminisms in Ceará, on the first three decades of the twentieth century (1900-1933) through the press, following the disputes over/around the women's suffrage as the central thread of the investigation. As a banner that gathered strength and reach within the demands that marked a "First-Wave" feminism, the debates around women's political citizenship mobilized large portions of the society, raising arguments, justifications, multiple stances, and, above all, clashes. In the wake of those debates around the right to vote, other discussions, guidelines and practices were constituted in Ceará, this being the reason why we prefer to use "feminisms". This research seeks to understand the women's suffrage in its aspect of historically re-signified disputes and feminism itself, as a concept and movement, as an arena of open, unfinished struggles in Ceará. To the end, periodicals edited in Ceará along the chosen time frame, as well as magazines, books, speeches, legislative codes, and news from newspapers from other States of Brazil were used as sources.

**Keywords:** Feminisms. Women's suffrage. Disputes. Press.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LEC	Liga Eleitoral Católica
PSD	Partido Social Democrático
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
PCB	Partido Comunista Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 PERFILANDO PARADOXOS.....</b>	<b>16</b>
2.1 ALBA VALDEZ: UMA MULHER EM MOVIMENTO.....	16
2.2 HENRIQUETA GALENO: MULHER PÚBLICA A FAVOR DO FEMINISMO.....	32
2.3 RACHEL DE QUEIROZ E OS FEMINISMOS: ENTRE AVERSÕES E IDENTIFICAÇÕES.....	44
<b>3 “EDÉN SEM ADÃO”: PAPÉIS DE GÊNERO E O MEDO DAS FRONTEIRAS VIOLADAS.....</b>	<b>63</b>
3.1 “AS MULHERES, OS HOMENS, O FUTURO”: A DESORDEM COMBATIDA NA IMPRENSA.....	64
3.2 A PARTIR DO PRIVADO, PROTAGONISTAS DO PÚBLICO: O DIVÓRCIO COMO UMA QUESTÃO FEMINISTA.....	78
3.3 “DESTEMPERADA INNOVAÇÃO”: O VOTO FEMININO EM DEBATE.....	88
<b>4 O VOTO FEMININO EM DISPUTA: A NOVA DINÂMICA ELEITORAL.....</b>	<b>105</b>
4.1 CORPO QUE ELEGE E NÃO SE ELEGE: LIGA ELEITORAL CATÓLICA E O VOTO FEMININO.....	112
4.2 MULHER VOTA EM MULHER: PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO E O VOTO FEMININO.....	128
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>145</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>151</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Michel de Certeau (2017), refletindo sobre o corte inaugurador da escrita histórica, arrematou, concisa e simplesmente, dentre tantas outras sentenças, que “a atualidade é o seu começo real”. É com essas palavras, que podem soar aos ouvidos contemporâneos como óbvias e evidentes o suficiente para serem repisadas num texto histórico, que inicio esta escrita e parto delas para demarcar as posicionalidades desta análise e as minhas próprias, ou, para utilizar o linguajar de Certeau, “a evidenciação da particularidade desse lugar de onde falo”.<sup>1</sup>

Tais demarcações se tornam pertinentes e, sobretudo, necessárias, tendo em vista o contexto tensionado em que estas linhas foram elaboradas e reelaboradas, embates cujos pontos sensíveis e mobilizadores guardam significativas relações com o período aqui analisado, entre contingentes movimentos de aproximações e distanciamentos. Hoje, tal como nas primeiras décadas do século XX, feminismo e como ele é interpretado e significado não se constitui numa unanimidade, mas numa arena de lutas. Guardando-se as devidas particularidades contextuais, são disputas que mobilizaram e mobilizam a um só tempo e em diferentes proporções a reconfiguração de padrões sociais e de gênero, debates identitários, forja de representações e relações de poder.

O corte de análise aqui empreendido, desta forma, localizou-se na busca por compreender o processo de constituição de feminismos de Primeira Onda no Ceará nas três primeiras décadas do século XX por meio da imprensa. Feminismos, porque os contatos e redes, os movimentos, as táticas<sup>2</sup> e as pautas apontavam para uma pluralidade de práticas ensaiadas por mulheres nas fronteiras do público/privado, ao mesmo tempo em que as próprias definições de feminismo estavam sob disputa, não uma disputa dual, opositores *versus* simpatizantes, mas disputas internas, no interior desses próprios grupos e entre mulheres identificadas como feministas. Disputas que sinalizavam, em maior ou menor grau, uma sociedade em transformação, tensionada em suas fronteiras definidoras de práticas, experiências, papéis e corpos como sendo femininos ou masculinos. Limites consagrados, entendidos como fixos, naturais, invioláveis, como elementos de coerência e

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

<sup>2</sup> Entende-se por tática, as práticas dessas mulheres com vistas a transformar ocasiões em seu favor, ensaiando possibilidades de pequenos ganhos, movimentações, deslocamentos, a partir da utilização dos elementos do terreno em que se moviam. Como não tinham um lugar de poder na ordem de uma sociedade generificada, poderiam se utilizar de “lugares socialmente permitidos” para seus sexos como forma de ultrapassá-los, expandindo seu raio de trânsito e atuação para além deles. Cf.: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

como a própria condição para a ordem, razão pela qual atravessá-los, desrespeitá-los, violá-los, de forma inconsciente ou deliberada, seria colocar sob suspeição e em perigo as próprias bases das relações numa sociedade atravessada pelo gênero.

Nesse sentido, movimentações feministas com vistas a pleitear direitos ou mesmo a ocupar espaços na esfera pública – constituída, segundo Carole Pateman (1993) pelos homens e para os homens<sup>3</sup> – poderiam ser encaradas, como de fato foram, como sinais iminentes de uma sociedade desordenada, de mulheres proeminentes, homens preteridos, de relações “absurdamente” invertidas quanto ao exercício do poder: com as mulheres por cima, o futuro era representado sob as cores do riso e do risco.

Mobilizar a categoria de gênero como aporte analítico neste esforço de reflexão, parte do entendimento de que esse marcador tem sido operacionalizado, historicamente, como elemento estruturante das relações sociais e de poder,<sup>4</sup> e que diferenças percebidas entre os corpos – diferenças materiais – foram e são significadas e valoradas socialmente, de modo que a experiência concreta dos sujeitos, no interior de uma sociedade que atribui pesos e significações desiguais à materialidade de seus corpos, não pode ser compreendida sem uma relação com o sexo que possuem.<sup>5</sup> Significações que desembocam na configuração de normas, expectativas, limites eminentemente históricos, frágeis, instáveis, do contrário, não seria necessária uma constante reiteração destas mesmas regulações, provindas de diferentes instâncias sociais, a fim de que permaneçam inteligíveis, aceitáveis e realizáveis como padrões que devem ser seguidos.<sup>6</sup>

Localizar a presente análise no interior do que se convencionou denominar de “Primeira Onda do Feminismo”, momento do movimento centrado na reivindicação de direitos políticos, sociais e econômicos que teria se desenvolvido a partir do final do século XIX<sup>7</sup>, e que no Brasil teve a conquista do voto feminino, em 1932, como corte delimitador, requer que esta estruturação do feminismo em ondas seja utilizada com as devidas críticas ou, no caso, com as necessárias nomeações.

Assim, para fins de delimitação, reconhecendo que as experiências aqui

---

<sup>3</sup> PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

<sup>4</sup> SCOTT, Joan Walach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul. /dez. 1990, p. 86.

<sup>5</sup> OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio/agosto 2008, p. 309-310.

<sup>6</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In: LOURO, Guacira Lopes. (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 154.

<sup>7</sup> PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

analisadas não são universais, relativas a uma totalidade de mulheres e igualmente válidas para todas, demarca-se a posicionalidade das mulheres envolvidas nas reivindicações trabalhadas e as principais afetadas por elas: um feminismo branco, devidamente nomeado, marcado, tornado específico. Como ressalta María Luisa Femenías, tais demarcações e especificações perpassam a necessidade de se construir e de se comunicar um conhecimento situado, constituído a partir de determinado ponto de vista, onde tanto o objeto da análise quanto o sujeito que a empreende não são objetivos, mas concretos, históricos. Operação elementar para a construção de um saber marcado, que, ao se construir enquanto tal, expõe a falsa neutralidade de uma ciência que se afirma objetiva, mas que pode ser utilizada para a construção e o reforço de desigualdades.<sup>8</sup>

De início, o objetivo da pesquisa pretendeu focar na conquista dos direitos políticos femininos, de forma a compreender como esse processo se desenvolveu no Ceará. O progressivo contato com as fontes, no entanto, apresentou outras possibilidades, mais amplas e, sobretudo, mais intrincadas. Fontes sinalizadoras de que no Ceará não somente o voto feminino estava em debate, mas, que enredadas nas teias e pretextos do voto, esse tema fermentador, outras pautas se robusteciam, ganhavam adesão, eram constituídas e elaboradas enquanto questões feministas: divórcio, tratado minunciosamente por Adília de Albuquerque Moraes (1874-1942), e emancipação econômica, principal bandeira de Henriqueta Galeno (1887-1964). Por entender que o voto feminino se constituiu num fio condutor, embora não único, dos debates de então e da presente análise, o recorte temporal se estende da virada do século XIX para o XX até maio de 1933, mês e ano das primeiras eleições realizadas após a aprovação do voto, instituído em fevereiro de 1932. Pelas pesquisas bibliográficas realizadas até o presente momento, no campo da História a conquista dos direitos políticos femininos no Ceará é um tema pouquíssimo investigado. As menções existentes são pontuais, geralmente trabalhadas de forma tangencial no interior de outros trabalhos cujo foco não é o voto feminino ou os Feminismos de Primeira Onda no Ceará. Assim, ao pretender analisar o processo de constituição de Feminismos de Primeira Onda no Ceará a partir das disputas pelo voto feminino, essa pesquisa histórica transitou por um caminho até então inexplorado, razão pela qual se demarca a originalidade das reflexões aqui empreendidas.

Para explorar um cotidiano de tramas que expressavam em diferentes proporções medos, entusiasmos, expectativas, aversões e identificações em relação aos

---

<sup>8</sup> FEMENÍAS, María Luisa. **Epistemología feminista**: la falacia del conocimiento objetivo, S/ info. p. 1-21.

múltiplos feminismos, a imprensa se constituiu num terreno fértil para tal. Nos jornais e pelos jornais esses debates encontraram materialidade e apelo social, mobilizados para diferentes fins por mulheres, homens e entre eles: para qualificar, desqualificar, traçar e reforçar padrões, reforçar padrões para subvertê-los, traçar pedagogias, fugir das pedagogias, conter movimentos de mudança, ensaiar possibilidades de mudança. Disputadas no campo da escrita, a imprensa se constituía também numa arena – poderosa – de lutas. Dentre os periódicos, menciona-se: *O Jornal do Ceará*, *A Cidade*, *A Lucta*, *A República*, *A Razão*, *O Ceará*, *A Rua*, *A Ordem*, *A Esquerda*, *O Nordeste e O Povo*, acessados por meio dos acervos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, da Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza, do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e da Biblioteca Nacional Digital, plataforma da Fundação Biblioteca Nacional.

A pesquisa está estruturada em três partes. No primeiro capítulo, serão perfiladas algumas mulheres cearenses: Alba Valdez (1874-1962), Henriqueta Galeno e Rachel de Queiroz (1910-2003), de modo a compreender como elas, a partir de suas posicionalidades, se relacionaram com as transformações nos padrões de gênero característicos de seus contextos, bem como suas relações com os feminismos que se constituíam e eram constituídos por elas, em suas adesões, afinidades, negações, hesitações, paradoxos. Tomar tais mulheres como pontos de partida se configurou também numa operação de recorte, numa escolha, visto que não existiam apenas esses três nomes femininos vivenciando e construindo aquele contexto de mudanças. Num primeiro momento - e explicitando que as condições materiais da pesquisa apontavam a existência de mais informações sobre elas do que sobre outras - procurou-se acompanhar os fios que as ligavam de alguma forma às discussões sobre o feminismo que sacudiam aquelas primeiras décadas do século; ao longo da investigação verificou-se que esses fios eram mais complexos e emaranhados do que se supunha, nem sempre estáveis, nem sempre coerentes, mas eminentemente multifacetados.

Colocando-as sob as lentes desta investigação, procurou-se fugir da necessidade de classificá-las ou tentar encaixar suas práticas, sob todos os custos, nos moldes de um “feminismo nacional”. Ao invés disso, buscou-se acompanhar suas relações com o feminismo a partir de seus movimentos, seu espriar, suas próprias elaborações. Não as submeter, de antemão, a esquemas, mas estabelecer uma receptividade para o que seus discursos apontavam. Tal postura metodológica abriu possibilidades para analisar as relações, aproximações e/ou distanciamentos, contatos e redes estabelecidos com outras

práticas feministas, territorializadas principalmente na região Sudeste, mas também e, especialmente, para a singularidade e potência das elaborações forjadas no Ceará.

No segundo capítulo, serão explorados as tensões, os medos, a preocupação compartilhada de uma sociedade desestabilizada quanto às fronteiras do gênero. Nesse sentido, serão enfocadas experiências femininas que colocavam em perigo essas fronteiras e, em paralelo a isso, como movimentos por novos direitos foram alvo de tentativas de desqualificação no campo da imprensa por parte de críticos, em sua maioria homens, notadamente em relação ao voto feminino. Na esteira dessas discussões, tentar-se-á acompanhar ainda como o termo “feminismo”, condensador de múltiplos significados e valorações ao longo daquela temporalidade, disputado e mobilizado de diferentes formas pelos sujeitos, foi sendo elaborado e reelaborado enquanto um conceito em aberto, em construção.

No terceiro e último capítulo, serão esmiuçadas as disputas sobre o voto feminino após a sua aprovação. Analisar-se-á como tais disputas não se encerraram com sua legalização, mas foram ressignificadas diante de um inédito e significativo contingente eleitoral representado pelas mulheres no estado. Para tanto, tomando-se os dois partidos políticos vencedores do pleito de 1933, que elegeram sozinhos os 10 representantes do Ceará para a Assembleia Nacional Constituinte – Liga Eleitoral Católica (LEC) e Partido Social Democrático (PSD) – será analisado como ambos mobilizaram os votos das mulheres por meio de seus porta-vozes na imprensa, jornais *O Nordeste*<sup>9</sup> e *O Povo*<sup>10</sup>, respectivamente: quais os argumentos, os chamamentos, os espaços de poder reservados a elas em suas plataformas, as polêmicas gestadas a partir do voto feminino tornado ponto confluyente de suas disputas.

---

<sup>9</sup> Fundado em Fortaleza, em junho de 1922, como periódico católico intimamente ligado à Arquidiocese. Pertencia à empresa Editora de Autores Catholicos – Edições e livraria, propriedade de Idelfonso Araújo e Cia. Tinha Idelfonso Araújo como diretor, Andrade Furtado como redator-chefe e dentre os nomes que colaboravam em suas páginas cita-se Padre Tabosa e Luís Sucupira. Circulou até 1967.

<sup>10</sup> Fundado em Fortaleza em 1928 pelo jornalista Demócrito Rocha, que também era seu diretor. Seu redator-secretário era Paulo Sarasate. Posicionava-se como apoiador dos ideais da “Revolução de 1930”.

## 2 PERFILANDO PARADOXOS

Algumas mulheres, algumas décadas, disputas, fissuras, fronteiras, limites tensionados e muitos paradoxos. Paradoxos não porque suas ações fossem deliberadamente traçadas como incoerentes, contraditórias ou desprovidas de nexos, visto que os sujeitos geralmente atribuem algum sentido às suas ações e elaborações, mas porque socialmente elas e seus posicionamentos poderiam ser entendidos dessa forma, como paradoxais. Nas primeiras décadas do século XX, onde uma ideia de modernidade adquiria contornos reais em Fortaleza, e transformações materiais e simbólicas forjavam e modificavam percepções acerca da cidade e das relações nela estabelecidas, estas mulheres atuaram e se construíram enquanto agentes. Encará-las como arenas históricas não significa, segundo Joan Scott (2002), enxergar nelas sujeitos modelares ou mulheres extraordinárias, mas atender para as diversas e complexas formas pelas quais elas se constituíram em sujeitos históricos, entre embates, diálogos ou conformações, nos limites e possibilidades de suas humanidades.<sup>11</sup> Mulheres entendidas ainda a partir de seus lugares sociais, brancas, escolarizadas, social e economicamente favorecidas. Tais características são mais do que aspectos meramente informativos; cumprem a função de nomear e localizar suas elaborações e experiências, tornando-as específicas, situadas, não universais.

Nessa onda de mudanças, feminismo, um conceito em elaboração e em constante disputa, poderia ser entendido e mobilizado de diferentes formas, defendido algumas vezes, rechaçado tantas outras, mas sempre presente como parte indispensável de um contexto onde as mudanças vivenciadas nas relações de gênero desestabilizavam as consagradas fronteiras que definiam e reforçavam padrões de feminilidades e masculinidades. Por meio de Alba Valdez, Henriqueta Galeno e Rachel de Queiroz tentar-se-á compreender e elaborar a profundidade dessas transformações onde os debates sobre o voto feminino encontravam terreno.

### 2.1 Alba Valdez: uma mulher em movimento

---

<sup>11</sup> SCOTT, Joan Walach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

A província de Fortaleza vinha conhecendo, nas últimas décadas do século XIX, um crescente movimento de valorização da cultura escrita. Segundo Luciana Andrade de Almeida (2008), os impressos adquiriram um novo valor na consciência pública na medida em que acompanhavam o desenvolvimento urbano, esboçavam possibilidades de emancipação para mulheres e homens e se constituíam em portas de inserção de escritores na carreira produtiva, bem como dilatavam o “horizonte moral e espiritual” das classes média e alta fortalezense do final dos oitocentos. Essa valorização poderia ser vislumbrada, por exemplo, no crescente número de obras importadas da Europa, no aumento de livrarias em funcionamento na cidade, bem como pela proliferação de periódicos e revistas, esses últimos com um marcado teor de intervenção social. Dentre esse público-leitor, as mulheres se constituíam numa parcela cada vez mais crescente, visto que a alfabetização feminina progredia no meio urbano.<sup>12</sup>

Convém observar que, de modo geral, a instrução voltada para as mulheres deveria seguir um viés prático, ou seja, seria mais incentivada na medida em que contribuísse para fortalecer suas “virtudes” na maternidade, na família e na vivência religiosa. Um modelo de educação onde a caneta, quando empregada, deveria se constituir também num instrumento que correspondesse às expectativas sociais lançadas sobre elas. Quando alguma publicação sobrevivia ao seletivo crivo da moralidade cristã, era divulgada amplamente como “verdadeira” arma no combate às “más leituras”, a exemplo do livro “Zelia ou a Irmã Maria do SS. Sacramento”, escrito pelas mãos “consagradas” de um religioso e especialmente dedicado às mães e virgens cristãs, cujo conteúdo narrava a “vida exemplar de distinta Mãe cristã brasileira, que terminou seus dias, qual lampada do Santissimo, junto a Jesus Sacramentado” [sic].<sup>13</sup>

No outro extremo, às publicações manchadas com a pecha do “obsceno” e do “imoral”, a crítica se fazia copiosa, ainda mais quando as mãos que se “atreviam” em escrever tais conteúdos eram femininas. A esse respeito, *O Nordeste*, revestido de sua “autoridade” de periódico católico, utilizou suas páginas para fortalecer uma campanha contra a poetisa paraibana Marilita Pozzoli<sup>14</sup>, por ocasião de sua passagem por Fortaleza em

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. 2008. 261 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

<sup>13</sup> ZELIA ou a Irmã Maria do SS. Sacramento. *O Nordeste*, Fortaleza, 29 de junho de 1922. Nas citações de fontes ao longo do texto, a exemplo da mencionada acima, optou-se por manter a grafia original utilizada na época.

<sup>14</sup> Marilita Pozzoli nasceu em Campina Grande (PB), em 1902. Filha de Cosmo Ribeiro de Araújo Lima e Maria Amelia R. Araújo Lima. Era poetisa e declamadora e durante algum tempo atuou como atriz. Cf.: **O obscuro fichário dos artistas mundanos**/Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

1928 para a apresentação de alguns recitais destinados à imprensa e ao público mais amplo. Numa coluna intitulada “A immoralidade na arte”, assinada por Maria Luisa, o motivo pelo qual a poetisa de “Peccados”, provocante e sugestivo título de seu livro, estava sendo desqualificada, foi sintetizado pela autora, para os fins daquela reprimenda, uma companheira de sexo:

É innegavel que Ella tem talento, mas o merito está em saber empregar esse talento, e a senhora Pozzoli teve em mira um resultado pecuniario. A senhora Pozzoli teria sido mais mulher, isto é, mais artista, se tivesse escripto versos suaves, delicados, estimulantes, para a alma moça e sadia das nossas jovens que tanto precisam de exemplos de fé, de abnegação, de esforço e não, - como fez - escrever versos para os degenerados.<sup>15</sup>

É significativo o fato de Marilita Pozzoli, uma mulher que, de acordo com *O Nordeste*, estaria agindo contra seu sexo, ter sido repreendida por outra mulher; esse “detalhe” pode ter revestido tal crítica de maior potência, eficácia e legitimidade, bem como demonstra o modo como as disputas identitárias se materializavam no jornal católico, nesse caso, o que definiria uma mulher como sendo “mais mulher” ou “menos mulher”. Maria Luisa e Marilita Pozzoli representariam ali, naquele instrumento profundamente pedagógico que era o jornal, a própria exemplificação do que seriam práticas de escrita “normais” e “desviantes” para os corpos femininos.<sup>16</sup> Foi no jornal *O Ceará*,<sup>17</sup> que ressaltou sua “intelectualidade emancipada” e livre de “convencionanismos hipócritas”, onde ela obteve espaço para responder aos comentários negativos de que vinha sendo alvo. Buscou denunciar, ironicamente, uma hipocrisia velada do *O Nordeste*, bem como sua indignação seletiva em criticar determinadas “imoralidades” e outras não:

Se o escriba d’”O Nordeste” visitasse o Vaticano, sahiria escandalizado, dizendo que S.S. era um devasso, um corrupto, por consentir ali aquelles quadros e esculpturas indecentes...

[...]

Responda-me o escriba d’”O Nordeste” – onde está a immoralidade em dizer-se á pessoa que se ama: “*sou tua, meu amor, sacia o teu desejo*”. Quem é que ama e não deseja acariciar o objeto do seu amor?<sup>18</sup>

Sua escrita livre, à flor da pele, transbordante de sensações que, de certo modo,

<sup>15</sup> A immoralidade na arte. **O Nordeste**, Fortaleza, 03 de março de 1928.

<sup>16</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

<sup>17</sup> Fundado e dirigido por Júlio de Matos Ibiapina, circulou em Fortaleza no período de 1925 a 1930. Posicionava-se como um crítico da República Velha e de sua política, bem como das contradições e jogos de interesses da Igreja Católica à época.

<sup>18</sup> A immoralidade na arte. **O Ceará**, Fortaleza, 26 de fevereiro de 1928. Ed. 00813.

desestabilizavam tabus de vivência do desejo e da sexualidade femininos, incomodava não só o jornal católico, como também significativa parcela da sociedade. A sexualidade, antes de ser um reflexo natural dos corpos, é construída historicamente. Assim, “as possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são socialmente estabelecidas e codificadas.”<sup>19</sup> Aos corpos femininos, de forma muito particular, a palavra desejo soava como proibida e vedada. Nela, continha algo como que um perigo em potência que desencadearia nas mulheres sensações e práticas tidas como incompatíveis aos seus corpos, tanto física quanto moralmente. O único espaço aceitável de vivência da sexualidade feminina era o casamento e, ainda nele, o desejo era uma palavra tabu. Ainda segundo Guacira Lopes Louro (2013), as diferentes instâncias sociais – família, escola, igreja, leis – realizam e reiteram determinadas “pedagogias da sexualidade” sobre os corpos, no sentido de ditar padrões “normais” e “saudáveis” de vivência dos prazeres e desejos.<sup>20</sup>

Convém ressaltar que a sexualidade feminina, no período em questão, era controlada não só em seu aspecto moral, mas também se constituía num objeto de controle do saber médico. Além de ter sido associada à ideia de histeria, segundo Ana Paula Vosne Martins (2011), uma sexualidade feminina “sem limites” e “sem regras”, praticada e estimulada fora dos limites do casamento, poderia ser entendida como sinal de desvio, patologia, ou mesmo associada à prática da masturbação, um “vício solitário” ferrenhamente condenado pelos médicos e entendido como duplamente subversivo quando praticado pelas mulheres.<sup>21</sup> Neste sentido, a poesia de Marilita Pozzoli escandalizava determinados ouvidos, na medida em que subvertia a ideia de uma sexualidade feminina contida, encoberta, bem como porque poderia estimular tal “subversão”, via leitura, em outras mulheres.

Entre textos aceitáveis ou perigosos para a manutenção de limites e fronteiras “saudáveis”, o par escrita/leitura foi historicamente espreitado entre as mulheres, na medida em que poderia abrigar potenciais ameaças, podendo se constituir, quando “mal” utilizado, numa porta de entrada para um maior questionamento, inconsciente ou deliberado, de seus papéis de gênero.<sup>22</sup> Se as expectativas ideais construídas sobre elas apontavam seus

---

<sup>19</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**, *op. cit.*, 2013, p. 11.

<sup>20</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**, *op. cit.*, 2013, p. 25.

<sup>21</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 113-114.

<sup>22</sup> Entende-se que as diferenças percebidas entre os sexos são significadas e valoradas no interior das relações sociais, em que são construídos papéis e expectativas sociais distintos para os corpos. Tais construções

“destinos” sociais na intimidade da casa, na vivência incondicional da maternidade e no sustento irrestrito da instituição familiar, leituras que lhes sugerissem outras formas possíveis de vida e comportamento, ou mesmo que elas poderiam ocupar outros lugares, serem mulheres públicas, que transitam de diferentes formas no espaço da cidade sem demonstrar negligência com seus papéis de esposa e mãe, poderia soar como algo deveras problemático, na medida em que, como pontuou Michelle Perrot (1998), ser reconhecida como uma mulher pública – pelos pesos desiguais conferidos aos homens e mulheres identificados com este espaço – poderia se revelar difícil e sempre suspeito.<sup>23</sup>

Tal suspeição foi experimentada por algumas mulheres em 1904, por ocasião da fundação de mais uma associação de letras na capital. O falatório tomou corpo tendo em vista o gênero de seus membros e, a partir desta constatação, sobre quais pretensões e finalidades um grupo composto exclusivamente de mulheres estaria se reunindo. *O Jornal do Ceará*<sup>24</sup>, em edição de 27 de junho, noticia a sessão fundadora da Liga Feminista Cearense, que acontecera na noite anterior, sediada na residência de uma de suas sócias, Maria Amelia Torres Portugal:

Com a presença das *inteligentes e dignas* socias Alba Valdez, Amelia Alencar, Julia Moura Aurilinda Simões, Olga Alencar, Branca Simões e Maria Amelia Torres Portugal, foi aberta a sessão, sendo procedida a eleição para a diretoria da Liga. [grifo nosso].<sup>25</sup>

A presidência da Liga recaiu sobre Alba Valdez (1874-1962), pseudônimo de Maria Rodrigues Peixe, então uma escritora já reconhecida pelo público e nos meios de imprensa, participando também de outras agremiações literárias da época, como o Centro Literário, Boêmia Literária e Iracema Literária. Em 1904, já havia publicado seu primeiro livro, “Em sonho”, saído do prelo em 1901 pela Tipografia Moderna. O jornal *A Cidade*,<sup>26</sup>

---

históricas se estruturam e se mantêm segundo engrenagens não neutras, que institucionalizam socialmente as diferenças sexuais. Alimentam e são alimentadas por desigualdades, motivo pelo qual não se pode separar a categoria de gênero das relações de poder. Cf.: SCOTT, Joan Walach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul. /dez. 1990. OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio/agosto 2008.

<sup>23</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 10-11.

<sup>24</sup> Sua primeira edição é de 17 de março de 1904. Definia-se como um jornal “político, comercial e noticioso.” Dirigido por Waldemiro Cavalcanti, contava com a colaboração de vários intelectuais cearenses, como Rodolpho Theophilo, Eduardo Girão, Godofredo Maciel, Virgílio Barbosa, dentre outros. Geraldo Nobre o apresenta como um órgãopositor à oligarquia Acioly. Cf.: **Introdução à história do jornalismo cearense** – edição fac-similar/Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

<sup>25</sup> Liga Feminista Cearense. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 27 de junho de 1904. Ed. 00056.

<sup>26</sup> Fundado em fevereiro de 1899 por Álvaro Otoni. Segundo Lima (2016), em 1901, Otoni rompeu com o grupo político de oposição e aderiu ao partido de Nogueira Acioly. Cf.: LIMA, Jorge Luiz Ferreira. O enfermo e o mártir: imprensa, história e memória a partir das trajetórias dos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo

de Sobral, deduziu, pela presença de Alba Valdez na presidência e a partir de seu reconhecimento como escritora e colaboradora na imprensa, os bons ares da Liga Feminista Cearense.<sup>27</sup>

Esse mesmo jornal menciona uma querela da época iniciada por uma declaração depreciativa de uma escritora estrangeira à “mulher brasileira”, tratando com “menospreço as suas colegas do sexo, desta parte do globo”.<sup>28</sup> O surgimento da Liga Feminista Cearense foi entendido pelo jornal *A Cidade* como uma forma de protesto às declarações feitas pela referida escritora.

Tratava-se de Concepción Gimeno del Flaquer,<sup>29</sup> jornalista, escritora e feminista espanhola. Em maio de 1904, uma carta aberta dirigida a Concepción foi publicada, sem assinatura, no jornal *Il Bersaglière*,<sup>30</sup> como uma resposta ao artigo onde a espanhola teria atacado grosseiramente “as qualidades de espírito da mulher brasileira”. A autora da carta, embora não tivesse lido as palavras de Concepción, sai em defesa das mulheres do Brasil num texto repleto de menções a escritores estrangeiros, decerto com o objetivo de demonstrar, por oposição, e como brasileira, suas próprias qualidades intelectuais.

Após exaltar as riquezas naturais do país, seus “valentes filhos” e “formosas filhas”, cita uma extensa lista de mulheres destacáveis na Medicina, no Direito e na Literatura. Dentre os nomes representantes do Ceará, constavam o de Alba Valdez, Francisca Clotilde<sup>31</sup> e as irmãs Alencar (Olga e Amélia Alencar).<sup>32</sup> Um mês depois, aproximadamente, três delas iriam compor os quadros da Liga Feminista Cearense. Essa carta aberta corrobora com a justificativa apresentada pelo jornal *A Cidade*, de que a Liga Feminista Cearense fora fundada como uma resposta e para fins de afirmação prática não somente do potencial intelectual das brasileiras, como também de sua capacidade de mobilização e organização enquanto classe, grupo, associação de intelectuais que

Barreto Lima – Sobral, 1907-1924. In: **XII Semana de História da FECLESC**, 2016, Quixadá (CE).

<sup>27</sup> Liga Feminista Cearense. *A Cidade*, Sobral, 16 de agosto de 1904. Ed. 00083.

<sup>28</sup> *Idem*.

<sup>29</sup> Sobre sua atuação feminista, ver: PINTOS, Margarita. Concepción Gimeno de Flaquer: feminista poliédrica. In: Filanderas. **Revista Interdisciplinar de Estudos Feministas** (1), 7-26, (2016).

<sup>30</sup> Jornal dedicado aos imigrantes italianos no Brasil, tendo circulado de 1891 a 1914. Fundado por Gaetano Segreto com a finalidade de tratar de assuntos da política nacional e internacional, especialmente italiana. Cf.: **Anais da Biblioteca Nacional**. vol. 122-2002. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>31</sup> Francisca Clotilde (1862-1935) nasceu em Tauá (CE). Professora, jornalista e romancista, colaborou em múltiplos periódicos, como o *Libertador*, *A Quinzena*, *Almanach do Ceará*, *O Lirio*, dentre outros, assinando alguns de seus textos sob o pseudônimo de Jane Davy. Publicou alguns livros, entre eles o romance *A Divorciada* (1902). Fundou com sua filha, Antonieta Clotilde, a revista *A Estrela* (1906-1921).

<sup>32</sup> Em defesa da mulher brasileira. *Il Bersaglière*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1904. Ed. EspA (1).

periodicamente se reuniam em prol da causa.

A ressonância da agremiação não se restringiu aos limites do Estado, visto que alguns meses depois uma revista carioca compartilhou uma fotografia do grupo de mulheres – todas elegantes e distintamente trajadas – acompanhada de algumas de suas ações na cidade de Fortaleza, dentre elas, a realização de sessões de letras e a criação de cursos de instrução para moças desamparadas. Este último ponto sugere que, além de seu caráter literário, a associação assumia funções filantrópicas que tinham também mulheres como público-alvo. Pode-se interpretar o aspecto caritativo de uma associação literária composta unicamente por mulheres, vendo nele um reforço deliberado de características femininas essencializadas, ligadas ao cuidado e altruísmo, ou pode-se, como se prefere nesta análise, conjecturar as possibilidades esboçadas para elas de atravessar certos limites, transitar por lugares, ocupar espaços, realizando uma ação entendida como socialmente “permitida” e até incentivada para seu gênero.

Contudo, voltando ao frisson desencadeado na imprensa: por qual motivo a fundação de uma “simples associação de letras” teria causado tanto rebuliço? Um articulista do jornal *Republica*, identificado apenas com as iniciais R.C., ao comentar a fundação da Liga Feminista Cearense, direcionou um recado às responsáveis por aquela empreitada: “Oh! Excellentíssimas Senhoras é grave a responsabilidade das calças!”<sup>33</sup> Seu comentário, revestido em tom de alerta, pretendia lembrar que tais mulheres haviam atravessado determinado limite, desrespeitado a margem que dividiria o que seria próprio de um e outro sexo. Tais pretensões em extrapolar os limites de suas atribuições e adentrar no território alheio – no território daqueles que usavam calças – não seriam destituídas de ônus, ainda segundo o articulista. A provocação decerto alcançou os ouvidos da diretoria da Liga, visto que uma resposta a R.C. foi publicada na revista *O Astro*, dirigidas por duas de suas sócias, Olga e Amélia Alencar.

Ficámos sabendo disto que felizmente ignoravamos; e apesar da troça respeitosa que o Sr. R. C. lançou sobre nós outras, não mudaremos de rumo; marchando ao fim que temos em vista o qual certamente não é ambicionar o direito do voto nem temos cousa alguma com politica. Lembramos ao digno Sr. R.C. que em nosso gremio contamos uma distincta collega de V.S. que devia merecer-lhe alguma atenção, uma vez que, se negou á ser desta vez delicado para comnosco que, com justo motivo o distinguimos por suas nobres qualidades e notavel intelligencia. A nossa desprentenciosa associação tem outros fins que dispensam a foice, o machado e a charrua.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Respondendo. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 8 de julho de 1904. Edição 00062(1).

<sup>34</sup> *Idem*.

Olga e Amélia Alencar pareciam ter consciência de que elas e as demais estavam sendo alvo de comentários jocosos, destinados a criar uma atmosfera de riso em torno de sua associação literária. Verônica Ferreira (1996) aponta que diante de ações femininas entendidas por críticos homens como “ameaçadoras”, porque desestabilizadoras de pretensos limites “naturais” entre os sexos, tratar tais ações de maneira satírica têm como efeito direto a despersonalização, a descaracterização e a diluição de seu caráter político.<sup>35</sup> Significaria, em última análise, que as ações daquelas mulheres ao fundar a primeira associação literária feminina do Ceará, realizando reuniões periódicas, muitas dessas acompanhadas da imprensa local, promovendo sessões literárias e oferecendo cursos de instrução para moças pobres, poderiam não ser levadas a sério. Para fins de apaziguamento dos ânimos daqueles que, se utilizando do riso alertavam para o risco, trataram de prontamente negar qualquer envolvimento com a luta pelo voto feminino, ressaltando ainda o caráter “despretensioso” da associação.

Continuando em sua argumentação para convencer o jornalista que as alfinetou de que “grandeza das ações” e “nobreza de sentimentos” não transformavam mulheres em homens, narraram, para fins de exemplo, uma historietta acontecida no interior do Ceará:

Na povoação de Jubaia, deste Estado, existia um casal respeitavel. O chefe era negociante e agricultor, às vezes vinha para esta capital onde passava dez e mais dias. Sua Exma. consorte vendia na loja, mandava matar gado para o açougue, fazia trabalhar o vapor, comprava couros e algodão e dirigia os trabalhos da lavoura; cuidando tambem de seus affazeres domesticos sem todavia masculinizar-se!<sup>36</sup>

Com tal episódio, se objetivava demonstrar que o desempenho de determinadas funções tidas como “próprias” dos homens – como atividades econômicas, de direção e liderança – não afetariam em nada a feminilidade nas mulheres, visto que elas não negligenciariam suas “consagradas” atividades, nas entrelinhas, denotava também um questionamento sutil daquelas próprias separações normativas, uma instabilidade nas margens demarcadoras dos papéis de gênero, o esboçar da possibilidade de minimamente abrir fissuras naquelas normas sem implodi-las por completo.

Em relação à negativa da Liga Feminista Cearense em assumir que tinha a luta pelo voto feminino como um de seus objetivos, ressalta-se que tal reivindicação esteve ligada, historicamente, à imagem e à ação das feministas. O Feminismo de Primeira Onda,

---

<sup>35</sup> FERREIRA, Verônica. **Entre emancipadas e quimeras** – imagens do feminismo no Brasil. Cadernos Ael, Mulher, História e Feminismo, Campinas, SP: AEL, 1995, n. 3 e 4, p. 158.

<sup>36</sup> Respondendo. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 8 de julho de 1904. Edição 00062(1).

vivenciado de distintas formas nas diferentes realidades nacionais, teria se desenvolvido nos finais do século XIX e focado sua atuação na luta por direitos políticos, sociais e econômicos, dentre os quais figura o direito de eleger representantes e de ser elegível.<sup>37</sup> As representações construídas sobre as feministas, por estas desestabilizarem de diferentes modos e intensidades papéis sociais construídos para o “feminino” e o “masculino” no interior de uma sociedade estruturada pelo gênero, foram encharcadas, em sua maioria, de uma forte carga pejorativa. Neste sentido, Rachel Soihet (2003) aponta como nos primeiros anos do século XX o deboche, entendido como forma sutil de violência, foi utilizado como arma de desmobilização de lutas feministas por conquistas de direitos em diversos campos. Suas representações veiculadas na imprensa como mulheres masculinizadas, solteironas e mal-amadas, tanto quanto instrumentos de desqualificação, se constituíam em sintomas de um real medo, compartilhado e alimentado principalmente pelos homens, de relações sociais invertidas, subvertidas, desreguladas:

Havia, portanto, que se alertar sobre os perigos advindos da participação feminina em esferas consideradas do domínio dos homens, expondo-as a situações incompatíveis com a sua natureza. Mas não apenas a questão da profissionalização feminina mereceu severas críticas, também, as demais reivindicações desse gênero com vista ao exercício da plena cidadania, particularmente a luta pelo voto, eram objeto de chacotas, com o propósito de ridicularizá-las.<sup>38</sup>

Compreende-se, portanto, a pronta negação das mulheres reunidas em torno da Liga Feminista Cearense ao ter a imagem de sua associação atrelada à luta pelo voto. Nesse caso, independente do objetivo da Liga ter sido a defesa do voto ou não, importa atentar para o posicionamento tomado por elas em dissociarem-se da imagem de militância feminista. Nos primeiros anos do século, hastear uma bandeira ligada a tais movimentos não seria uma ação destituída de conflitos, julgamentos e reprovações sociais.

Centremo-nos, daqui em diante, naquela que foi escolhida para a presidência da Liga, Alba Valdez. Raimundo Girão, consagrado advogado e escritor do Estado, discursando em sessão do Instituto do Ceará por ocasião da posse de novo membro ocupante da cadeira que pertencera a ela, teria expressado que Alba:

Consagrou-se na admiração geral pelos gestos francos, descobertos, altivos, rasgando sem temor o lençol das condenações misoneístas e das pretensões

<sup>37</sup> PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

<sup>38</sup> SOIHET, Rachel. Sutileza, Ironia e Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *In: Labrys: estudos feministas*, n. 04, agosto/dezembro de 2003.

santarronas contra as marchas do feminismo que se desenhava.<sup>39</sup>

A descrição acima esboça a imagem de uma Alba intrépida e militante, que enfrentava condenações e oposições às “marchas do feminismo”. No entanto, importa questionar-se em que sentido Raimundo Girão utilizou a palavra “feminismo”, na medida em que ela poderia ter múltiplos empregos nas primeiras décadas do XX. Quanto a isso, em 1931, Henriqueta Galeno, uma das representantes do Ceará no II Congresso Internacional Feminista, mencionou o nome de Alba Valdez como uma das poucas mulheres que se mobilizavam pela causa no Estado.<sup>40</sup> Em anos anteriores a 1932, Alba teria escrito missivas com a temática do voto feminino que teriam sido publicadas na imprensa.<sup>41</sup> Tais fatos corroboram, num primeiro momento, para atrelar sua pessoa ao movimento feminista. Em relação ao início do século XX, no entanto, quando da fundação da Liga Feminista Cearense, tal associação torna-se incerta, na medida em que era bastante comum naquele período empregar “feminismo” e “feminino” enquanto sinônimos. A este propósito, a própria Liga Feminista Cearense foi nomeada na imprensa também como Liga Feminina Cearense. Tais questões envolvendo as disputas, elaborações e reelaborações em torno do conceito de feminismo serão discutidas mais detidamente no segundo capítulo.

A experiência de Alba Valdez durante a infância e o início da juventude não guarda, aparentemente, muitos elementos dissonantes para a época. Nascida em 1874, três anos antes da grande seca que iria modificar completamente a relação das pessoas com este fenômeno climático tornado problema social, migrou com a família de São Francisco de Uruburetama para Fortaleza em 1877. Nesta cidade, concluiu os estudos, formando-se professora pela Escola Normal antes de completar 16 anos. É nesta época, detalha Angela Gutiérrez (2017), que Alba Valdez inicia sua colaboração na imprensa do Ceará. A menina de pouca idade, sempre rabiscando algo nos cadernos, fora convidada por um de seus professores, Justiniano de Serpa, para publicar seus escritos no *Diário do Ceará*.<sup>42</sup> Alba Valdez credita a ele sua entrada precoce na publicidade das letras:

---

<sup>39</sup> *Apud* GIRÃO, Valdelice Carneiro. A mulher no Instituto do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará** – 2001.

<sup>40</sup> GALENO, Henriqueta. **Henriqueta Galeno no Congresso Feminino, na Academia Carioca de Letras, no Centro Cearense**. Est. Grafico Urania, Fortaleza, 1932.

<sup>41</sup> De acordo com Wilson Bóia, uma carta intitulada “O Voto Feminino” foi escrita por Alba Valdez em 1917 e endereçada a Adelaide Amaral, tendo sido publicada no jornal *Correio do Ceará*. Cf.: BÓIA, Wilson. **Ao redor de Juvenal Galeno**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1986, p. 50.

<sup>42</sup> GUTIÉRREZ, Angela. Em sonho: a escrita terna da libertária Alba Valdez. In: **Em sonho... (fantasias)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

Há [...] outro fato que, para mim, merece especial relevância por se tratar da parte inicial da minha peregrinação nos domínios da literatura. Não fôra o jornalista J. de Serpa e jámais me teria exposto aos azares da palavra impressa. Ao caderno de composições da menina que entrara na Escola Normal, aos 12 anos, possivelmente se ajuntariam outros, a sombra, fenecedora da gaveta. [...] O convite situara-me numa colina donde o meu olhar descortinava uma paisagem sedutora.<sup>43</sup>

A “paisagem sedutora” logo desembocou na impressão de seu primeiro livro, o já citado “Em sonho”, escrito em prosa poética e, como o título sinaliza, tendo o devaneio e o onírico como elementos agregadores. É possível perceber, em alguns textos mais do que em outros, a presença constante da saudade, despertada em momentos intimistas de solidão com a natureza – o barulho das ondas, as noites sem lua, o canto das aves. A saudade seria ação “benéfica” de Deus para minorar o sofrimento dos corações, transformando-a em suavidade e consolo; seria força misteriosa que transporta para outros mundos e tempos, um passado lembrado e feliz. Esta é a mensagem que permeia o primeiro poema do livro, intitulado “Em sonho” e dedicado a própria saudade.

Segundo Angela Gutiérrez (2017), nestas páginas de “Em sonho” encontra-se uma escrita terna de Alba Valdez, em que ela “deixa transparecer a moça delicada a rememorar a vida de criança ao abrigo do carinho dos pais, a buscar a natureza que a leva ao sonho e a faz acreditar na nobreza de sentimentos como esperança, amizade, saudade, amor maternal...”<sup>44</sup> Tais características podem ser percebidas em maior ou menor intensidade, porém, conformar a escrita de Alba a tais expectativas dificulta que outras possibilidades sejam consideradas. Em alguns textos, entra-se em contato com versos em que as sensações assumem uma face desconhecida, estranha, inexplicável para aquela que sente, beirando o incontrolável:

[...] Um frêmito inexplicável, um desejo vago, desses que o coração não pode descrever e que só podem ser satisfeitos através dos sonhos, vai atormentando-me de contínuo, impertinente, indomável. Respira tudo mágicos segredamentos, anseios loucos, suaves carícias.”<sup>45</sup>

Questiona-se como este poema em particular, “Devaneios”, do qual foi retirado o excerto acima, foi lido e interpretado pelos olhos críticos de sua época. Quem ou o que seria o objeto desse “desejo vago e indomável” que consumia a autora? Seria aceitável para uma mão feminina dar vida a tais linhas? Já se abordou neste tópico como escritas

<sup>43</sup> *Idem.*

<sup>44</sup> GUTIÉRREZ, Angela. Em sonho: a escrita terna da libertária Alba Valdez. In: **Em sonho... (fantasias)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

<sup>45</sup> VALDEZ, Alba. Devaneios. **Em sonhos... (Fantasias)**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2017, p. 34.

femininas que ao menos sugeriam ligações com a temática do desejo eram encaradas. A respeito das críticas, José Rodrigues de Carvalho,<sup>46</sup> escrevendo uma “resenha bibliographica do anno”, relativa a 1902, sistematiza algumas impressões sobre o primeiro livro de Alba Valdez. Reconhece nos versos da autora “uma alma artisticamente sonhadora”, no entanto, alerta para a “demasia” de certos sentimentos e ideias:

Estylo fluente, facil e delicado, concepção de um subjectivismo ceruleo, proprio da mulher sonhadora, eis os caracteristicos de EM SONHO. São páginas de enlevos, ternas, porem monotonas pelo conjuncto; e da sua leitura resalta uma involuntaria insistencia de fallar de ideas inatingiveis, doentias, como aspirações que vão tocando á descrença. [grifo nosso]<sup>47</sup>

Apesar de reconhecer em Alba uma mulher de “pujante intellectualidade” aliada a traços “ternos” e “delicados” em sua escrita, “próprios” da alma feminina que sonha, José Rodrigues de Carvalho, ancorado na “legitimidade” que seu lugar social lhe conferia, concluiu que o talento de Alba Valdez seria mais bem empregado se fosse orientado para outras finalidades, a saber, a escrita de “um livrinho de contos para a infancia”.<sup>48</sup> Afinal de contas, escrever sobre sonhos e desejos inatingíveis se configuraria em atitudes demasiado teóricas e abstratas e, como sugeriu o crítico, também poderia ser perigoso. Além disso, “o sonho era visto não só como um mecanismo de regressão e dissolução de formas, mas também como delírio e loucura.”<sup>49</sup> Nada mais “nobre” para uma mulher do que empenhar sua aptidão para as letras produzindo páginas para melhor educar e entreter as crianças, numa atitude prática de preocupação e cuidado com a infância. A atitude de Rodrigues de Carvalho em pretender controlar a escrita de Alba, aconselhando-a a escrever, em “conformidade” com seu sexo, palavras simples e acessíveis ao público infantil, foi uma das muitas formas de reação empreendidas majoritariamente por críticos homens no sentido de denunciar e conter mudanças, entendidas como “perigosas”, para a ordem dos gêneros.

Na obra “Em sonho”, como já havia adiantado Angela Gutiérrez (2017), o amor maternal se constitui numa temática recorrente em diversos textos. Amor que sofre e ora em meio a saudade, como no poema “Ao voltar”, que narra o retorno de um filho da guerra e o

<sup>46</sup> José Rodrigues de Carvalho (1867-1935) nasceu em Alagoinhas (PB). Em Fortaleza, frequentou a Faculdade de Direito e publicou seus primeiros poemas. Foi membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras, além de agremiações em seu Estado natal. Exercia ainda as funções de professor, jornalista e jurista.

<sup>47</sup> CARVALHO, José Rodrigues de. Resenha bibliographica do anno. **Revista da Academia Cearense de Letras**, 1902, p. 183.

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> CUNHA, Cecília Maria. **Além do amor e das flores**: Primeiras escritoras cearenses. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008, p. 185.

poder do choro de sua mãe, que em todas as vezes livrou seu rebento da morte. Reflete o filho, Laudemir, então jovem soldado: “[...] entrava nas lutas e delas saía ileso; respeitava-me a morte. Era o teu olhar vindo de longe – tanto poder possui uma mãe que chora!”<sup>50</sup>. Amor piedoso que acolhe e ampara quando todos condenam, no poema “O ébrio”, que lança luz sobre a triste sina de um bêbado desacreditado da vida, ridicularizado por todos os olhares, motivo de chacota das crianças, mas para alguém em particular “aquele homem que servia de palhaço aos garotos da rua e de risota aos insensíveis [...] para alguém, ele era o raio de sol a sorrir por entre as névoas de sombrio inverno”: era sua mãe, que o esperava para fazê-lo repousar<sup>51</sup>. Amor, enfim, que condena à loucura quando da morte prematura de uma parte de si, no poema “O cortejo”, onde a morte golpeia a existência da pequena Carmem, menina de poucos anos. A autora rogava perdão à menina morta, porque outro sofrimento silencioso e desconsolado a havia tocado de modo mais profundo: “Eu via no pensamento uma mulher a chorar sem consolo, à beira de uma cama desfeita: beijava uma madeixa de cabelos loiros que a torrente de pranto banhava e, às vezes, inventava o destino. É que as mães tornam-se como loucas quando lhes morrem os filhos”<sup>52</sup>. Nestes excertos, a imagem da mãe aparece em seu aspecto mitificado, ligada à incondicionalidade de sentimentos dedicados aos filhos, desde compaixão, sensibilidade, amor, até sofrimento, saudade e luto.

Dentre todos os textos citados, reveladores de características que se complementam, convergindo na imagem da “nova mãe”<sup>53</sup>, um texto em particular chamou a atenção por apresentar uma configuração familiar considerada não normativa/tradicional para a época. No poema “Mãe e filha”, as duas vivem sozinhas, dividindo uma casa simples nos “arrabaldes” da cidade. A mulher é ainda jovem e sustenta a filha exercendo o ofício de costureira. Pelo fato de inexistir uma figura masculina no lar – o texto deixa em aberto os motivos dessa inexistência – que poderia levantar suposições acerca da “honra” e “dignidade” da mãe solteira, é demarcado de antemão a “retidão” de sua moralidade enquanto mulher e, por extensão, da criação de sua filha: “Os vizinhos as consideram muito e quando, por acaso, se lhes toca nos nomes, dizem logo com respeito: É honesta e boa gente.” Outra particularidade observada diz respeito ao modo escolhido por Alba para dar desfecho ao poema. A imagem da menina poderia representar uma ruptura possível,

<sup>50</sup> VALDEZ, Alba. *Ao voltar*, *op. cit.*, 2017, p.78-80.

<sup>51</sup> VALDEZ, Alba. *O ébrio*, *op. cit.*, 2017, 55-57

<sup>52</sup> VALDEZ, Alba. *O cortejo*, *op. cit.*, 2017, p. 72-73.

<sup>53</sup> BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

moldadora de um futuro diferente do “destino” reservado à sua jovem mãe:

São bem felizes essas santas criaturas, apesar da mediocridade que as cerca; isso percebe-se pela expressão radiosa daquela dedicada mãe quando, todos os dias, da porta de casa, contempla a filha que vai para a escola, caminhando ao sol, linda como um lírio aberto em luminosa manhã de abril.<sup>54</sup>

As moças pobres, cujas famílias não poderiam arcar com os altos custos de uma educação particular nos estabelecimentos de ensino secundário da capital, poderiam estudar na Escola Normal, instituição pública de ensino fundada em 1884 com o objetivo de formar profissionais (leia-se, profissionais mulheres) para atuar no magistério. As moças de posses tinham como possibilidade de instrução o Colégio da Imaculada Conceição ou outra instituição privada. “Não se compreendia uma menina rica, da sociedade, a instruir-se gratuitamente, nivelando-se com as pobres das areias e subúrbios.”<sup>55</sup> Tais declarações foram dadas enquanto discursava por ocasião dos 50 anos do Instituto do Ceará, agremiação da qual também fez parte como sócia efetiva. Partindo destas informações e considerando-se que ela mesma tenha frequentado a Escola Normal no final do século XIX, presume-se que se considerasse, em sua juventude, também uma moça sem posses, que teria se construído via educação e encontrado no ofício de professora um caminho possível de ascensão.

Na ocasião, falava uma Alba já vivida e madura, no alto de seus 53 anos. O tema mobilizador de seu discurso também dizia muito de si. Dizia muito de muitas outras que desafiaram o meio inconveniente e desfavorável e “projetaram-se para o alto”. Marcou seu lugar de fala: se expressaria como mulher que era. Vestiu, um tanto ironicamente, a capa de “ser fraco” que lançavam sobre o feminino a fim de demonstrar, no trato com as palavras, as incoerências daquelas suposições: “Que fazer? Tudo em mim é fraqueza. A mulher é um ser fraco, propalam. Pois, da própria fraqueza, construirei a força necessária para comunicar minhas emoções.”<sup>56</sup>

Buscou traçar um panorama da educação e do progresso intelectual das mulheres no Ceará, ressaltando os fatores que teriam impedido uma mudança de mentalidade mais rápida e significativa. Segundo ela, um intrincado conjunto de preconceitos e superstições em vigor na família era um forte fator para explicar o motivo

<sup>54</sup> VALDEZ, Alba. *Mãe e filha*, *op. cit.*, 2017, p. 83-84.

<sup>55</sup> VALDEZ, Alba. O Quinquagenário do Instituto: sessão do dia 2 de maio. *Revista do Instituto do Ceará*, 1937, p. 425.

<sup>56</sup> VALDEZ, Alba. O Quinquagenário do Instituto: sessão do dia 2 de maio. *Revista do Instituto do Ceará*, 1937, p. 424.

pelo qual a evolução “se processou lentamente, aos milímetros”; desta forma, permaneciam as mulheres atadas aos lares, com uma educação marcadamente limitada. Emendando, ironizou: “na verdade, a jovem recebe a luz do sol e da instrução, mas veja lá como se utiliza da liberdade e da quota de conhecimentos adquiridos!”<sup>57</sup> Num tom de conselho, chamou a atenção das moças que, por amar a sua pátria, desejavam tornarem-se homens para contribuir com a grandeza de seu país. Quando na verdade, “bastava se lembrarem...”, recomendou Alba, de mulheres que fizeram a diferença, que sem renunciar a seu sexo foram grandes em suas ações, defenderam seus ideais, sentiram o fel do cárcere, lutaram na linha de frente dos campos de batalha, nutriram o sonho do fim da escravidão, citando, para fins de exemplo e embasamento do que falava, nomes de mulheres cearenses consideradas modelos de civismo e amor à terra natal. Por fim, criticou a adjetivação pejorativa de “pedantes” lançadas sobre as mulheres de letras, como se em suas atividades intelectuais elas tivessem como finalidade primeira o desejo gratuito de se exhibir. Ressalta-se que tal forma de tratamento dispensado às mulheres também se constituía numa das muitas práticas de descrédito e desqualificação mobilizadas no período, ao pressupor, de antemão, que elas estariam tentando demonstrar conhecimentos além do que de fato possuíam. Nesse caso, mesmo que uma mulher fosse altamente competente no que se propusesse a fazer, ainda assim poderia ser relegada ao terreno da suspeição. Paradoxalmente construída como um corpo inconveniente, um corpo deslocado em relação ao lugar que pretendia ocupar: uma “má intelectual” se não demonstrasse conhecimentos suficientes, uma “falsa intelectual” se pretendesse demonstrar conhecimentos demais.

Enquanto isso, abusa-se do prestígio da modéstia. A cada passo, emprega-se o termo – pedantismo. Se se imprime à palestra um aspecto mais elevado; se se destaca por maneiras mais polidas e elegantes; se, em síntese, procura criar nova mentalidade em contraste com a existente, atribue-se tudo ao pedantismo, ao desejo de se salientar.<sup>58</sup>

Na concepção de Alba Valdez o fazer literário ideal exigia condições oportunas, “um clima propício”, “uma agradável tranquilidade”, “uma liberdade criadora”, asseverando, para atribuir veracidade à sua afirmação, que “a maioria dos [...] grandes homens de letras [do Ceará] se fez longe da terra natal”. Dando especificidade à experiência feminina e aos maiores obstáculos que dificultavam o desenvolvimento literário delas, lembrou o peso da educação e de discursos filosóficos, ditos cientificamente

---

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 427.

<sup>58</sup> VALDEZ, Alba. *O Quinquagenario do Instituto...*, 1937, p. 428.

autorizados, que eram mobilizados e reproduzidos mecanicamente para fins de justificação de uma pretensa “inferioridade”:

A mulher de letras do Ceará teve princípios ásperos, concorrendo para isso, como já foi dito, o isolamento da terra, sem o contato direto com a civilização, a rigorosa educação familiar e os conceitos desairosos, que sobre o cérebro feminino atiraram certos filósofos. Entre estes, o que mais se notabilizou na campanha inglória foi Schopenhauer, cujas teorias, condensadas em pessimismo vesânico, fizeram a volta ao globo e, como era fatal, aportaram às nossas plagas. Fazia gosto ouvi-las repetidas até pelos rapazinhos imberbes.<sup>59</sup>

O modo como se posicionou perante a adesão irrefletida de discursos julgadores da capacidade cerebral feminina até por meros rapazotes, que demonstra como ela também se valeu do recurso da ironia para produzir fraturas nestes discursos, enfraquecendo e deslegitimando tais tentativas de desqualificação, sugere uma atitude provocante e desafiadora, o que não exclui, em outras ocasiões, posicionamentos conciliadores, quase como uma pretensão em evitar embates diretos e desnecessários. Ao citar os periódicos produzidos por mulheres no Ceará, elogia o título de um deles em particular, *O Lírio*: “nome de flor bela e perfumosa. Para que chamar-se, por exemplo, O Combate, A Reação, que ressumam truculência?”<sup>60</sup>

Antecipando-se às bocas que poderiam dizer – apesar dos exemplos citados por ela – que era ínfima a atuação dessas mulheres e de outras que não chegaram a fundar jornais, mas que, assim como ela, colaboraram na imprensa, concluiu que suas lutas fizeram a diferença:

É pouco, é quase nada! – opinarão alguns.  
E eu replicarei: - É movimento. É vibração.  
Pesados, *ultima ratio*, os motivos de ordem geral, o meio ambiente com os seus prejuízos e mentalidade estática, a falta de convívio espiritual, onde tivessem notícias do progresso que civiliza, tôdas as circunstâncias, enfim, oriundas do clima social, que enlanguescia qualquer floração estranha – essas mulheres projetaram-se para o alto. Excederam do tempo e do espaço.<sup>61</sup>

Cecília Maria Cunha (2008) em estudo pioneiro sobre as primeiras escritoras cearenses e sua inserção no espaço público via educação, menciona as possíveis relações de Alba Valdez com o feminismo como um “mistério” ainda a ser desvendado. Sabe-se que ela dirigiu “a primeira agremiação feminina, para fins culturais, que o meio possuiu”, e que devido à dificuldade de fontes, pouco se conhece acerca de sua duração e formas de atuação

<sup>59</sup> *Idem.*

<sup>60</sup> *Idem.*

<sup>61</sup> VALDEZ, Alba. *O Quinquagenario do Instituto...*, 1937, p. 430.

na Fortaleza do início do século XX. Além disso, que Alba Valdez era “identificada no meio literário como defensora do direito de ascensão cultural, econômica e política para as mulheres.”<sup>62</sup>

Saber se Alba Valdez de fato se assumiu feminista e transitou em diferentes espaços sociais afirmando tal identidade num período em que declarar-se feminista era ser marcada negativamente, se constitui num detalhe sem dúvida importante, mas não determinante para os fins deste esforço de reflexão. Mais do que pretender encaixá-la no interior das demarcações de determinada identidade, ou mesmo tentar adequá-la exaustivamente ao que seria esperado de uma “mulher” ou de uma “mulher feminista” no período, importa atentar para os caminhos por meio dos quais Alba Valdez se constituiu enquanto um sujeito – uma mulher – que transitou, se movimentou e ocupou espaços num contexto em que as fronteiras do gênero – tensionadas – nutriam certo pavor justamente pelo trânsito e pelo movimento.

## 2.2 Henriqueta Galeno: mulher pública a favor do Feminismo

Dizem os nossos opositores que um parlamento com mulheres seria um pandemonio. No entanto, como é do conhecimento geral do Congresso do nosso paiz ainda não fez parte a mulher e até agora não têm faltado ao recinto imponente do nosso Parlamento – as gritarias, os barulhos, a confusão, a balburdia, e – por que não dizel-o? – até cenas de pugilato. E as grossas somas do Tesouro Nacional a compensar estes “afanosos e ordeiros” trabalhos!... (Henriqueta Galeno, julho de 1931)<sup>63</sup>

Em 10 de janeiro de 1931, o jornal *A Razão*,<sup>64</sup> de Fortaleza, noticiava uma “scena de grande escandalo” acontecida numa das ruas do Rio de Janeiro: dois homens, identificados como políticos, teriam trocado insultos e socos em plena via pública; um deles ainda teria procurado sacar um revólver, tendo sido impedido por terceiros.<sup>65</sup> Tal ocorrência, independente de configurar-se como regra ou exceção, naquele momento decerto colaborou para imbuir o comentário de Henriqueta Galeno<sup>66</sup> (1887-1964) de

<sup>62</sup> CUNHA, Cecília Maria. *Além do amor e das flores...*, *op. cit.*, 2008, p. 181.

<sup>63</sup> GALENO, Henriqueta. *Henriqueta Galeno no Congresso Feminino, na Academia Carioca de Letras, no Centro Cearense*. Est. Grafico Urania, Fortaleza, 1932.

<sup>64</sup> Fundado em Fortaleza no ano de 1929 e dirigido por Monte Arraes. Seu redator-secretário era Alpheu Aboim, que também ocupou o mesmo cargo no jornal *O Ceará*, de Júlio Ibiapina. Definia-se como um jornal “independente, político e noticioso”.

<sup>65</sup> Scena de pugilato. *A Razão*, Fortaleza, 10 de janeiro de 1931. Ed. 000526.

<sup>66</sup> Henriqueta Galeno (1887-1964) nasceu em Fortaleza (CE). Diplomou-se pela Faculdade de Direito em

fundamento e legitimidade. Às representações de “confusão”, “gritaria” e “desordem” imaginadas pelos homens em um mundo onde as relações políticas comportariam as mulheres – construções generalizantes ancoradas, em parte, na ideia de que sua “natureza” seria mais suscetível aos arroubos emocionais – Henriqueta ironicamente apresenta um congresso masculino barulhento, desordeiro e descontrolado. Ao lançar tais representações no terreno da contradição, da incoerência, ela as enfraquecia e as deslegitimava, na medida em que dissociava a base da questão da presença ou ausência das mulheres. Ao mesmo tempo, ao colocar sob suspeição justamente a capacidade de homens portarem-se de forma ordenada e racional no exercício da política, atacava diretamente um dos pilares de construção da masculinidade no espaço público.<sup>67</sup>

O comentário acima foi feito no Rio de Janeiro, enquanto participava do II Congresso Internacional Feminista,<sup>68</sup> organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF),<sup>69</sup> em 1931. A partir deste evento, Henriqueta, já uma mulher com significativo destaque e projeção no Ceará, sobretudo por sua atuação junto ao Salão

1919, embora não tenha exercido a profissão. Foi professora do Liceu do Ceará e da Escola Normal, lecionando História do Brasil e Literatura. Na área educacional, teria ainda ocupado a função de Inspetora Federal do Ensino Secundário. Fundou em 1919 o Salão Juvenal Galeno, local de reuniões artísticas e literárias frequentado por grande parte da intelectualidade local. Seus escritos e poesias foram publicados postumamente, um ano após a sua morte, sob o título de *Mulheres Admiráveis* (1965). Pertenceu à Academia de Letras do Ceará e à Academia Cearense de Letras.

<sup>67</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Memórias e identidades masculinas: a construção de masculinidades e Teresina nas primeiras décadas do século XX.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, UFSC, Florianópolis/SC.

<sup>68</sup> O I Congresso da Federação das Ligas pelo Progresso Feminino ocorreu em dezembro de 1922, no então Distrito Federal (RJ), com algumas comissões de discussão constituídas: Educação e Instrução, Direitos civis e políticos, Legislação do trabalho, Assistência às mães e à infância, carreiras e profissões a serem pleiteadas pelo sexo feminino, relações pan-americanas e paz. De acordo com Nailda Bonato, a Comissão de Educação e Instrução foi particularmente significativa no interior do congresso, ventilando uma ampla gama de preocupações, como “a educação escolar das mulheres, a formação para o magistério primário e para o exercício das profissões do comércio e ofícios, a função doméstica e a responsabilidade sobre a educação dos filhos e da formação de valores, o incentivo ao ensino doméstico nas escolas femininas segundo ‘os mais modernos modelos americanos e europeus’ e o franqueamento das escolas de nível superior às mulheres, como era o caso do Colégio Dom Pedro II [...]”. Cf.: BONATO, Nailda Marinho da Costa. *A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931)*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia – MG. O II Congresso Feminista ocorreu de 19 a 30 de junho de 1931, também no Rio de Janeiro. Os temas das teses apresentadas, de acordo com o Diário Carioca (RJ), são bem semelhantes às do congresso anterior: educação feminina, proteção às mães e à infância, assistência social, além de trabalhos sobre mulheres operárias e mulheres trabalhadoras do comércio. Nesta ocasião, houve também uma exposição anexa ao congresso, relativa a trabalhos desenvolvidos por mulheres (prendas manuais), a fim de que fossem conhecidos pelo público/sociedade.

<sup>69</sup> Organização fundada no ano de 1922 pela bióloga Bertha Lutz. Objetivava empreender ações com vistas à conquista de direitos para as mulheres, notadamente os políticos, sendo o voto feminino sua principal bandeira de luta. Segundo Céli Pinto (2003), a FBPF nasceu a partir do I Congresso Internacional Feminista (1922), organizado por Lutz quando retornou de seus estudos na Europa, onde teria entrado em contato com o movimento sufragista.

Juvenal Galeno,<sup>70</sup> retorna à Fortaleza como representante da FBPF no Estado. Sua identificação com o feminismo ou mesmo sua inconformidade com a situação sócio-política feminina, no entanto, era anterior à sua ida ao Rio. A este propósito, os espaços ocupados e não ocupados por ela, em parte viabilizados pelos privilégios de seu lugar social, apontam uma experiência ainda não ordinária para a maioria das mulheres de seu contexto: sua presença e atuação no Liceu do Ceará enquanto aluna e docente, instituição de ensino secundário tradicionalmente masculina, em seu alunado e professorado, sua entrada na Faculdade de Direito e posterior título de bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, ou mesmo o fato de não ter desempenhado papéis consagrados no casamento e na maternidade.

Posicionou-se sobre o voto, entendido como direito legítimo e necessário, mas não suficiente para modificar o que ela entendia como sendo as bases da subordinação feminina, sobre a emancipação econômica, sobre o polêmico tema do divórcio. Em relação a este último, aprovava-o objetivamente, “sem meias palavras”, decerto mobilizando em seu favor a autorização que seu título de advogada lhe conferia. Preocupava-se, entretanto, em como as pessoas poderiam encarar seu posicionamento, podendo mesmo propalar que ela seria uma adversária da “família”. Para não pairarem dúvidas em relação a isso, complementava: “e repare bem no transmitir essa minha impressão ao publico, pois que eu sou pela instituição da familia, mais a familia verdadeiramente feliz”.<sup>71</sup>

Em seu transitar pelo mundo público, suas múltiplas formas de atuação, posicionamentos, adesões e hesitações, Henriqueta Galeno constituía suas concepções de feminismo, ao mesmo tempo em que estabelecia limites e demarcações para o mesmo. Tais delimitações – como ficará mais evidente em linhas posteriores – são sintomáticas acerca das transformações nos padrões sociais, bem como das disputas de identidades acionadas no período. Quando afirmava que seu feminismo não era “rubro” e “exagerado”, ela apontava para a existência de limites entre um feminismo entendido como “radical” e socialmente rechaçado e um feminismo “equilibrado”, “moderado”, dentro do qual ela se inseria e que poderia ser positivamente interpretado e aceito. Ao qualificar seu feminismo desta forma, nas entrelinhas, ela poderia estar realocando o tema do divórcio, construído e

---

<sup>70</sup> Fundado em 27 de setembro de 1919 na residência da família Galeno. Henriqueta o teria criado como uma forma de integrar seu pai, Juvenal Galeno, já idoso e cego, nas movimentações culturais e literárias da cidade. Em 1936, passou a designar-se Casa de Juvenal Galeno, nomenclatura que permaneceu. Atualmente, a Casa de Juvenal Galeno é mantida pela Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT).

<sup>71</sup> De passagem pelo Recife, a delegada cearense ao Congresso Internacional Feminista, dra. Henriqueta Galeno, concede ao “Diário da Manhã” uma interessante entrevista. Cf.: GALENO, Henriqueta. **Henriqueta Galeno no Congresso Feminino...**, *op. cit.*, 1932, p. 67.

propalado na época como o ápice da subversão<sup>72</sup>, para o terreno da normalidade, do ordinário, quando não, do socialmente necessário.

Pôde-se acompanhar até meados de 1933 (período em que termina o recorte temporal desta pesquisa) como o termo “feminismo” foi alvo de intensas disputas no campo da imprensa, sendo imbuído dos mais diferentes significados – positivos e geralmente negativos –, renomeado e mobilizado de muitas formas pelos sujeitos. Tais disputas pelo conceito sinalizam, como aponta Reinhart Koselleck (2006) para contextos de tensão, crise e instabilidade de antigas estruturas sociais e a emergência de novas.<sup>73</sup> Embora “feminismo” fosse presença corriqueira na imprensa como um sinal inegável e real de transformações que poderiam ser entendidas com simpatia ou receio, em 1931, Henriqueta ressaltava a inexistência de um movimento organizado no Ceará. Lutava, segundo ela, quase sozinha pela causa. Seus esforços de luta e pressão por mudanças se dariam principalmente por meio de suas atividades de direção do salão artístico e literário que ela mesma fundara em 1919, com o propósito de amenizar o isolamento de seu pai, já velho e doente, da ebulição cultural da cidade. Em conversa rápida com um jornalista do *Diário da Noite (RJ)*<sup>74</sup>, Henriqueta apresentou o Salão Juvenal Galeno como um ponto de fortalecimento do feminismo no Ceará, visto que “assuntos que interessam á mulher” eram semanalmente discutidos em suas sessões<sup>75</sup>, sem detalhar, no entanto, o teor desses assuntos.

De modo geral, o Salão Juvenal Galeno era representado na imprensa do Estado e pela própria Henriqueta Galeno como apolítico, um local onde a união, fraternidade e discussões literárias predominariam sobre as brigas partidárias. Para Polybio,<sup>76</sup> jornalista da

<sup>72</sup> MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Séries perfis parlamentares).

<sup>73</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>74</sup> Fundado em 5 de outubro de 1929 como parte do conglomerado de jornais pertencente à Assis Chateaubriand. Dirigido por este último, Cumplido de Sant’Anna e Frederico Barata. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república contra Júlio Prestes e a “Revolução de 1930”. Devido a crises financeiras, deixou de circular em junho de 1973.

<sup>75</sup> Conversando com duas representantes oficiais ao 2º Congresso Feminista – Um poeta que morre aos 92 anos de idade e o feminismo no Ceará. In: GALENO, Henriqueta. **Henriqueta Galeno no Congresso Feminino...**, *op. cit.*, 1932, p. 56.

<sup>76</sup> Pseudônimo de Teodoro Cabral (1891-1955), natural de Itapipoca (CE). No Pará, para onde migra ainda criança, ingressou no jornalismo local, sendo redator-chefe d’*O Estado do Pará*. Em 1911, regressa a Fortaleza, participando em 1927 da fundação da *Gazeta de Notícias*, onde exerceu as funções de secretário, redator, diretor e cronista até 1932. Destacou-se neste jornal sua coluna “Ecos e Fatos”. SILVA, Marcos José Diniz. Questão social é “problema moral”: militância moderno-espírita e trabalhadores no Ceará nas primeiras décadas do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010.

*Gazeta de Notícias*<sup>77</sup> – e não só para ele, decerto – tal característica era encarada como positiva, uma “feliz” particularidade, na medida em que fazia de tal espaço uma exceção, uma espécie de oásis numa terra onde as paixões partidárias agiriam como elementos desagregadores:

Uma das características do Salão Juvenal Galeno, e que merece ser assinalada, é a *ausência de côr política*, numa terra de estreito partidarismo, como é a nossa. Ai, mergulhados no ideal da musica e da Beleza, se acotovelam, em edificante exemplo de confraternização, indiferentes e partidarios em politica, governistas e oposicionistas de todos os matizes. [...] No Salão Juvenal Galeno, silenciam-se as prevenções politicas, as intrigas literarias de oficiais do mesmo officio, as desafeições particulares; *só uma voz ali se erguia, que era a voz da concordia e da fraternidade. A Dra. Henriquêta Galeno possui o dom precioso de harmonisar e conciliar*, sob o teto acolhedor de seu salão, aqueles que, cá fora, no turbilhão da vida, se separam e se distanciam impelidos pelo antagonismo das idéas, dos sentimentos e dos interesses.... [grifo nosso]<sup>78</sup>

Polybio se vale de alguns termos e ideias para comunicar aos seus leitores determinada imagem do Salão Juvenal Galeno e daquela que o dirigia: edificação, silenciamento de intrigas e desafeições, concórdia, fraternidade, conciliação, acolhimento, capacidade de unir e aproximar, qualificativos historicamente ligados, em maior ou menor intensidade, aos corpos femininos e às expectativas sociais construídas sobre eles e suas ações. Ao garantir que tais qualidades, sob o teto do Salão – que também era a casa de Henriqueta – agiam como elementos neutralizadores de discussões políticas, discussões que na maioria das vezes distanciavam e separavam, desuniam e criavam inimigos, Polybio, no mesmo movimento, estabelecia um impedimento prático de que a política<sup>79</sup> – vivenciada, segundo ele, no “turbilhão da vida”, no “cá fora”, no espaço público – pudesse se constituir também num espaço de mulheres. Nos tópicos posteriores, será possível perceber mais detidamente como estas qualidades femininas naturalizadas, ligadas ao cuidado, à edificação, à concórdia ou mesmo sua identificação com o privado/o lar, serão utilizadas

<sup>77</sup> Matutino fundado em 10 de julho de 1927 por Antônio Drummond, tendo sido empastelado logo ao atingir o primeiro mês de circulação. Segundo Geraldo Nobre (2006), foi durante muitos anos o jornal mais popular do Ceará. **Introdução à história do jornalismo cearense – edição fac-similar/Fortaleza:** NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

<sup>78</sup> O Ceará no Congresso Feminino. In: GALENO, Henriqueta. **Henriquêta Galeno no Congresso Feminino...**, *op. cit.*, 1932, p. 53.

<sup>79</sup> Reflexões críticas feministas acerca da dualidade entre esfera pública e esfera privada contribuíram fortemente para um alargamento da noção de política, na medida em que desconstruíram a estabilidade da lógica que ligava o privado ao pessoal e o público ao político. A redefinição de suas fronteiras, dessa forma, vinculou-a também à esfera da privacidade, da sexualidade e da intimidade, levando-nos a uma compreensão mais abrangente das relações sociais que esteja atenta aos conflitos e embates profundamente políticos da vida cotidiana. Cf.: BIROLI, Flávia. O público e o privado. In.: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

como argumentos de exclusão das mulheres da vida política, mas também como a principal justificativa para reclamar sua presença “edificadora” neste campo.

No que se refere a este último ponto, Flávia Biroli (2014) aponta a existência de uma corrente teórica feminista eclodida na década de 1980, em que uma “diferença” das mulheres é mobilizada de modo a legitimar sua presença e efetiva atuação no campo da política. De modo geral, para o “pensamento maternal” ou corrente maternalista, a tradicional divisão sexual do trabalho teria produzido uma ética própria nas mulheres, distinta de uma ética imparcial e universal da justiça liberal, ética ligada ao cuidado e às experiências específicas vivenciadas por elas. Essa sensibilidade despertada pelas vivências femininas produziria relações sociais menos hostis e mais conciliadoras.<sup>80</sup> Neste caso, a dualidade público/privado não ganha uma carga totalmente negativa, mas é utilizada como instrumento de legitimação de uma moral singular e, a partir desta, de uma maior participação e influência das mulheres nas relações sociais, notadamente nas relações políticas:

O “pensamento maternal” e a “política do desvelo” afirmam que as mulheres trazem um aporte diferenciado à esfera pública, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos, quando não pelo desejo de legar um mundo mais seguro para seus filhos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina.<sup>81</sup>

Dessa forma, a existência de uma diferença entre mulheres e homens não é negada, mas qualificada positivamente. Segundo Luis Felipe Miguel (2014), a corrente maternalista é relevante porque se apropria e pensa teoricamente um elemento do senso comum – uma pretensa sensibilidade feminina – sendo por vezes utilizada pelas próprias mulheres em benefício próprio, como uma autêntica atitude estratégica. O perigo existente na lida com esta abordagem é, exatamente, a possibilidade de resvalar para um discurso essencialista que retire essa diferença do campo da historicidade, naturalizando-a. Tal valorização de uma diferença e de uma especificidade femininas pode, ainda, ser apropriada por posturas antifeministas como arma de legitimação e perpetuação de desigualdades.<sup>82</sup>

<sup>80</sup> BIROLI, Flávia. Justiça e família. In: **Feminismo e política: uma introdução...**, *op. cit.*, 2014, p. 50.

<sup>81</sup> MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: **Feminismo e política: uma introdução...**, *op. cit.*, 2014, p. 69.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 75

Essas possibilidades de pensamento e sua mobilização estratégica por algumas mulheres podem auxiliar na reflexão acerca da postura de Henriqueta Galeno em reafirmar tão assertivamente as ideias de “harmonia” e “conciliação” das atividades do salão sob sua direção. Em que medida tal posicionamento pode ter permitido a ela maiores possibilidades de contatos, maior repercussão de sua voz e influência, maior viabilidade de ser escutada? E ainda: Qual o simbolismo do fato de que um espaço marcado pela pluralidade de ideias fosse harmonioso e conciliadoramente dirigido por uma mulher diante de um congresso exclusivamente composto por homens onde, contrariamente, reinava a “desordem”, a “confusão” e a “balbúrdia”? São questionamentos que podem ser levantados a fim de que as posições de Henriqueta – aparentemente paradoxais – sejam consideradas e exploradas em todas as suas possibilidades.

A imagem de Henriqueta, portanto, confundia-se com a imagem do salão que ela fundou e articulou ao longo dos anos. Évila de Sá (2018), detendo-se sobre sua trajetória de vida enquanto literata e feminista, levantou a hipótese de que Henriqueta só teria se dedicado mais intensamente à “causa intelectual” devido ao fato de sua vida amorosa ter sido “solitária” e por nunca ter casado ou tido filhos.<sup>83</sup> Tal análise reitera a ideia de que o casamento seria o destino ideal e esperado de todas as mulheres; como isso não aconteceu, ela teria canalizado sua dedicação e esforços para a vida literária, mas apenas secundariamente. Tolda, enfim, a possibilidade existente dela ter, de fato, escolhido não casar e ter filhos, a despeito do contexto da época propalar a existência familiar como a expressão máxima dos anseios e “destinos” femininos. A autora cita, inclusive, a existência de uma pretensa “natureza” feminina e uma imperativa necessidade de proteção da parte desta ao tentar interpretar sentimentos de “vazio” e “solidão” vislumbrados em alguns dos escritos de Henriqueta.

Se sua imagem estava atrelada à capacidade de conciliar e neutralizar dissensões, a retórica mobilizada por ela para expor suas ideias no Rio de Janeiro, entre companheiras de ideal, apontava para outra postura. Postura que reclamava urgência, que não admitia recuos, que demandava “coragem”, “decisão” e “altivez” na luta. Luta que seria mais do que justificável, na medida em que as mulheres continuavam sendo injustamente “condenadas” por um “crime” que sequer escolheram praticar: pertencer ao sexo feminino. Procurou deslegitimar e desacreditar tais discursos de inferioridade das

---

<sup>83</sup> DE SÁ, Évila Cristina Vasconcelos. **Educadora Henriqueta Galeno**: biografia de uma literata e feminista (1887-1964). 2018. 108 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018, p. 65.

mulheres a partir de seu sexo, apresentando suas fragilidades, tanto na esfera das leis quanto na esfera da ciência. Pretextos “calculados”, “irritantes”, “insidiosos”, “caducos”, “ridículos”, “bárbaros”, “absurdos” e, sobretudo, “ilegítimos” e “cientificamente infundados”. Se muitos se valiam de dados científicos obsoletos para justificar uma pretensa inferioridade, ela também se ancorava em “autoridades no assunto” para provar, por oposição, citando autor, obra, trechos e páginas exatas os fundamentos atualizados de sua explanação.

No que se refere ao tema mobilizador de sua fala, a bandeira que elas, mulheres feministas, deveriam empunhar de forma prioritária e urgente, localizava-a não no campo do voto, mas no da emancipação econômica. Para alcançar tal fim, defendeu a “participação igualitaria da mulher em todas as atividades sociais”, sem exceção, em que o parâmetro utilizado para incluir ou excluir estaria fincado não no terreno da diferença sexual, mas no das capacidades. Ao traçar este critério, demarcava que a inferioridade das mulheres se constituía não numa “condição”, fundada em sua fisiologia, mas numa “situação”<sup>84</sup> atentatória e injusta, mas que poderia, como toda situação, ser modificada:

Não queremos mais ser afastadas do desempenho de um cargo publico, ou que seja-nos vedado o seu acesso com o eterno e *fragilimo pretexto* de não o podermos occupar, pelos simples facto de pertencer ao sexo feminino. Ora, não ha nada de mais *absurdo*, de mais *attentatorio aos direitos alheios*. Para que serve a Constituição de meu paiz? Acabemos de vez com este absurdo. A mulher deve exercer toda e qualquer funcção publica, devendo-se-lhe exigir somente que ella tenha o necessario preparo para o cargo que pleiteia. *Não se cogite de sexo e sim de sua capacidade*, no desempenho das funcções por ella exercidas. Veja-se, no exercicio de qualquer cargo, simplesmente o funcionario, sem distincção de sexo, obrigado ás mesmas vantagens e aos mesmos prejuizos. Não vejo maior absurdo que esta condemnação da mulher, relegada a uma *situação de inferioridade* pelo grande e muitas vezes involuntario crime de ter vindo a esta existencia planetaria pertencendo ao sexo feminino. Isto é simplesmente *ridiculo*. Por mim, se me tivesse feito uma consulta previa, jamais eu teria vindo aqui como mulher, enquanto o nosso paiz usasse de *sistema tão barbaro* para o nosso sexo. [grifo nosso]<sup>85</sup>

No excerto acima, Henriqueta cobra uma igualdade absolutamente integral para mulheres e homens no âmbito público, tanto na esfera das “vantagens” quanto na dos “prejuízos”, em outras palavras, a diferença sexual existente entre corpos femininos e masculinos deveria se configurar num fato, para todos os fins, irrelevante em matéria de garantir direitos e delegar deveres. Naquele momento, valia-se e mobilizava argumentos de

<sup>84</sup> DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 106.

<sup>85</sup> These apresentada e defendida pela Dra. Henriqueta Galeno, representante do Estado do Ceará... In: GALENO, Henriqueta. **Henriqueta Galeno no Congresso Feminino...**, *op. cit.*, 1932 p. 7.

igualdade para cobrar tratamento igual. Convém pontuar, no entanto, para fins de aprofundamento da análise, que a sociedade em que Henriqueta Galeno viveu e pleiteou direitos era, como ainda é hoje, marcada pelas diferenças de gênero, atravessada e estruturada por estas relações, em que as diferenças entre os corpos possuíam distintos pesos e valorações sociais, de modo que as experiências reais dos sujeitos dependiam significativamente de qual era seu sexo.<sup>86</sup>

Nesse sentido, como as mulheres poderiam participar de todas as atividades sócio-políticas nas mesmas bases que os homens tendo os encargos biológicos da gestação e, geralmente, do cuidado constante para com os filhos? Como poderiam tomar parte nas relações de trabalho nas mesmas bases que os homens, tendo, de antemão, “deveres” e atribuições anteriores no espaço doméstico? Levanta-se tais questionamentos não no sentido de apontar, soberbamente, erros ou contradições nos argumentos de Henriqueta Galeno, mas no sentido de atentar para obstáculos reais que poderiam dificultar, como decerto o fizeram, a entrada e efetiva manutenção das mulheres no espaço público nas mesmas bases que os homens. Quanto a isso, Carole Pateman (1993) discutiu como a “trabalhadora” não se constituía, como os homens, apenas numa trabalhadora, mas numa esposa e/ou mãe que trabalhava, como uma mulher que possuiria, de antemão, deveres não negligenciáveis em casa. O mundo do trabalho, público e capitalista, teria sido constituído pelos homens e para os homens,<sup>87</sup> motivo pelo qual a presença feminina neste espaço seria, desde o início, tensionada e desigual.

No que concerne ao voto feminino, embora não o elegeisse como a principal questão, considerava-o necessário e oportuno lutar por tal direito no contexto de então, sobretudo pelos direitos políticos se configurarem numa realidade já consolidada em outros países. Pretendendo ir além do voto, não o encarava como um fim em si, mas como uma das portas de entrada para a efetiva concretização de suas cidadanias.<sup>88</sup>

Terminadas as atividades do II Congresso Feminista, e considerando-se que alguns jornais de Fortaleza realizaram uma cobertura do evento, acompanhando os passos de Henriqueta e de Adília de Albuquerque Moraes<sup>89</sup> no Rio de Janeiro e após seus retornos

---

<sup>86</sup> OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(2): 440, maio/agosto 2008.

<sup>87</sup> PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

<sup>88</sup> No Congresso Feminino: a these brilhante da representante do Ceará, Doutora Henriqueta Galeno. **O Povo**, Fortaleza, 16 de julho de 1931.

<sup>89</sup> Adília de Albuquerque Moraes (1874-1942) Nasceu em Icó (CE). Foi professora do curso anexo à Escola Normal. Publicou em inúmeros jornais, como *A Republica*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará*, *A Razão*, *O Povo*, entre outros.

à Fortaleza, fazia-se necessário explicar ou mesmo definir, num texto breve e informativo, aquelas ideias que tanto eram mencionadas na imprensa. Suzana de Alencar Guimarães<sup>90</sup> elaborou tal definição sob o título de “O que é o feminismo?”, sendo devidamente publicada no jornal *O Povo*. Por meio de suas explicações, ela procurou demarcar, por oposição, o que o feminismo não era. Fez isto construindo uma identidade positiva sobre o termo, procurando se afastar de representações que apontavam no movimento sinais de “perigo” e “subversão”.

O essencial é o direito de trabalhar e, conjuntamente a este, seja dada á mulher uma educação solida, ensinando-a a ganhar a vida pelo trabalho honesto, quer para a sua manutenção, quer para o auxilio de sua familia, preparando-a assim para qualquer eventualidade no futuro. O essencial é que a mulher, nesse seculo de actividade, deixe de ser o que tem sido até hoje: - a eterna parasita da familia. O Feminismo pleiteado pela mulher actual não consiste na masculinização dos habitos, das roupas e da linguagem. Ser feminista (como eu entendo o Feminismo) não é usar vestuario masculino, conduzir no bolso a carteira de cigarros, manter inteira liberdade de idéas, muitas vezes inconvenientes, em palestras com os homens. [...] Feminismo não é e nem poderá ser jamais, a emancipação completa da mulher, a conquista dos vicios e dos erros que a liberdade absoluta veio trazer ao sexo opposto. [...] Se os *entendidos* acharem que não é isso, eu confesso, neste caso, que não sou *feminista*...<sup>91</sup>

Suzana corroborava e compartilhava da preocupação de Henriqueta de alargar o campo de objetivos do feminismo para além da luta pelo voto, mas não só: inscrevia tal prática – a do direito de trabalhar – no terreno da necessidade, da praticidade, da conveniência, bem como e, principalmente, do socialmente saudável e inofensivo, ao se afastar e criticar outras práticas, entendidas como demasiado deslocadas, excessivas e inconvenientes; práticas que poderiam até existir, mas com as quais ela não se identificava.

Quanto à tese de Henriqueta Galeno, a despeito de seu chamado imediato à luta e sua retórica marcada por ironias, ao que parece, foi acolhida positivamente. Aplaudida por apresentar um trabalho “oportuno” para o contexto de então, que exigia de ambos os sexos uma colaboração produtiva, de acordo com os imperativos da vida moderna, uma tese, enfim, que não se inscrevia nas práticas de um “feminismo fantasioso e desbragado”, muito menos nas “perigosas liberdades do amor livre”. O literato Hugo Catunda<sup>92</sup> elogiou o seu

<sup>90</sup> Suzana de Alencar Guimarães nasceu aproximadamente em 1910. cursou Farmácia e Odontologia, foi sócia da Academia de Letras do Ceará e da Associação Cearense de Imprensa e colaboradora de alguns jornais na capital, como *A Idéia*, órgão do Liceu Cearense e *A Rua*, de Júlio Ibiapina, neste último exercendo a função de redatora.

<sup>91</sup> GUIMARÃES, Suzana de Alencar. O que é o feminismo. **O Povo**, Fortaleza, 18 de julho de 1931.

<sup>92</sup> Hugo Catunda Fontenele (1899 –1980) nasceu em Ipueriras (CE). Dentre outras informações, foi historiador, ensaísta, membro da Academia Cearense de Letras e na área pública exerceu vários cargos, dentre os quais Diretor do Departamento Estadual de Educação e Diretor do Museu Histórico do Ceará. Publicou

posicionamento, sobretudo por ela ter se afastado de pautas “perigosas” defendidas por outras mulheres no mesmo evento, não se deixando influenciar “pelo espírito paradoxal do radicalismo alucinante” que as teria direcionado:

A tese da doutora Henriqueta Galeno é um trabalho consciencioso e oportuno, e o seu ponto de vista, magistralmente defendido, traduz, na sua profunda justeza de conceitos uma religiosa meditação na complexidade impressionante dos grandes problemas que preocupam o espírito do século. Sem se deixar iludir pelo brilho efêmero de teorias avançadas e inassimiláveis, a *leader* feminista cearense preferiu atacar a questão pelo seu lado prático, ajustando-a a limites convenientes e encaminhando-a para possíveis e úteis objetivações.<sup>93</sup>

Paradoxo definia-se, à época, como “opinião contrária à opinião comum”, “desconchavo”, “asneira”; e alucinar definia-se como “privar da razão”, “desvairar”, “apaixonar”, “fazer cair em ilusão”.<sup>94</sup> Para Catunda, feminismo ou no caso, um “mau” feminismo, era representado como algo que poderia ser irracional, ilusório, desvairado, beirando a tolice, mas também como algo potencialmente desafiador de ordenamentos e normas e, dessa forma, perigoso.

Foi reclamando um respeito à ordem, mais especificamente à ordem natural, estabelecida biológica e fisiologicamente, que Padre Coulet<sup>95</sup> refutava o feminismo por seus “equivocos” antinaturais, a saber, o de estimular as mulheres a realizarem funções não condizentes com suas constituições físicas. Tal discurso foi publicado minuciosamente pelo *O Nordeste* na mesma época das atividades do congresso feminista no Rio de Janeiro. Sobre o evento, o periódico católico não empenhou uma nota sequer; em oposição, falou sobre o “papel normal” e o “destino” das mulheres, a “grandeza” do matrimônio cristão e a existência de oposições ao feminismo em Fortaleza.

O referido padre utilizou argumentos religiosos, mas também e, principalmente, valeu-se do discurso científico, da palavra “autorizada” da ciência, como forma de encerrar definitivamente – e “verdadeiramente” – a questão: lançando as diferenças e as normas que delas advinham no terreno da natureza, ele pretendia torná-las cientificamente fixas, comprovadas, irrefutáveis, inquestionáveis:

---

obras como: Metodologia do Ensino da Escola Normal Rural, Juvenal Galeno – o precursor da Arte Nova e Atualidade de Justiniano de Serpa.

<sup>93</sup> CATUNDA, Hugo. Conceitos Oportunos. In: GALENO, Henriqueta. **Henriqueta Galeno no Congresso Feminino...**, *op. cit.*, 1932, p. 77-78.

<sup>94</sup> FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**, edição de 1913.

<sup>95</sup> Religioso francês, jesuíta, tinha suas conferências comumente publicadas na imprensa, notadamente católica. No início da década de 1930, seu nome aparece vinculado a Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, que geralmente o convidava para conferenciar. Tratavam de questões caras para o catolicismo, como o “papel” da mulher, divórcio, família, dentre outras.

[...] Ninguém nega a intelligencia das mulheres nem a possibilidade de muitas concorrerem com os homens até mesmo nos sports. *A questão precisa ser collocada nos seus verdadeiros termos. É á sciencia que se deve dar a palavra para resolvê-la.* O orador passa então em revista os *postulados scientificos* que corroboram plenamente as suas opiniões relativas á sua these de que a *mulher é e será sempre mulher e nunca se póde confundir com o homem. Que nos ensina a biologia, que nos mostra a phisiologia, senão essa profunda verdade, que se procura illudir, sem se ter em conta que a natureza humana não se falseia impunemente? Os scientists proclamam, sem rebuço, que as necessidades, as exigencias e as reacções da mulher são proprias de seu sexo. Não é possível calcar-se aquillo que deve ser tido como indisfarçavel condição.* [grifo nosso]<sup>96</sup>

No que concerne ao saber médico, cientificamente especializado, Fabíola Rohden (2008) ressalta que, embora tenham ocorrido significativas transformações no modo como corpo e comportamento femininos eram entendidos no final do século XIX até meados do XX, persistia uma “substancialização da diferença”, ou seja, construíam-se “renovadas formas de essencialismo” para explicar e entender a diferença sexual. A reiterada ligação dos corpos femininos com seus sistemas reprodutores, a ponto dos ovários ou a ausência deles terem sido entendidos, nessa temporalidade, como desencadeadores de perturbações físicas, mentais e mesmo identitárias nas mulheres, bem como os garantidores de suas “funções” na ordem dos sexos e da sociedade, denota como a ciência de fato atuou no sentido de naturalizar e fixar estas diferenças.<sup>97</sup>

As ponderações de Paul Coulet ao pretender desacreditar os “equivocos” de um feminismo que procurava “equiparações illusionaes” a todo custo; as de Hugo Catunda, que estabelecia diferenciações e limites entre um feminismo “perigoso” e um feminismo “conveniente” e até digno de aplausos; a preocupação de Suzana de Alencar Guimarães em definir e positivar o feminismo, tal qual ela entendia, em oposição e para além de práticas consideradas “inadequadas”; os posicionamentos de Henriqueta ao estabelecer limites para, dentro deles e a partir deles, melhor movimentar-se, são alguns exemplos de como o entendimento acerca do que seria feminismo ou do que definiria determinadas práticas como sendo feministas não se constituía num processo unânime, uniforme, nem mesmo dual, relativo a opositores e adeptos, mas era disputado, demarcado, tensionado, tornado arena de luta, inclusive e particularmente pelas próprias mulheres que se identificavam enquanto tais.

Pelo caráter tensionado e multifacetado do período, torna-se ainda mais pertinente atentar para os caminhos e trânsitos por meio dos quais Henriqueta Galeno

<sup>96</sup> O papel normal da mulher e o seu destino pessoal. **O Nordeste**, Fortaleza, 22 de julho de 1931.

<sup>97</sup> ROHDEN, Fabíola. **O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 133-152, jun. 2008.

forjou suas próprias práticas feministas, elaborando-as e reelaborando-as não de forma a encaixá-las e torná-las totalmente “acordes”<sup>98</sup> às ideias ventiladas do Rio de Janeiro, via Federação; não de forma a comunicá-las como “destruidoras” e “subversivas”, por ser abertamente favorável ao divórcio, mas de forma a possibilitar e viabilizar, entre avanços, interrupções e recuos, seus movimentos enquanto mulher pública, atuando e, na medida das possibilidades, sendo aceita positivamente enquanto tal.

### 2.3 Rachel de Queiroz e os Feminismos: entre aversões e identificações

Rachel de Queiroz (1910-2003) é corriqueiramente enxergada como uma feliz exceção no “destino” traçado para a maioria das mulheres de seu tempo. Leitora voraz desde a adolescência, influenciada pelo ambiente familiar onde a leitura e a escrita eram regra e hábito, muito cedo se tornou um fenômeno nacional. Com seu primeiro romance, “O Quinze”, a mocinha natural de Fortaleza, mas residente em Quixadá, no sertão cearense, deixou boquiabertos alguns dos principais críticos literários e escritores da época, que insistiam em procurar naquelas linhas enxutas e de um realismo cortante uma masculinidade de mãos que caracterizariam aquele estilo de escrita.

Antes mesmo da publicação do livro, em 1930, já escrevia e publicava em alguns jornais e revistas de Fortaleza, como n’*A Jandaia*<sup>99</sup>, n’*O Povo* e n’*O Ceará*, como um dos nomes mais badalados de uma nova geração de jovens escritores. Neste último periódico, fundado e dirigido por Júlio Ibiapina, iniciou sua colaboração na imprensa a partir de uma ousada carta, por meio da qual foi convidada para coordenar a sessão literária *Jazz-Band*. Declaradamente anticlerical, os artigos veiculados no jornal de Ibiapina criticavam sem papas na língua as contradições do catolicismo à época, motivo pelo qual chegou a ser condenado pela Arquidiocese cearense e sua leitura proibida entre os católicos. O primeiro local de trabalho de Rachel, portanto, foi na redação do “condenado”, fato que lhe renderia algumas críticas e alfinetadas do *O Nordeste*, sobretudo por ela ter pertencido ao tradicional Colégio da Imaculada Conceição, extremamente rigoroso quanto aos hábitos morais e religiosos de suas internas.

---

<sup>98</sup> No Congresso Feminino: a these brilhante da representante do Ceará, Doutora Henriqueta Galeno. *O Povo*, Fortaleza, 16 de julho de 1931.

<sup>99</sup> Revista literária circulante em Fortaleza a partir de março de 1923. Dirigida pelo poeta e jornalista Mozart Firmeza (1906-1965), que assinava com o pseudônimo de Pereira Júnior. Publicou junto com Jäder de Carvalho, Sydney Neto e Franklin Nascimento *O Canto Novo da Raça* (1927), considerado por alguns importantes críticos literários da época como a primeira obra modernista do Ceará. Além de Rachel de Queiroz, também escrevia nesta revista Suzana de Alencar Guimarães.

Já trabalhando no *O Ceará*, estabeleceu contato com a anarquista e feminista mineira Maria Lacerda de Moura, convidando-a para colaborar na imprensa cearense por meio do envio e publicação de seus textos em alguns jornais. Maria Lacerda era então um nome reconhecido nacionalmente, tanto por suas reflexões sobre a “condição feminina” quanto por suas ideias individualistas, anticlericais e contrárias ao capital. Seu ponto de vista acerca da ineficácia do voto feminino para uma transformação significativa na vida das mulheres das classes mais baixas a fez se distanciar, ainda em 1921, das reivindicações sufragistas e de Bertha Lutz, embora esse afastamento de associações femininas e/ou feministas não tenha diminuído seu interesse de reflexão sobre a vida das mulheres e suas opressões, conforme ressaltou Miriam Moreira Leite (1984).<sup>100</sup> O contato de Rachel com a pessoa e as ideias multifacetadas de Maria Lacerda de Moura leva a conjecturar que uma “outra face do feminismo”, em nada bem comportada, chegava a ressoar por estas bandas, se fazendo ver, ler, publicizar e suscitar discussões no Ceará do final da década de 1920, ainda que a própria Rachel não se apresentasse como tão simpática ao feminismo, chegando a declarar-se, anos mais tarde, como uma adversária do movimento e de sua política.

Rachel de Queiroz seria, num olhar rápido, o “outro” deste capítulo. Dentre tantas mulheres – algumas conhecidas suas, pertencentes a sua rede de sociabilidades, como Henriqueta Galeno, Suzana de Alencar Guimarães e Adília de Albuquerque Moraes – que se declararam feministas, assumindo em maior ou menor grau os ônus e os pesos sempre existentes desta tomada de partido, ela mesma parece não ter se engajado com o feminismo e algumas de suas principais bandeiras. Sua imagem enquanto mulher jovem, mas já trabalhadora, emancipada, intelectual, irônica muitas vezes, sarcástica tantas outras, polemista, engajada, boêmia, parecia querer alimentar uma autonomia que provinha dela mesma, e não da identificação e alinhamento com grupos. Ou talvez Rachel não seja o “outro”, o corpo estranho desta discussão que vêm enfocando os perfis de algumas mulheres cearenses durante as três primeiras décadas do século XX, seus discursos e práticas. Talvez ela represente fortemente o próprio teor das tensões do período, dizendo muito acerca de como as disputas envolvendo o feminismo – suas adesões ou oposições – se constituíam, antes de tudo, num debate sobre identidades, não somente entre identidades femininas e masculinas, mas no interior desses próprios grupos. Por meio dela e de suas posições e lealdades, ainda que provisórias, tomando-a como elemento de transição e contradição, a constituição de experiências feministas no Ceará se esboçará como ainda

---

<sup>100</sup> LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

mais tensionada e complexa em suas rugosidades, especialmente em relação às campanhas pelo voto, ponto nodal desta reflexão.

Em 1927, assinando com o pseudônimo de Rita de Queluz, enviou uma carta a Suzana de Alencar Guimarães, vencedora do concurso Rainha dos Estudantes Cearenses, parabenizando-a pela vitória, mas sugerindo, irônica e espirituosamente, que mudasse seu título de “Sua majestade, Suzana I, Rainha dos Estudantes Cearenses” para “Chefe do Soviet Estudantal do Ceará”.<sup>101</sup> Sua intrepidez rendeu resultados: a correspondência foi publicada no *O Ceará*, sua identidade escondida sob o pseudônimo, descoberta, e prontamente foi convidada pela direção do jornal para colaborar em sua redação. Como ressalta Natália Guerellus (2011), a carta de Rachel já possuía elementos desencadeadores de uma crítica social embasada no ideário comunista que circulava na década de 1920, contudo, foi a partir de sua inserção na imprensa e em contato com jornalistas dedicados a leituras socialistas, como Jader de Carvalho<sup>102</sup>, Hyder Côrrea Lima<sup>103</sup> e Djacir Menezes<sup>104</sup>, que teria sido “comunizada”, mesmo antes de sua entrada oficial no Partido Comunista, que se daria em 1931.<sup>105</sup>

Pela segunda metade de 1928, outro passo de ousadia a colocaria em contato direto com a polêmica e controversa escritora e conferencista Maria Lacerda de Moura, nascida em Manhuaçu, Minas Gerais, em 1887, numa família de não muitos recursos. Como já ressaltado, o nome de Maria Lacerda não estava ligado unicamente ao feminismo, mas se imbricava com muitas outras frentes que poderiam se interseccionar. Declarava-se individualista, anticlerical, antifascista, adepta do amor livre e da emancipação feminina em

<sup>101</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Rachel de Queiroz: Regra e Exceção (1910-1945)**. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 38-39.

<sup>102</sup> Jader Moreira de Carvalho (1901-1985) nasceu em Quixadá (CE). Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1931), integrante da Academia Cearense de Letras e professor de História do Colégio Estadual do Ceará. É considerado um dos iniciadores do movimento modernista no Ceará, publicando com Mozart Firmeza, Sidney Neto e Franklin Nascimento o livro *O Canto Novo da Raça* (1927). Fundador e diretor dos jornais *A Esquerda* (1928), de cunho socialista, que circulou por menos de um ano e do *Diário do Povo* (1947-1961). Em entrevista, afirmou ter nascido para o marxismo em 1928. Jäder de Carvalho. **O Povo**, Fortaleza, 25 maio 2000. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/acervo/entrevistas/2012/10/05/noticiasentrevistas,2928075/jader-de-carvalho.shtml>>. Acesso em: 05 out. 2018.

<sup>103</sup> Augusto Hyder Correa Lima (1903-1981) nasceu em Fortaleza (CE). Médico e patrono da Academia Cearense de Medicina. Foi Hyder quem escreveu uma carta com o objetivo de apresentar Rachel a um grupo de simpatizantes comunistas do Rio de Janeiro em 1931, quando ela viajou para a capital da República para receber o prêmio Graça Aranha pelo seu *O Quinze*.

<sup>104</sup> Djacir Menezes (1907-1996) nasceu em Maranguape (CE). Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará em 1932 e professor da Faculdade de Direito e da Escola Normal. Foi um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará e da Academia de Comércio. Escrevia em alguns periódicos, como *O Ceará*, *O Povo*, *A Farpa* (redator) e *A Manhã*.

<sup>105</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Rachel de Queiroz: Regra e Exceção... op. cit.**, p. 40.

todas as esferas, tanto em relação aos homens como em relação ao capital. Miriam Moreira Leite assim sintetiza a atuação de Maria Lacerda em seu esforço de reflexão sobre a população feminina ao longo de sua trajetória:

A partir de seu primeiro livro, em 1918, Maria Lacerda começou a examinar a condição feminina e a bibliografia em português ou traduções existentes a respeito da mulher. Nas obras subsequentes passou a divulgar a luta pelo direito à cidadania, à educação; a necessidade de resistência à redução da vida da mulher ao papel de procriadora, aos preconceitos existentes contra a mulher escritora, à legitimação da inferioridade feminina na sociedade vigente; o direito ao amor e ao casamento por livre escolha, a necessidade da maternidade consciente, o problema da solteirona e da prostituta, as situações criadoras dos crimes passionais e as formas de trabalho doméstico e repercussões do trabalho assalariado feminino.<sup>106</sup>

Pelo leque de temáticas citadas, acrescidas de sua forte posição anticlerical, em que o clero católico era entendido como a raiz criadora e reprodutora da submissão feminina na sociedade, devido a sua influência junto às famílias, às escolas e principalmente junto às próprias mulheres<sup>107</sup>, presume-se como Maria Lacerda era interpretada pelos olhares conservadores de sua época e, por extensão, como eram encaradas as mulheres que a liam, a admiravam, se apropriavam dela e conversavam com seus escritos. Pela acuidade com que citava numerações de página e referências minuciosas a livros, Rachel parecia ter um seguro domínio da obra da escritora mineira. Este conhecimento pode ser percebido por ocasião de uma significativa “arenga” travada com Polybio, pseudônimo de Teodoro Cabral (1891-1955), da *Gazeta de Notícias*, demandando vários dias para ser finalizada. O pontapé inicial da polêmica foi um artigo assinado por Rachel de Queiroz, em que ela compartilhava aos leitores do *O Ceará*, feliz e orgulhosamente, que “o maior nome feminino do momento brasileiro” escreveria nos jornais do Estado e que seria por meio dela que os artigos de Maria Lacerda aportariam no Ceará.

Desde o início de suas palavras, ela ressaltou o espírito crítico, cético e inconformista da polemista, a fim de demonstrar que a “Reforma” almejada por ela seria em si muito mais profunda, remexeria no verdadeiro “problema humano”, iria além dos discursos vazios das revoluções, que prometendo os direitos de igualdade e fraternidade não foram capazes de estancar as desigualdades, misérias e opressões. E apesar de reconhecer que ainda não havia compreendido, pela elevação de suas ideias, o que queria

---

<sup>106</sup> LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo...**, op. cit., p. 21-22.

<sup>107</sup> *Idem*, p. 23.

Maria Lacerda de Moura, havia compreendido, por negação, o que ela não queria, e nesse aspecto juntava seu coro ao dela, “porque o que ella rejeita e afasta eu o tenho tambem palpado e repellido, que isso, infelizmente nos está a tocar e a enojar diariamente”.<sup>108</sup>

Agarrado a esta ideia, da pretensa inexistência de um programa claro e definido por parte de Maria Lacerda de Moura, Polybio passa então a cobrar a jovem jornalista que havia se apresentado como o seu “moço de recados” no Ceará. Rachel, munida de uma polidez que não abdicava de pitadas generosas de acidez e ironia, características, aliás, que lhes eram muito particulares, não demorou em responder a provocação de seu par:

Ilustre Polybio:

Tem carradas de razão o meu caro confrade quando lamenta e condemna a existencia de revolucionarios sem pprograma definido, cuja unica finalidade é destruir, provocar movimentos, meras sedições, perniciosos vendavaes que derrocam sem edificar. [...]

Fez mal, porem, em incluir Maria Lacerda de Moura no perigoso rol desses demolidores, as vezes bem intencionados, mas sempre terrivelmente prejudiciaes. Se tivesse folheado a obra da grande escriptora paulista (que Polybio, irreverentemente, irmana e compara a uma garota pernostica...) se tivesse lido alguns de seus artigos no “O Combate”, decerto não lançaria, maldoso e perfido, aquelle: “Desconfio que Maria Lacerda não sabe exactamente o que quer...” Será possivel que só atravez de meu artigo, o meu pobre artigo tão fraco, tão sem côr, tenha o scintillante chronista de “Ecos e factos”, travado conhecimento com Maria Lacerda? Oh! Eu nunca, nunca, suporia isso!<sup>109</sup>

O ponto de vista de Polybio acerca do pensamento de Maria Lacerda de Moura não se constituía como uma exceção. Ele não fazia coro sozinho, mas compartilhava da disseminada e estereotipada ideia de que ela plantava a destruição em detrimento da construção, muito em decorrência de sua proximidade e alianças, ainda que transitórias, com grupos anarquistas e comunistas. Natália Guerellus (2015) demonstra o equívoco desta exigência lançada ao espírito insubmisso de Moura:

[...] Exigir um “programa de ação” é quase exigir um projeto de governo para alguém que questiona a própria noção de Estado e de governo. O anarquismo de Moura, intrinsecamente permeado pelas discussões de gênero de seu tempo, não cabia em definições cartesianas de “programas de ação”. Mas foi justamente por este viés que a escritora mineira mais se sentiu cobrada em sua trajetória política.<sup>110</sup>

<sup>108</sup> QUEIROZ, Rachel de. Maria Lacerda de Moura. **O Ceará**, Fortaleza, 18 de outubro de 1928. Ed. 00110(2), p. 1.

<sup>109</sup> QUEIROZ, Rachel de. Em torno da fulgurante individualidade de Maria Lacerda de Moura. **O Ceará**, Fortaleza, 21 de outubro de 1928. Ed. 01013(1), p. 1.

<sup>110</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964). 2015. 388 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF, 2015, p. 119-120.

Ainda debruçando-se sobre a resposta de Rachel a Polybio, a jovem enfatizou ironicamente o seu espanto com a possibilidade de que o colunista da *Gazeta de Notícias* estivesse distribuindo críticas a Maria Lacerda sem ao menos ter tido contato com sua obra e artigos na imprensa, o que seria um deslize absolutamente reprovável para um jornalista que se pretendia culto e sério e decerto evitaria que ele taxasse Maria Lacerda pejorativamente de “garota pernóstica”, ou seja, pretensiosa, já que as pretensões da autora estavam muito bem embasadas e documentadas em sua vasta obra. E emendou:

Se suspeitasse que nem todos os elementos desse círculo estavam a par do programma e da obra de Maria Lacerda, teria corrido a me documentar, a folhear “Renovação”, “A mulher é uma degenerada”, “Uma nesga de idealismo para nossos filhos”, “O alcool e a morfina”, “Religião do Amor e da Belleza”, etc., etc., toda a obra da grande reformadora brasileira, e em vez de algumas linhas de entusiasmo e de applauso, teria procurado fazer uma longa exposição da actuação, das idéas, do luminoso programma de Maria Lacerda de Moura. Teria tentado demonstrar, lançando mão até de artigos publicados no Ceará que, aquella que os escreve, colima um fim, visa um alvo, e não age dando *pancada de cego*, ou “procurando fazer extravagancia literaria, adrede preparada para provocar o espanto do honrado burguez...”<sup>111</sup>

Ao presumir que nem todos os jornalistas pertencentes ao “pequeno círculo” para o qual ela escrevia estariam por dentro da literatura que surgia, – e pesa aqui o fato de ser uma jovem mulher recém-ingressa no mundo da imprensa, dirigindo-se a um experiente “medalhão” do jornalismo cearense – demarcava seu próprio lugar não só como uma jornalista que lia e escrevia, mas que tinha consciente domínio e conhecimento acerca do que escrevia. Procurar fazer “extravagancia literaria” não se encaixava com sua prática, portanto. A polêmica não era mais somente sobre Maria Lacerda, suas obras ou a existência e validade de seu programa, mas dizia respeito também a Rachel de Queiroz e sua capacidade – frente às provocações de Polybio e “seu tirocinio de jornalista” experiente em polêmicas – em apresentar e sustentar seus posicionamentos com seriedade, em outras palavras, em praticar jornalismo e não somente “literatices”<sup>112</sup>, termo pejorativo utilizado nas primeiras décadas do século XX, para qualificar ou, no caso, desqualificar a escrita feminina, pretensamente marcada de sentimentalismo, pieguice e futilidade exacerbados.

<sup>111</sup> QUEIROZ, Rachel de. Em torno da fulgurante individualidade de Maria Lacerda de Moura. **O Ceará**, Fortaleza, 21 de outubro de 1928. Ed. 01013(1), p. 4.

<sup>112</sup> Literatice foi um apelido usado pelo modernista paulista Mário de Andrade (1893-1945) para se referir a um estilo de escrita pouco original, marcada por um romantismo exacerbado. Em 1930, ao publicar sua crítica do *O Quinze* no *Diário de Notícias*, Mário teria se surpreendido com o nível de humanidade do livro, sem exageros, retratando a seca como realmente ela era, crua e medonha. Em outros termos, uma escrita que se afastava da “literatice”. Cf.: GUERELLUS, Natália de Santanna. **Rachel de Queiroz: Regra e Exceção...** op. cit., 2011.

O perigo representado pelas mulheres intelectualizadas, diga-se de passagem, ainda se constituía num sério objeto de discussão para diferentes áreas, que iam desde a medicina e o higienismo até a criminologia. Rachel Soihet (2003) demonstrou como, na visão de Cesare Lombroso, influente nome da medicina e da criminologia nos finais do século XIX, era nítida a linha traçada entre o desenvolvimento da inteligência nas mulheres e sua propensão para o mundo do crime.<sup>113</sup> Outra explicação médica corrente no XIX relacionava a educação para as mulheres com sua incapacidade reprodutiva:

[...] o estudo desviava energia dos ovários para o cérebro e em última instância acabaria por tornar as mulheres estéreis. Nesse sentido, quando os argumentos científicos se mostravam menos convincentes, havia sempre o argumento moral que os ministros de diversas denominações religiosas esgrimiam: o conhecimento, tal como o fruto proibido por deus no paraíso, abria o mundo às mulheres mas fechava-lhes o céu.<sup>114</sup>

Terminado o confronto de ideias entre os dois, que se arrastou por vários dias do mês de outubro, em 08 de dezembro *O Ceará* publicou uma carta aberta de Maria Lacerda a Rachel de Queiroz, parabenizando-a por sua primeira polêmica jornalística, mas também agradecendo-a por tê-la defendido. Ao longo do texto, entretanto, reconheceu que o jornalista da *Gazeta de Notícias* possuía alguma razão em suas palavras: afirmava-se como uma individualista, avessa a qualquer programa que limitasse sua liberdade ou a dos outros:

Não é de agora que se exige de mim um programma ou a ingressão “corajosa” em um partido...  
 Que me defina!  
 Que sêlle meu nome com determinado rotulo.  
 Que carregue o peso de uma chapeta.  
 Que me baptise finalmente.  
 Preciso completar-me...  
 O individualista da “vontade de harmonia” não faz programma nem para si nem para os outros.  
 Com relação á minha vida interior, sei o que desejo, sei o que quero.  
 Com relação á vida social, sou anti-social, nem sei nem me interessa saber.  
 Destaco os indivíduos do bloco social.  
 Em relação à sociedade, sei o que não quero.  
 Os seus dezesete annos tiveram bem a intuição dessas verdades.  
 A minha ethica repelle os partidos, os programmas, as moraes sociaes.  
 [...]  
 Prefiro dissolver-me no vasto programma da Vida a limitar-me para ser agradável ás ambições e á vaidade dos homens suffocando as minhas aspirações de Liberdade nos programmas insignificantes dos partidos, das seitas, religiões ou da

<sup>113</sup> SOIHET, Raquel. Sutileza, Ironia e Zombaria: Instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: **Labrys**: estudos feministas, n. 04, agosto/dezembro de 2003.

<sup>114</sup> CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. In: **Revista de Estudos de Cultura**, n. 01, janeiro/abril de 2015, p. 37-38.

concorrência social sob qualquer aspecto.  
Repugna-me o crime de mandar e o servilismo de obedecer.<sup>115</sup>

Um dos principais pontos para que se compreenda as ideias e práticas de Maria Lacerda, portanto, é considerar sua repulsa em inserir-se e conformar-se em todo e qualquer agrupamento que limitasse sua liberdade de consciência. Na interpretação de Céli Pinto (2003) acerca do movimento feminista brasileiro e suas vertentes no lapso temporal do final do XIX até 1932, Moura figura como um dos principais nomes da terceira vertente, que teria ganhado força no interior do movimento anarquista (um movimento revolucionário, porém, em princípio não feminista). Segundo ela, esta última vertente condensava um nível mais elevado de radicalidade, pois as anarquistas – principalmente operárias que estavam vivendo as privações e contradições de uma industrialização nascente – identificavam sua condição de exploradas como uma decorrência direta das relações de gênero desiguais, desigualdade esta facilmente percebida nas relações de trabalho: “Diferente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina”.<sup>116</sup>

Maria Lacerda parecia não ter dificuldade em fazer críticas a si mesma e a livros seus já publicados, parecia reconhecê-los como retratos de sua evolução individual. Em sua autobiografia, publicada inicialmente no jornal *O Combate*<sup>117</sup>, em 1929, comentou suas experiências junto às associações femininas que a fizeram recuar da entrada em quaisquer associações de modo geral, adjetivando negativamente seu primeiro livro publicado, “Em torno da educação (1918)”, de “(sic) patriótico, exaltado, burguesíssimo, cheio de preconceitos e dogmatismo”, e seu “Religião do Amor e da Belleza”, publicado em 1926, como contraditório.<sup>118</sup> Ainda sobre esse livro, ao enviá-lo para Rachel de Queiroz em 1928, ressaltou: “já fui muito mais longe: ha muita ingenuidade e muita perturbação e muita dôr em “Religião do Amôr e da Belleza”. Mas, é um livro do coração”.<sup>119</sup>

<sup>115</sup> MOURA, Maria Lacerda de. Carta aberta aos dezesete annos maravilhosos de uma cearense. **O Ceará**, Fortaleza, 8 de outubro de 1928. Ed. 01052(1), p. 4-5.

<sup>116</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

<sup>117</sup> Jornal diário circulante na cidade de São Paulo que em 1928 abriu espaço em suas páginas para uma proposta de revolução que incluía tanto as forças de oposição ao Partido Republicano Paulista, materializadas pelo Partido Democrático de São Paulo, quanto a classe operária, representada partidariamente pelo Bloco Operário e Camponês (BOC). Circulou até 1930. Segundo De Decca, “através de suas páginas a classe operária entrava no cenário da revolução, não como agente social que deveria receber no final da luta algumas “benesses”, tais como as leis trabalhistas, mas sim como um aliado imprescindível da luta revolucionária”. DE DECCA, Edgar. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

<sup>118</sup> MOURA, Maria Lacerda de. Auto-biographia. *O Combate*, São Paulo, 3 ago. 1929, n. 5 510, p. 3. *Apud* LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. – São Paulo: Ática, 1984.

<sup>119</sup> Maria Lacerda de Moura vae colaborar na imprensa cearense: uma carta intima da grande escriptora a Rita de Queluz. **O Ceará**, Fortaleza, 17 de outubro de 1928. Ed. 01009(1), p. 1.

A respeito da polemista mineira como sujeito em contínua mudança, Jussara Valéria de Miranda (2006) pontua que Maria Lacerda de Moura apoiou o movimento sufragista em seus dois primeiros livros publicados em 1918 e 1919. Com a publicação de “A mulher é uma degenerada?”, em 1924, afastou-se definitivamente das reivindicações sufragistas, o que já vinha ocorrendo desde 1921.<sup>120</sup> Essas observações são necessárias, portanto, por corroborarem com a hipótese de que Rachel de Queiroz, leitora atenta de Moura, decerto já tinha conhecimento de seu ceticismo não somente em relação ao voto feminino, mas em relação ao sufrágio universal e ao próprio sistema representativo como caminho viável.

Heloisa Buarque de Hollanda, em artigo que denuncia uma resistência da crítica brasileira, a partir da década de 60, em analisar a obra de Rachel de Queiroz, nomeando-a como um medo de enfrentar a trajetória particular do pensamento político da escritora, levanta a hipótese de que a repulsa de Rachel ao feminismo teria sido “adquirida” em algum momento de sua vida após 1928. Para embasar seu ponto de vista, cita exatamente a ponte estabelecida entre Rachel e Moura a partir do jornal *O Ceará*:

A aversão ao feminismo foi certamente uma versão “adquirida” uma vez que uma rápida pesquisa sobre seus escritos na imprensa podem trazer algumas surpresas. Por exemplo, durante a segunda metade do ano de 1928, no jornal *O Ceará*, vamos encontrar um diálogo acalorado entre Maria Lacerda de Moura, uma de nossas mais importante lideranças feministas da época e Rachel de Queiroz, jovem jornalista de 17 anos. Os artigos de Rachel defendiam, num tom convicto, as bandeiras feministas e a cruzada de Lacerda de Moura pelo voto feminino. Maria Louvava a combatividade da jovem jornalista e apostava em seu comprometimento com a causa social.<sup>121</sup>

Essas defesas convictas das bandeiras feministas por Rachel não foram encontradas, infelizmente. Entretanto, de acordo com Miriam Moreira Leite (1984) e Jussara Valéria de Miranda (2006), quando Maria Lacerda começou a colaborar na imprensa do Ceará, a defesa do voto feminino não se constituía mais, há muito tempo, uma preocupação que lhe consumia. Concorda-se com Heloisa Buarque de Hollanda sobre o caráter adquirido do posicionamento de Rachel em relação ao feminismo; ressalta-se, no entanto, que não só a aversão é construída, mas também a identificação com suas pautas, na medida em que se entende o feminismo aqui como um posicionamento político que se

<sup>120</sup> MIRANDA, Jussara Valéria de. “**Recuso-me**!”: Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. 2006. 118 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006, 56-57.

<sup>121</sup> HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **O ethos Rachel**. Disponível em: <<https://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/o-ethos-rachel/>> Acesso em: 10 out. 2018.

ancora no reconhecimento da existência de desigualdades sociais e históricas entre homens e mulheres e a necessidade de modificá-las (CRUZ e DIAS, 2015). A relação com o feminismo, enquanto marcador e subversor de identidades, é também um processo social, tal qual a fabricação do gênero nos corpos.

Vale ressaltar que a questão a se pensar e desenvolver não é se Rachel de Queiroz era realmente feminista ou não; muito menos tentar esclarecer os paradoxos criados entre sua fala, que se opunha ao feminismo, e sua trajetória que afirmava potências de autonomia e liberdade. A questão importante diz respeito a como seu posicionamento pode ser analisado como um fator desconcertante, que incomodou não somente as definições de gênero do período e os papéis e qualificativos relativos a mulheres e homens, mas principalmente como sua experiência tensionou as próprias definições que identificavam – não as definições pejorativas de ironia e zombaria utilizadas amplamente na época – uma mulher como sendo “feminista”.

Ela tinha então 17 anos quando foi tachada de sufragista, bolchevista e ateia nas páginas do principal jornal católico do Estado.<sup>122</sup> O motivo, ao contrário do que se poderia supor, não foi uma defesa inflamada da necessidade do voto feminino ou algum envolvimento polêmico em manifestações, mas o teor de suas leituras e, conseqüentemente, de sua escrita, “subversivas” demais para uma mulher. Dupla ameaça em potência: sua escrita refletia suas “más leituras” e seu “destempero em literatura” decerto poderia chegar às vistas de outras mulheres. Pesava contra ela o fato de escrever na redação do jornal que fora excomungado pela Igreja, o que tornava sua conduta e reputação, de pronto, em potencialmente suspeitas. Note-se que o colunista do *O Nordeste*, que assinava com o pseudônimo de Netto Júnior, não supôs que Rachel de Queiroz fosse “suffragista” para exaltar suas características de mulher que luta pelo direito do voto, mas o fez como uma forma de desqualificá-la. O objetivo era que todos aqueles que lessem aquelas linhas, e principalmente as mocinhas tais quais Rachel, concluíssem pelo exemplo empregado o poder nocivo das “más leituras” no pensamento das mulheres e, principalmente, aonde essas leituras poderiam desembocar: em ser tachada de “suffragista”, sendo causa de escândalo para si e para os outros. Ao final do artigo, como uma forma de sinalizar o “melhor” caminho, fez menção à “boa imprensa” e ao “bom jornal”, buscando fazer referência, obviamente, à leitura do próprio *O Nordeste*. Era o jornal, investido de sua autoridade enquanto propagador das diretrizes católicas no Estado, produzindo uma

---

<sup>122</sup> Grosserias inéditas na imprensa cearense. *O Ceará*, Fortaleza, 30 de março de 1928. Ed. 00841(1), p.1.

pedagogia, no sentido de ditar e reiterar práticas “normais” e rechaçar e demonizar práticas “desviantes”. A respeito do processo de constituição dos sujeitos, Guacira Lopes Louro (2013) destaca:

Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram – e são – produtoras de “marcas”. [...] Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam desta produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, freqüentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias.<sup>123</sup>

O ataque sofrido por Rachel desencadeou uma série de protestos na imprensa, vindos principalmente dos periódicos em que ela escrevia. Notas de posicionamento e solidariedade foram publicadas pelo próprio *O Ceará*, *A Jandaia* e *O Povo*. Neste último, foi ressaltada a “liberdade de crenças” e o direito que os intelectuais possuíam de demonstrar seus pontos de vista, quaisquer que fossem eles.<sup>124</sup> A redação d’*A Jandaia* aproveitou para apontar a contradição na conduta de um jornal que se dizia representante da “boa imprensa” e da religião, mas que transformava suas páginas “num pelourinho da reputação alheia”. Como que para demonstrar que “o tiro havia saído pela culatra”, ressaltou que “o nome de Rita de Queluz, a nossa illustre redactora [...] saiu aureolado pela fama e cercado de solicitude que sôem merecer o seu peregrino talento e a sua assombrosa capacidade intellectual”.<sup>125</sup>

Percebe-se, portanto, que independente de Rachel de Queiroz declarar-se feminista ou não, reconhecer ou negar que os estereótipos construídos sobre as mulheres lhe afetavam direta ou indiretamente, o fato é que discursos eram construídos sobre ela, discursos generificados sobre um corpo também generificado, visto ser a própria sociedade estruturada pelo gênero, em que as diferenças sexuais não são neutras, mas possuem significações sociais.<sup>126</sup>

Dois meses antes do jornal *O Nordeste* supor pejorativamente, em março de

---

<sup>123</sup> LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 25.

<sup>124</sup> As grosseirias do orgao catholico provocam protesto. **O Ceará**, Fortaleza, 01 de abril de 1928. Ed. 00843(2), p. 10.

<sup>125</sup> Uma attitude grosseira do “O Nordeste” que provoca protestos. **O Ceará**, Fortaleza, 3 de abril de 1928. Ed. 00844(2), p. 6.

<sup>126</sup> OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, p. 310.

1928, sua ligação com o sufrágio, Rachel havia escrito algumas crônicas enfocando o voto feminino, publicadas na revista *A Jandaia* nos dias 14, 21 e 28 de janeiro e suscitando, segundo Natália Guerellus (2015), mais uma acalorada polêmica.<sup>127</sup> Interessante pontuar que, ao contrário das poesias publicadas nesta revista e assinadas com seu pseudônimo, as crônicas em torno do voto foram assinadas com seu nome próprio, o que demonstrava segurança em assumir abertamente a autoria de suas palavras acerca de um tema particularmente inflamador de disputas. Transcreveremos abaixo o único excerto de que dispomos destas crônicas, trabalhado rapidamente por Natália em sua tese de doutorado sobre a trajetória política de Rachel de Queiroz:

As mulheres não votarão. É coisa decidida. Os nossos pais da pátria não consentem. Embalde alguns velhotes do Senado, num lindo gesto galante, propuseram o ingresso na política das saias curtas, dos *cloches*, das boquinhas pintadas, das cabeleiras à *garçonne*. Os outros licurgos, fossilizados e carrancas, já sem veleidades sentimentais – pudera! – foram de encontro àquele projeto gentil de galanteria. Clamam, enfurecidos e ridículos, que a mulher não pode ter direitos políticos “enquanto não assegurar sua independência econômica”. – Eis a grande injustiça do homem, o mais preguiçoso, o mais ingrato, o pior pagador, de todos os animais que Deus pôs no mundo durante seis dias bíblicos... – Toda mulher, mesmo a mais inútil, ganha sua vida. A mulher trabalha mais que o homem – que, afinal de contas, não é mais que um grande preguiçoso e um grande fiteiro... É a administradora do lar, é a gerente gratuita da casa onde trabalham dezenas de pessoas. É a vice-cozinheira, a vice-copeira, a vice-engomadeira. É a reserva sempre pronta e sempre utilizada. E o marido, longe de ajudá-la neste penoso encargo de substituta, é o primeiro a reclamar quando a sopa queima, quando o *bureau* tem poeira, quando uma faísca malfazeja enegrece ou esburaca a alvura da camisa engomada...<sup>128</sup>

Ela apresentou, um tanto inquieta, um dos motivos que se valeram os legisladores brasileiros para justificar a razão pela qual as mulheres não poderiam gozar de direitos políticos: sua dependência econômica. Qualificou tal argumento de “grande injustiça”, visto que as mulheres inegavelmente trabalhavam, inclusive, mais do que os homens. A grande questão girava em torno do não-reconhecimento deste trabalho, no caso, o trabalho doméstico.

As discussões de Carole Pateman (1993) em torno do Contrato Social – tradicionalmente tomado como o pacto fundador da sociedade civil sob os pilares da liberdade e da igualdade – e sua falsa aparência de universalidade contribuem para analisar em outras bases a relação entre homens, mulheres e direitos políticos. Carole sustenta que o

<sup>127</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz..., *op. cit.*, p. 111.

<sup>128</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964). 2015. 388 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/UFF, 2015, p. 111.

contrato social possui uma parte que foi historicamente suprimida, a história do contrato sexual, ou seja, enquanto os homens adentraram a sociedade civil como indivíduos livres, as mulheres não participaram deste contrato de liberdade, mas permaneceram sujeitas, como desprovidas de individualidade, sob o domínio masculino. O direito político dos homens e seu exercício na esfera pública, desta forma, se constituíram, antes de tudo, num direito sexual sobre as mulheres e seus corpos.

Ainda segundo ela, o contrato de casamento estabelecido entre marido e esposa instituía uma divisão sexual do trabalho, de forma que o mundo público e capitalista do trabalho teria sido constituído pelos homens e para os homens, supostamente imbuídos da responsabilidade de prover não somente a si, mas a sua família, seus dependentes. Caso as mulheres se tornassem trabalhadoras, as bases de incorporação delas nesse ambiente não seriam as mesmas: ganhariam menores salários, já que apenas “complementariam” a renda do marido; e enfrentariam duplas jornadas de trabalho, já que seus “deveres de esposa” no espaço privado continuariam existindo.<sup>129</sup> De forma geral, os obstáculos existentes para que as mulheres tivessem condições de assegurar sua independência econômica se estabeleciam em bases mais profundas e estruturantes das próprias relações sociais. Pelo seu comentário, Rachel de Queiroz, inconsciente ou deliberadamente, expôs o absurdo da exigência daqueles legisladores, se a realidade de grande parte das mulheres brasileiras fosse levada em consideração, visto que elas, no âmbito doméstico, trabalhavam, mas não recebiam nem em dinheiro e muito menos em forma de “ajuda” nas tarefas.

A esse respeito, Silvia Walby (2004), discorrendo sobre alguns pontos que direcionam os debates contemporâneos sobre gênero e cidadania, fez uma indagação pertinente em termos das discussões que ela pode suscitar: a dependência econômica de algumas mulheres é compatível com a cidadania? Tal questionamento parte da constatação de que muitas mulheres ainda vivem no espaço doméstico, exercendo a função do “cuidado” da casa e dos filhos, sem receber nenhum salário, portanto, economicamente dependentes. Sua provocação continua:

Tradicionalmente, supunha-se que a cidadania fosse associada à esfera pública, tanto nos direitos quanto nos deveres. Mas muitas mulheres ainda vivem grande parte de sua vida dentro de esferas privadas, domésticas, e não públicas. Teriam as mulheres de entrar na esfera pública tão plenamente quanto os homens para alcançar cidadania e igualdade, ou há uma rota diferente? Existe um caminho universal para a cidadania, por meio da esfera pública, ou há caminhos diferentes para homens e mulheres? E a função não-remunerada de cuidar dos outros em

---

<sup>129</sup> PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

casa é compatível com a plena cidadania?<sup>130</sup>

Com mais uma polêmica plantada na imprensa, e em resposta aos jornais que se envolveram no debate, Rachel teria declarado, segundo Natália Guerellus (2015), não ser nem favorável nem contra o voto feminino, embasando seu argumento no alto nível de desmoralização da política brasileira, “uma *mélange* indesejável de ambiciosos vulgares e cabotinos invulgares – não somos tentadas absolutamente a nos transformar em cabos eleitorais...”.<sup>131</sup> Criticando o sistema político brasileiro, sua falta de seriedade e idoneidade, questionou se esse espaço, com suas inúmeras falhas e corrupções, seria um espaço que atraísse o interesse e o desejo de participação das mulheres. Conclui Natália que Rachel de Queiroz estaria preocupada com outro problema, em si mais abrangente e perene: a questão da injustiça social que afetava as mulheres das classes mais baixas. Por ter se aproximado das discussões acima, seus pontos de vista guardavam significativas afinidades com as críticas político-sociais da feminista Maria Lacerda de Moura, atentamente lida e discutida por ela, como já demonstrado anteriormente.

Em março de 1928, em artigo publicado no jornal *O Povo*, Rachel iria dar alguns elementos acerca de como enxergava as mulheres identificadas com o feminismo. Depois de deter-se em minuciosas e irônicas descrições do dia-a-dia da “melindrosa” em sua odisseia para manter a beleza frente aos desafios cotidianos da cidade, comentou como as “feministas severas” acusavam as melindrosas de criar e reforçar a disseminada visão das mulheres como fúteis e frívolas. Dirigiu-se a um grupo e outro como alguém que observava e falava do exterior: não era nem uma, nem outra. Ao se referir a estas “feministas severas”, reforçou estereótipos que as representavam como gordas, masculinizadas, desleixadas no vestir, o que, segundo Rachel Soihet (2003), foi uma estratégia amplamente utilizada na imprensa como uma forma de deslegitimar suas ações e reivindicações por meio do absurdo e da ridicularização.<sup>132</sup> Partindo do pressuposto de que as feministas estariam desdenhando e menosprezando suas feminilidades para adentrar em lutas e reivindicações, afastando-se das características atraentes e encantadoras de toda mulher, aconselhou-as, em tom imperativo, a portar-se com “feminilidade” caso quisessem ser mais bem ouvidas:

<sup>130</sup> WALBY, Silvia. Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, Tatau. SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 172.

<sup>131</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz..., *op. cit.*, 2015, p. 112.

<sup>132</sup> SOIHET, Raquel. **Sutileza, Ironia e Zombaria...**, *op. cit.*, 2003.

Mal se levanta, da noite sabia onde sonhou regimes, mette ás pressas o corpo afanado num vestido necessariamente horrendo, aliza num gesto rapido as madeixas rebeldes, lava summariamente a cara e ei-la pronta para os meetings, para a lucta e para o applauso. [...] Ah, feminista imprevidente e ingrata! Alia as banhas; borda o vestido, encurta a saia, decepa as mangas, carmina a bocca, e verás teu successo elevado ao decuplo! Não desprezes a linda melindrosa enlaçarotada e colorida! Não vês que, si tens as palmas do homem que te ouve, é porque apezar de toda a carga de horrores com que te rodeias, elle ainda vê em ti os vestígios dessa feminilidade que o attrae e encanta, a se trahir no salto ainda elegante do sapato, ou no corte um pouco coquette ao teu casaco amasculinado? Crê, o batom escreve tantos poemas quanto a melhor penna... Alia-os, se podes. Alia-os se conseguires reunir o estoicismo recatado por aquella rósea fragilidade e a intuição artistica da melindrosa, à tua magestosa sublimidade de sabia e de oradora.<sup>133</sup>

Em 1931, estando no Rio de Janeiro para receber o Prêmio da Fundação Graça Aranha na categoria “romance” pelo seu *O Quinze*, foi entrevistada pelo jornal *A Esquerda*. Estava acontecendo na capital da república, na mesma época, o II Congresso Internacional Feminista, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Motivo pelo qual o repórter a indagou se ela estaria ali para participar dos trabalhos do congresso, ao que Rachel prontamente respondeu que não só não havia ido ao Rio como uma representante do movimento, como se declarou uma adversária dele. E continuou:

Considero a mulher um animal gritador, palrador e impertinente. Todos os inimigos que eu tenho, são inimigas. Os homens são mais leaes, menos perfidos. Acho que o homem é superior á mulher para o exercicio dos cargos publicos. Penso que a mulher deve primeiro garantir sua independencia economica, para depois, entrar na vida politica, suavemente, sem choques, com os homens. O problema feminista, por enquanto não é um problema geral. É um encadeamento de pequenos problemas. Cada pessoa representa um problema, dependente de condições diversas, de empregos ou da vontade dos maridos, ou das familias. O feminismo, além do mais, tem aspirações muito precarias. Aspira o voto, que não vale coisa alguma e que em nada influirá para modificar a situação social da mulher. O voto não tem resolvido os problemas dos homens e não resolverá também, os das mulheres...<sup>134</sup>

Para fundamentar sua oposição, reiterou imagens já solidificadas das mulheres como tagarelas, que falam exageradamente e gostam de arrumar confusão, e ao mencionar que todos os seus inimigos possuíam um gênero bem específico, alimentou a ideia da inimizade/rivalidade como uma característica própria das mulheres. Em contraposição, creditou aos homens a lealdade, a franqueza, sendo, portanto, menos enganadores e traidores. Ela esboça, em suas palavras, modelos de feminilidade e masculinidade, e ao fazer isto, coloca-se numa posição. Demarca sua identidade a partir do outro, a partir do

<sup>133</sup> QUELUZ, Rita de. A Alma da melindrosa. *O Povo*, Fortaleza, 24 de março de 1928.

<sup>134</sup> Rachel de Queirós fala a “A Esquerda”. *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1931. p. 3.

que ela rejeitava e dizia não ser. Não era feminista. Identidade e diferença se estabelecem, portanto, sempre numa relação. Segundo Guacira Lopes Louro (2013), “quem é representado como diferente, por outro lado, torna-se indispensável para a definição e para a contínua afirmação da identidade central, já que serve para indicar o que esta identidade não é ou não pode ser”.<sup>135</sup>

O tema da emancipação econômica das mulheres como uma condição para o exercício de seus direitos políticos, que em 1928 fora mencionado em uma de suas crônicas, voltou à tona, mas dessa vez Rachel compartilhou da mesma opinião dos legisladores que ela havia criticado anos antes, afirmando a primazia da independência econômica sobre a participação política, que deveria se dar de forma conciliadora, sem alardes, em outras palavras, sem ameaçar uma “primazia” masculina nesse campo. Adaptar-se ao “meio” e não esperar que o “meio” se adaptasse a elas. Ao criticar que o feminismo não se movia em torno de um problema geral, ela personalizou as lutas encabeçadas pelo movimento, atrelando-as a problemas particulares de mulheres e submetidas a condições também particulares.

Também é preciso não perder de vista as aproximações de Rachel com as ideias comunistas do período; como já citado, suas relações de amizade com Jáder, Djacir e Hyder, jovens então empenhados em leituras socialistas, tiveram forte influência sobre ela em seu processo de “comunização”. Natália Guerellus (2015) enfatiza que dos 17 aos 22 anos Rachel teve algum contato com comunistas, seja na condição de simpatizante ou de membro oficial, contato este que teria durado até pelo menos 1932, quando rompeu com o partido após pouco mais de um ano de filiação. O motivo: não aceitar as críticas e exigências de dirigentes do PCB para realizar modificações em seu segundo romance, João Miguel, que teria elementos com “conteúdo burguês” em suas páginas.<sup>136</sup>

Sua proximidade com a esquerda do período, e a maneira como esta entendia as movimentações feministas, pode ter influenciado seu posicionamento acerca do feminismo como uma questão não geral e a luta pró-voto como uma reivindicação precária.

No que se refere ao posicionamento assumido pela III Internacional em relação à presença das mulheres nas lidas e lutas junto aos partidos comunistas, a palavra de ordem é que existiriam “prioridades”. Maria Rosa Dória Ribeiro (2013) demarcou que, no ano de

---

<sup>135</sup> LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 49-50.

<sup>136</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz...**, *op. cit.*, 2015.

1921, durante as atividades do Segundo Congresso da III Internacional, em que foi destacada a importância da incorporação das mulheres às lutas, o objetivo principal ainda seria a conquista e a manutenção do poder pelo proletariado. Nos documentos do referido congresso, pontua ainda Ribeiro, condenava-se qualquer aproximação ou cooperação com o “feminismo burguês”, reiterando “que apenas o comunismo resolveria as inquietações das mulheres quanto às desigualdades que as colocavam em situação subalterna”.<sup>137</sup> Já se pontuou aqui como a luta pelo voto liderada pela FBPF foi enxergada por muitos, inclusive por Maria Lacerda de Moura, como uma reivindicação que traria transformações apenas para uma parcela limitada de mulheres socialmente bem localizadas, trazendo pouco ou nenhum benefício para as mulheres das classes mais baixas.

No jornal *A Esquerda*, circulante em Fortaleza durante alguns meses de 1928 e fundado pelo já citado Jáder de Carvalho, amigo de Rachel, as pretensões femininas de conquista do voto, nas poucas vezes em que foram enfocadas pelo periódico, receberam um viés de zombaria. Em uma destas ocasiões, ao noticiar a inscrição como eleitora da esposa do presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, e da mãe de um de seus secretários, o articulista da nota levantou a irônica hipótese:

Portanto, amanhã, ninguém se espante, se o telegrapho nos transmitir que a senhora Salvina Lamartine, substituindo a marido na presidencia, convidou a senhora Francisca Dantas para secretario do Estado. E viva a democracia...<sup>138</sup>

Alguns meses antes, em maio de 1928, um articulista, escondido sob as iniciais C.C., louvando os posicionamentos de “certos anti-feministas” brasileiros em barrar o voto feminino e pontuando o caráter insatisfatório das eleições no Brasil – entre “o indiferentismo popular” e “a lei do mais forte” – descreveu o tipo de eleições em que as mulheres, num futuro, participariam: mulheres “armadas” com unhas afiadas, com direito a briga de palavrões, fofocas e cabelos arrancados ao final dos pleitos.<sup>139</sup> Recorrendo às correntes representações femininas de futilidade, confusão e fofoca, ele deslegitima, a partir da troça, qualquer possibilidade de uma participação política séria por parte das mulheres, reduzindo tudo a uma cena não tanto digna de risco, mas de riso.

Natália Guerellus (2015), concluindo suas reflexões sobre culturas políticas e a trajetória de Rachel, condensa em algumas linhas um pouco da complexidade que foi lidar

<sup>137</sup> RIBEIRO, Maria Rosa Dória. As comunistas e o feminismo. *Perseu*, nº 9, Ano 7, 2013, p. 129.

<sup>138</sup> *A Esquerda*, Fortaleza, 2 de agosto de 1928. Ed. 00093 (1).

<sup>139</sup> *A Esquerda*, Fortaleza, 14 de maio de 1928. Ed. 00070 (1).

com esta mulher enquanto “arena histórica”:

Em suas crônicas, romances e entrevistas, a autora fazia questão de destacar a *autonomia*, frente aos partidos, às “manadas”, aos grupos políticos organizados; relato que não a isenta de ter dialogado com muitos deles ao longo da vida. Junto à *autonomia*, misturava-se um discurso de gênero, apropriando-se de diversos argumentos, muitas vezes irônicos, que destacavam contraditoriamente ingenuidade e ousadia, submissão e coragem, público e privado, onde o objetivo principal, no que toca ao conjunto de crônicas aqui analisadas, era garantir a autoridade da fala política, ainda que disfarçada de “qualquer coisa”. [...] Acreditamos que é nesta contradição essencial: fazer negando fazer, dizer negando ter dito, defender o privado tornando-o público que se encontra o cerne da discussão de gênero que este trabalho desperta através de sua narrativa biográfica: uma questão essencialmente complicada.<sup>140</sup>

Essa posição de independência, que afirmava jamais encarar grupos, mas procurar sempre as unidades<sup>141</sup>, pode-se constituir como um dos indícios, nem sempre estáveis, de sua oposição ao feminismo enquanto um movimento organizado. Por outro lado, afirmar-se como uma delas, como feminista, naquele período, era ser marcada socialmente com um distintivo que mais poderia trazer ônus do que bônus, mais escárnio do que seriedade. Se ela procurou, em muitos momentos, afastar-se da “pecha” de feminista, não pôde evitar que fosse interpretada como uma por muitos de seus contemporâneos, na medida em que sua trajetória representava o próprio desestabilizar das margens, a própria perturbação dos limites de gênero – ainda que ela afirmasse o contrário. Por meio de Rachel de Queiroz e seus trânsitos, aversões e identificações, percebe-se outras possibilidades de contato, redes e articulações sendo estabelecidas entre debates presentes no Ceará e em outras partes do Brasil, notadamente com as ideias de Maria Lacerda de Moura, que representava e propalava outra prática feminista bem diversa daquela assumida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Percebe-se, sobretudo, que os debates que envolviam o feminismo no período – por se constituírem enquanto um debate de identidades – não eram homogêneos, mas atravessados pela disputa e pelo conflito.

\*\*

Alba, Henriqueta, Rachel. Mulheres que ao longo dessas linhas se tornaram um pretexto para o texto, pontos de partida possíveis para a produção de uma narrativa múltipla

<sup>140</sup> GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz... *op. cit.*, 2015, p. 367.

<sup>141</sup> Rachel de Queiroz e sua atividade literária. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 9 de junho de 1931. Ed. 00904.

e tensionada sobre um processo também contingente, fragmentado. Não se constituiu numa finalidade dessas linhas simplesmente traçar suas biografias, muito menos percebê-las isoladas em seus respectivos tópicos, contextos e temporalidades. Pelo contrário, procurou-se analisá-las como sujeitos emaranhados nos fios, nem sempre convergentes, dos feminismos que se constituíam naquelas primeiras décadas do século. Fios que tomavam forma num contexto disputado, conflituoso, instável, em aberto. Elaborar os rastros da história ou das histórias dos feminismos de Primeira Onda no Ceará a partir das ações e trajetórias dessas mulheres se constituiu num exercício por vezes difuso, por vezes embaraçado, mas absolutamente necessário para se compreender minimamente o processo de constituição de feminismos que foram forjados no interior de relações múltiplas, que poderiam comportar não apenas a identificação, mas a aversão e o trânsito.

### **3 “EDÉN SEM ADÃO”: PAPÉIS DE GÊNERO E O MEDO DAS FRONTEIRAS VIOLADAS**

No primeiro capítulo, traçamos os perfis de algumas mulheres cearenses durante as três primeiras décadas do século XX – Alba Valdez, Henriqueta Galeno, Suzana de Alencar Guimarães, Rachel de Queiroz – no sentido de esboçar algumas de suas intersecções com as mudanças que estavam sendo vivenciadas nas relações de gênero do período e, notadamente, as relações dessas mulheres com as reivindicações feministas, entre aproximações e afastamentos, aversões e identificações. Ao fazer isto, buscou-se, sobretudo, evidenciar o caráter complexo e fragmentado do período e de seus debates, marcados profundamente por disputas identitárias, não somente entre feminilidades e masculinidades, mas no interior destas próprias práticas. Um período, enfim, que sacudido por uma primeira onda de movimentações feministas, não prescindiu de forma alguma dos paradoxos, tensões e dubiedades, mas antes tiveram nestes últimos algumas de suas mais marcantes características.

No capítulo que se segue, nossa pretensão é esmiuçar, em sua historicidade, as várias tentativas de desqualificação das experiências femininas ao desestabilizarem e colocarem em perigo as fronteiras do gênero, tentativas empreendidas majoritariamente por críticos homens e veiculadas na imprensa periódica, o que nos leva a questionar as intrincadas relações entre a constituição de Feminismos de Primeira Onda no Ceará e a consequente desestabilização dos modelos e padrões de masculinidades vigentes no período. Para tanto, as análises continuarão transitando no recorte temporal das três primeiras décadas do século XX, mais especificamente até a data de aprovação do voto feminino, em fevereiro de 1932. Os periódicos serão mobilizados, problematizados e integrados na análise de acordo com as pretensões de cada tópico, de modo a tornar a narrativa mais fluida e convidativa, sem prescindir, no entanto, do devido rigor no trato das especificidades de cada jornal, que serão situados ao longo do texto principalmente por meio de notas de rodapé.

Tentativas de desqualificação dos laivos de ousadia, nem sempre deliberados, das mulheres em macular a ordem dos gêneros, em desnudar nos homens – corpos privilegiados numa sociedade estruturada segundo engrenagens não neutras, que institucionalizam socialmente as diferenças sexuais – o medo da margem violada, o pavor do atravessamento da fronteira, da fluidez, ou mesmo da indefinição; desqualificação da ideia – encarada de forma geral como estapafúrdia – de que as mulheres gozariam assim

como os homens das prerrogativas necessárias para o exercício da cidadania política, para transitar na publicidade de um mundo construído, segundo Carole Pateman (1993), pelos homens e para os homens<sup>142</sup>; desqualificação da ação, do movimento, das lutas por novos direitos até então não vivenciados, na medida em que o próprio ato de reivindicar, de assumir determinado lugar numa linha de frente, já era em si ocupar uma posição subversiva, por ser desestabilizadora de uma ordem. Era se colocar, nas palavras de María Luisa Femenías (2007), na posição de sujeitos-agente, estando num lugar em que não se esperava que elas estivessem<sup>143</sup>, quebrando, assim, a previsibilidade das expectativas. Já era, enfim, assumir uma postura ativa, em contraposição a uma postura de passividade esperada dos corpos femininos, historicamente penetrados por interesses e vontades externos, por vezes estranhos aos seus reais desejos e aspirações.

### 3.1 “As Mulheres, os Homens, o Futuro”: a desordem combatida na Imprensa

Em todos os percursos e trânsitos esboçados até aqui, o ponto nodal ou de sutura que cumpre a função de amarra – nem sempre estável e coerente – de nossas análises é a construção de uma narrativa que persiga o processo de constituição de experiências feministas no Ceará durante os três primeiros decênios do século XX, no interior da divisão que se convencionou denominar de “Ondas do Feminismo”. Na presente análise, a onda enfocada seria a primeira, que teria se desenvolvido, segundo Joana Maria Pedro (2005), a partir dos finais do século XIX e teria como características basilares a reivindicação de direitos políticos, sociais e econômicos (direito de participar da política, direito ao trabalho remunerado, direito de propriedade, herança, etc.).<sup>144</sup>

No caso brasileiro e em grande parte dos países ocidentais, a luta pela cidadania política das mulheres ganhou força e centralidade no interior destes debates e reivindicações, em que o exercício do voto feminino chegou a ser percebido como o ápice do desregramento, da inversão, do desrespeito para com a própria natureza e fixidez dos sexos: um derradeiro sinal de alerta de que as fronteiras identitárias de então – o que caracterizaria “feminino” e “masculino”, “homem” e “mulher” – estariam ameaçadas.

<sup>142</sup> PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

<sup>143</sup> FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15 (1): 280, janeiro-abril/2007.

<sup>144</sup> PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Ainda segundo a autora, o Feminismo de Segunda Onda surgiu após a Segunda Guerra Mundial e centrou-se nas lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado.

Ameaça contra a qual era imperativa uma reação.

A construção de uma narrativa que estrutura o feminismo enquanto movimento em ondas, fases ou etapas progressivas, cujos marcos divisórios falam particularmente de determinadas experiências e sujeitos, entretanto, não é uma operação inocente, destituída de reverberações no modo como se produz, se mantém e se compreende o passado e o presente do movimento. A permanência dessas formas de “contar as histórias feministas” influi na teoria, na escrita da história, nas estruturas e lógicas de citação<sup>145</sup>, nos mortos que se escolhe enterrar, honrar e eliminar.<sup>146</sup> Nesse sentido, convém posicionar quem são os sujeitos que serviram de balizas organizativas para as ondas, das experiências e demandas de quais mulheres se estava refletindo primeiramente. Naiara Andreoli Bittencourt (2015), por exemplo, chama a atenção para a estreita relação entre uma “historicidade hegemônica feminista” e uma “perspectiva eurocêntrica” que não serve para abarcar e explicar as experiências específicas de mulheres situadas nas margens do sistema capitalista, marcadas pela realidade da colonização, da escravização e da dominação europeias, a exemplo das latino-americanas:

Deve-se pensar numa real descolonização do feminismo, para atingir as camadas populares de mulheres nas margens do sistema-mundo, reconhecendo as transversalidades de gênero, raça e classe. A centralidade das perspectivas de um feminismo descolonial, que parte de *nuestra América*, pretende concatenar uma estreita relação com o debate racial, da exterioridade das mulheres negras, indígenas e mestiças, questionando uma colonização “embranquecedora” do próprio feminismo e das teorias críticas.<sup>147</sup>

Em relação à construção de narrativas consagradas pela teoria feminista, também Clare Hemmings (2009) já havia empreendido um esforço crítico de questionar os relatos construídos em torno de um passado feminista entendido como um processo linear de deslocamento. Debruçando-se sobre as décadas de 70, 80 e 90 do século XX, a autora defende uma abordagem menos engessada, que entenda as diversas e diferentes discussões estabelecidas durante essas periodizações não a partir de uma linearidade progressiva, de estágios necessários e ascendentes, mas como um processo de contestações e relações no interior destes próprios períodos e entre eles. Assim, a construção (contemporânea) de narrativas que representam a década de 1970 como essencialista, por exemplo, não é

---

<sup>145</sup> HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17, n. 1, Florianópolis, 2009.

<sup>146</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

<sup>147</sup> BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**, Brasília, ano 1, jan./jun, 2015.

ingênua, e nem mesmo simples, pois está inserida necessariamente em constantes disputas discursivas.<sup>148</sup>

É pela existência dessas disputas discursivas, que sinalizam a possibilidade de outras narrativas a partir de outros vieses, outras posicionalidades, que nós chamamos a atenção e nos apropriamos para demarcar nossa própria perspectiva neste trabalho. Ao analisar a constituição de Feminismos de Primeira Onda no Ceará, tomando o voto como o fio condutor de nossa reflexão, demarca-se a posicionalidade das mulheres envolvidas nas reivindicações do período e os principais alvos desta garantia de direitos. Importa demarcar: um feminismo branco, a fim de desconstruir a ideia do branco como sujeito que não precisa sequer ser nomeado, especificado, pois estaria ligado ao universal. Nomeia-se, portanto, para delimitar a especificidade de suas elaborações, a particularidade das experiências feministas – posicionadas, localizadas – analisadas nestas linhas.

Em trabalho pioneiro sobre a produção de masculinidades “hegemônicas” e “subalternas”, Michael S. Kimmel (1998), partindo do pressuposto de outro autor, Andre Gunder Frank, sobre a produção simultânea da metrópole e da periferia no contexto de desenvolvimento econômico, argumentou que a criação do hegemônico e do subalterno, em se tratando de práticas masculinas, acontece também de forma desigual e simultânea, ou seja, ideais hegemônicos de masculinidade emergem e se fortalecem num contexto de oposição a “outros”, cujas masculinidades são rechaçadas e desvalorizadas, em outras palavras, subalternizadas.<sup>149</sup> Ancorando-se nessa perspectiva de análise, pode-se também esboçar este primeiro questionamento, a fim de nos provocar algumas vias possíveis de reflexão: o que foi criado simultaneamente ao movimento das mulheres por novos lugares, novos papéis, novos direitos? Quais as reações paralelas? Ou ainda, quais os produtos de uma desestabilização, de uma ameaça às fronteiras, aos limites, às divisas do gênero?

Todas estas novidades com ares de ineditismo mobilizavam expectativas, transformações, mas também tensões e medo do futuro, em que esses limites – até então coerentemente respeitados e mantenedores tradicionais das relações entre os sexos – poderiam ser atravessados, violados e em última e ameaçadora instância, invertidos. As margens se constituíam numa segurança, numa membrana em si fina e frágil, por ser histórica e, como tal, passível de deslocamentos, modificações e transformações, mas tornada sólida por uma contínua repetição de seus limites. Tanto quanto as próprias

---

<sup>148</sup> HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas...**, *op. cit.*, 2009.

<sup>149</sup> KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

margens, fazia-se necessária sua constante reiteração, a fim de que elas permanecessem inteligíveis, viáveis, aceitáveis como padrão organizativo, em outras palavras, que minimamente se materializassem como norma.<sup>150</sup>

*O Nordeste*, periódico católico intimamente ligado à Arquidiocese de Fortaleza, em sua sessão literária, publicou em meados de 1928 uma crônica em que a existência desse medo do porvir foi abertamente colocada, ainda que sob o viés do humor e da ridicularização.<sup>151</sup>

Na crônica, muito apropriadamente intitulada “As mulheres, os homens, o futuro”, um homem se lança numa verdadeira epopeia doméstica, porque não havia nenhuma “mão feminina” disponível para lhe pregar um botão da camisa que havia caído. Todas as mulheres da casa, esposa, filhas e empregada estavam demasiado ocupadas em suas atividades: na biblioteca, na universidade, realizando experimentos químicos ou escrevendo poemas, “todas loucas”, segundo ele. Identifica o problema no fato de serem todas escolarizadas e vai à “caça” de uma empregada analfabeta. Sem sucesso. Com sua masculinidade ferida e desacreditada, relegado a um espaço historicamente constituído como o “reino feminino”, a estória se encerra com a imagem do homem fazendo o almoço e cuidando da filha menor, enquanto sua esposa e demais filhas estariam trabalhando ou estudando, nas liberdades do mundo público. O teor destes textos, caracterizados pela farta utilização do humor e da zombaria para fins depreciadores, não apareciam somente nas páginas do *O Nordeste*, sendo bastante corriqueiro encontrá-los também em outros periódicos brasileiros do período. Conforme pontou Rachel Soihet (2005), tais ferramentas eram utilizadas como freios para possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos. Diante de uma realidade que parecia se deslocar “perigosamente” quanto aos papéis de gênero, transportar tais ameaças para o campo do riso cumpria a função de retirar delas sua seriedade e legitimidade.<sup>152</sup>

Quando há referências aqui a masculinidades (e a feminilidades) não se pretende pensar a partir de uma perspectiva essencialista e a-histórica, mas como construções identitárias forjadas socialmente, variáveis e plurais, cujas construções não se apartam nunca de relações de poder.<sup>153</sup> No que concerne às masculinidades:

<sup>150</sup> BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

<sup>151</sup> E. S. As mulheres, os homens, o futuro. *Página Literária. O Nordeste*, Fortaleza, 11 de fevereiro de 1928.

<sup>152</sup> SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Estudos Feministas**, 2005, vol. 13, n. 3, pp. 591-612.

<sup>153</sup> CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular.<sup>154</sup>

A partir da narrativa da crônica é possível perceber o sinalizar de mais de um modelo de feminilidade e masculinidade, estabelecidos não explicitamente, mas a partir de um parâmetro ideal, em que a realidade imaginada na narrativa se constituiria como o seu oposto, uma realidade problemática de identidades femininas e masculinas também deslocadas. Assim, ao representar o homem enquanto “cuidador” e “dono-de-casa” como uma imagem risível, que fugia da normalidade, quando não, absurda, no mesmo movimento o autor estabelece o oposto desta representação como normal, séria, legítima: o homem-provedor que trabalha para sustentar aqueles que dependem de seus recursos, o legítimo “ganha-pão”<sup>155</sup>; o homem do espaço público, pertencente à liberdade da rua e não à intimidade e afetividade da casa; o típico homem viril, maduro o suficiente em sua condição de esposo, pai e chefe de família.<sup>156</sup> Perdendo a sua função de “ganha-pão”, sua esposa ocupa este papel, deixando ela mesma a condição de “dependente” para se tornar aquela que provém, restando ao homem, subtende-se, o “humilhante” status da subordinação econômica.

A imagem das filhas, que pareciam seguir os mesmos passos de independência da mãe, sugere que esta realidade “deslocada” e “absurda” poderia se repetir num futuro próximo, em seus futuros lares, podendo tornar-se regra, uma regra “anômala” e “aberrante”, mas uma regra. As filhas desempenhariam, assim, uma quebra na reiteração das margens que delimitavam aquilo que pertencia às alçadas do feminino e do masculino; representariam, naquele contexto, a própria garantia do desrespeito às margens num futuro próximo. A disposição do título da crônica, em que o termo “mulheres” precede o termo

---

conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21 (1): 241-282, janeiro-abril/2013. KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades...** *op. cit.*, 1998. VIANA JÚNIOR, Mário Martins. Masculinidades: ampliando o debate. **Revista Fórum Identidades** – Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 23, p. 87-108, jan.- abr. de 2017.

<sup>154</sup> CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito..., *op. cit.*, 2013, p. 10.

<sup>155</sup> A partir das análises de Carole Pateman, o “ganha-pão” seria um trabalhador do sexo masculino no mundo masculino do capitalismo, que sustentaria sua esposa, uma dependente econômica. A imagem do homem como “ganha-pão”, como aquele que provém a família com seu salário, influiu no valor dos salários das mulheres que trabalhavam fora de casa, na medida em que seus rendimentos eram vistos como “complemento” à renda familiar advinda do homem, entendido como o legítimo provedor. *Cf.*: PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**, *op. cit.*, 1993, p. 152.

<sup>156</sup> BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. *In*: **História da Virilidade**: a virilidade em crise? Séculos XX e XXI, Petrópolis: Vozes, 2013.

“homens” num futuro que batia às portas, anunciava o cerne do medo: a inversão da ordem.

O lugar reservado a cada sexo numa ordem social que se transformava com significativa celeridade desde os fins do século XIX se constituía numa preocupação de primeira ordem para o sucesso de um projeto modernizador que se pretendia baluarte da norma, da racionalidade, da crítica intransigente ao “desvio”, em suas mais amplas acepções. Um desejo de modernização que era perseguido a partir de diferentes meios: por meio de mudanças na infraestrutura da cidade, nas novas técnicas adotadas, na introjeção de hábitos e valores condizentes com os parâmetros de “progresso” e “civilidade” dos grandes centros urbanos brasileiros e europeus.<sup>157</sup>

Nesse mar de mudanças, encaradas de diferentes perspectivas por uns e outros, entre fascinação e queixas, simpatia e aversão, o próprio “feminismo”, termo também condensador de um “novo”, um novo que parecia remexer pretensiosa e inconvenientemente em “verdades” sociais até então inquestionáveis, poderia ser diagnosticado – como de fato foi muitas vezes – como um sintoma malquisto e indigesto, filho indesejado de todo daquele contexto de transformações. O entendimento acerca daquele termo “guarda-chuva”, utilizado para qualificar e/ou desqualificar sujeitos, realidades e experiências ao longo de diferentes contextos e temporalidades, requer que estejamos atentos para as distintas formas de mobilização por meio das quais, historicamente, os conceitos e seus sentidos são significados e (re)significados pelos sujeitos.

Assim, no ano de 1900, *A República* publica uma coluna em sua primeira página intitulada “A solução do problema da vida?”<sup>158</sup>, em que alguém se ocupa em comentar os resultados dos experimentos científicos de um renomado biólogo residente nos

---

<sup>157</sup> Foi durante as décadas de 20 e 30 do século XX que Fortaleza passou por uma tentativa intensa de modernização, muito em decorrência do desenvolvimento capitalista, especulação imobiliária, bem como do aumento de profissionais liberais (VIANA JÚNIOR, 2010). Transformações que, segundo FILHO (2002), se estenderam até a década de 40 e imprimiram “novas feições urbanas à capital”. O autor cita algumas delas: O célere adensamento populacional, a pavimentação de concreto das vias públicas (antes feita somente de paralelepípedo), a instalação de telefonia automática, a inauguração de novos espaços públicos de lazer (como o Estádio Presidente Vargas e a Cidade da Criança), o aumento do tráfego motorizado, o amadurecimento da radiodifusão (reiterado pela primeira emissora – a Ceará Rádio Clube), a aceleração do tempo cotidiano (cujo principal vestígio é a construção da Coluna da Hora na Praça do Ferreira), o início da verticalização arquitetônica (destaques para o Excelsior Hotel e o Cine Diogo), a introdução da eletricidade na iluminação pública em substituição aos lampiões de gás. Cf.: VIANA JÚNIOR, Mário Martins. As mulheres na cidade e a cidade pelas mulheres. In: **Fortaleza sob outros olhares**: Gênero. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010. FILHO, Antônio Luiz Macêdo e Silva. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: **Comportamento**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

<sup>158</sup> A solução do problema da vida? **A Republica**, Fortaleza, 8 de junho de 1900.

Estados Unidos, Jacques Loeb<sup>159</sup>, cujas descobertas prometiam sacudir o mundo da ciência tal qual Charles Darwin o fez com a sua Teoria da Evolução. A proeza de Loeb, detalha o autor da coluna, foi descobrir um meio pelo qual ovos fêmeas não fecundados de ouriço-do-mar poderiam se desenvolver normalmente quando imersos em solução aquosa contendo sais de magnésio, ou seja, um desenvolvimento embrionário que prescindia da presença do espermatozoide para acontecer. O motivo para tamanho burburinho em torno da notícia, segundo o autor, era mais do que justificável:

O caso não é para menos. Trata-se, como veem, de demonstrar que o elemento masculino não passa de uma verdadeira superfluidade para os fins da criação e póde ser vantajosamente substituído pelo chlororeto de magnésio. As esperanças dos mais apaixonados campeões do feminismo será desta fôrma satisfeitas muito além da sua expectativa. O mundo póde ainda converter-se num Eden sem Adão, sem que a humanidade deixe de existir e de se perpetuar. Resta saber se Eva estará disposta a dar sempre a preferencia ao chlorureto de magnésio.<sup>160</sup>

O fato de que a experiência com equinodermos (animais marinhos) pudesse ser feita também com óvulos de mamíferos e, mais especificamente, com óvulos humanos foi apresentada como uma possibilidade mais do que oportuna para os “mais apaixonados campeões do feminismo”. No interior dessa possibilidade, a contribuição masculina para a perpetuação da vida poderia se configurar como nula, prescindível, descartável. Se as mulheres alcançassem tal ápice de independência no campo reprodutivo – a ponto de conceberem uma descendência por elas mesmas - o que seria dos demais campos da vida social em relação a este primeiro, que se acreditava elementar, consagrado e imutável pela própria natureza? O que as impediria de estender tal emancipação para as demais esferas?

Além dessa probabilidade de abertura para uma total independência via campo reprodutivo, não se desconhece a importância simbólica da reprodução para o imaginário do “verdadeiro macho”. A respeito disso, o par sexualidade/virilidade, basilares nos rituais de “construção do masculino”<sup>161</sup>, poderia sofrer sérias nódoas quando marcadas pela desventura da impotência. Assim, não gerar descendência, não exercer a função essencialmente ativa no ato da fecundação, em contraposição a uma atitude de passividade

<sup>159</sup> Jacques Loeb (1859 – 1924) nasceu na Prússia (atual Alemanha). Tornou-se amplamente conhecido por suas experiências sobre partenogênese artificial, ou seja, reprodução sem fertilização. Mudou-se para os EUA em 1891 e lá passou a lecionar nas Universidades de Chicago e Califórnia. Seus experimentos exitosos com ouriço-do-mar aconteceram em 1899. Tais trabalhos teriam sido posteriormente estendidos a rãs, que alcançaram a maturidade sexual a partir de tais experiências. In: Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Jacques-Loeb>> Acesso em: 23 jan. 2019.

<sup>160</sup> A solução do problema da vida? **A Republica**, Fortaleza, 8 de junho de 1900.

<sup>161</sup> WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobia. Estudos Feministas, ano 9, p. 460-482, 2/2001, p. 3.

feminina – entendida como receptáculo, recipiente vazio à espera de preenchimento – poderia ser encarado como uma verdadeira maldição para os “desafortunados” que padeciam dela. A este propósito, Mary Del Priore (2011) nos informa de um breve papal datado de 1857 que “definia a impotência masculina como um ‘impedimento público’ ao sacramento do matrimônio”.<sup>162</sup> E pode-se subentender: um impedimento à existência da própria família, esta célula-base da Igreja Católica que encontrava legitimidade somente por meio do laço matrimonial. Explicita ainda a autora:

Isso, pois, nessa cultura e nesses tempos, o sentido da vida e da presença humana ativa sobre o teatro do mundo passavam pela medida de virilidade e fecundidade. Estas eram teste fundamental quanto à capacidade de enfrentarem, homens e mulheres, seu próprio papel na cena das representações insidiosas da carne. Insidiosas, porém necessárias, afinal, “o cresci e multipliquei-vos” era obrigatório, e a Bíblia já o tinha estipulado.<sup>163</sup>

A partir do exposto, presume-se como esta notícia tenha sido recebida por observadores críticos não tão receptivos aos desejos de independência de algumas mulheres, podendo fazer conexões nada positivas entre aquela possibilidade explicitada na coluna “A solução do problema da vida?” e a expectativa de um futuro sem homens, um futuro que seria mais do que ideal para os partidários de um determinado “feminismo”. O termo, nesta acepção, como entendido pelo autor da coluna, expressaria tal desejo de independência que tocaria o extremo de imaginar um mundo convertido num lugar exclusivo de Evas, “num Eden sem Adão”. Um desejo de independência, enfim, que descartando “o capital seminal” masculino<sup>164</sup>, em atitude de visível autossuficiência, poderiam descartar também quaisquer tipos de relações com o sexo oposto.

Outra forma de utilização do termo “feminismo” nos primeiros anos do século XX foi empregá-lo quase como um sinônimo de “feminino/a”, a exemplo da Liga Feminista Cearense (1904), que dentre suas poucas menções nos periódicos do Estado, também foi intitulada de Liga Feminina Cearense. Mais um emprego corriqueiro, bem semelhante ao anterior, foi qualificar quaisquer feitos de mulheres, fosse o ingresso em alguma profissão, em lugar de destaque no campo literário ou o bom desempenho em algum esporte, como “avanços do feminismo” ou “vitórias do feminismo”. Nessa mesma temporalidade, também há jornais que ligaram diretamente o feminismo com a

<sup>162</sup> PRIORE, Mary Del. O corpo vazio: o imaginário sobre a esterilidade entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Marcia. (orgs.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 109.

<sup>163</sup> PRIORE, Mary Del. **O corpo vazio**: o imaginário sobre a esterilidade...*op. cit.*, 2011, p. 110.

<sup>164</sup> PRIORE, Mary Del. **O corpo vazio**: o imaginário sobre a esterilidade...*op. cit.*, 2011, p. 117.

reivindicação do direito de voto, a exemplo do *A Cidade*, em 1904, ao divulgar uma pequena nota intitulada “Feminismo”, em que estava exposto que “Em Araguary, Minas Gerais, perto de 100 senhoras entregaram ao dr juiz de direito uma petição pedindo permissão para se habilitarem e se inscreverem no alistamento eleitoral”<sup>165</sup>; como também noticiaram a existência de mulheres oriundas de vários países reunidas em congresso internacional na cidade de Berlim com um objetivo comum: equiparar-se em tudo ao “sexo forte” na vida pública e social.<sup>166</sup> Tais empregos, longe de denunciarem uma compreensão equivocada, ingênua ou incerta pelos sujeitos do período, demonstravam, ao contrário, o caráter de contingência do conceito, ainda em aberto, em disputa, sendo alvo de constantes elaborações e reelaborações, rasgado e remendado nas tramas do tecido social, cujas disputas também sinalizavam, como sugeriu Reinhart Koselleck (2006), uma luta pela própria designação da nova estrutura que socialmente emergia.<sup>167</sup>

No que concerne à existência de um “movimento feminista”, o contexto internacional suscitava em alguns jornais do Estado bons motes para se abordar o tema, adaptando para o âmbito local os possíveis desdobramentos de um futuro feminista em terras alencarinhas. Uma paleta de reações em que poderiam coexistir doses de elogio, expectativa, alívio ou apreensão. Alguns destes elementos podem ser vislumbrados em diferentes proporções na coluna “O olho da rua”, do *Jornal do Ceará*, de maio de 1908. De início, o autor da coluna, que assina como Jack, se utilizou do excerto de uma notícia sobre o feminismo nos Estados Unidos e se valeu dele como objeto para a sua “resenha de fatos” cotidianos. Eis o excerto:

Dizem de New York que o movimento feminista alli vae assumindo proporções extraordinarias. *As senhoras estão invadindo os cargos mesmos que até o presente só haviam sido ocupados por homens.* A formosa atriz V. apareceu ultimamente nos parques e largos sob um delicioso e impecavel costume masculino, de talhe irreprehensivel. [grifo nosso]<sup>168</sup>

No trecho acima, percebe-se a construção de uma realidade bastante recorrente para caracterizar as feministas: enquanto masculinizadas, por meio da ocupação de espaços e adoção de hábitos e costumes “próprios” dos homens.<sup>169</sup> No entanto, é preciso chamar a

<sup>165</sup> Feminismo. *A Cidade*, Sobral, 27 de fevereiro de 1904. Ed. 00010 (1).

<sup>166</sup> Congresso Feminista. *A Cidade*, Sobral, 22 de setembro de 1904. Ed. 00098 (1).

<sup>167</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 102.

<sup>168</sup> JACK. O olho da rua. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 4 de maio de 1908, Ed. 00813 (1).

<sup>169</sup> Curioso perceber que nesta mesma coluna, em edições de meses anteriores, Jack abordava uma polêmica

atenção para o verbo empregado com o objetivo de atribuir sentido à ação daquelas mulheres: invadir. Duas definições são possíveis para o termo “invadir” na época: “entrar à força em” e “ocupar violentamente”.<sup>170</sup> Invadir denota a realização de uma ação que se antecipa à ação de outrem. Quem invade está numa posição ativa em relação ao invadido, ilegítima, mas ativa. Ao invadido, resta reagir, opor-se, mas reagir a algo ou alguém que já realizou uma ação anterior. Partindo desses pressupostos, pode-se conjecturar que, aliada à adoção de trajes masculinos, que transformavam esteticamente o exterior das mulheres, a mobilização do termo “invadir” visava apontar uma transformação interna na postura social das mulheres, em que o próprio fato de ocupar cargos de forma forçada, não consensual, denotava mais fortemente posturas ativas, enérgicas, não compatíveis com o modelo ideal de feminilidade.

Essa feminilidade ideal, ou melhor, as insatisfações com um pretense “fim da feminilidade”, foram analisadas por Durval Muniz (2013) no Recife do início do século XX. Pairava no ar o receio de uma quebra dos limites, de um ultrapassar das “fixas” fronteiras que identificariam homens e mulheres socialmente. Nas ruas da cidade, esse processo de indiferenciação poderia ser verificado na dificuldade de distinguir corpos de “homens” de corpos de “mulheres”, que trajadas sem o menor apreço à *toilette* tradicional que as distinguiam em encantos, usavam o cabelo à *la garçon*, virilizando-se, interna e externamente.<sup>171</sup>

Os cabelos das mulheres se constituem numa das partes de seus corpos mais abundantes de simbologia. Encarados historicamente como o condensador visível de sua feminilidade – comunicador de elegância, sensualidade ou mesmo honra – cortá-lo poderia ser encarado como um ataque deliberado à própria identidade, na medida em que, conforme pontuou Michelle Perrot (2017), para as mulheres os cabelos e seus usos se constituem – assim como a barba para os homens – em marcas identificadoras da diferença dos sexos.<sup>172</sup>

---

questão sobre a existência de um sorteio militar que obrigaria ao alistamento quaisquer indivíduos do sexo masculino cujos nomes fossem apontados. A partir deste mote, em suas estórias, um menino pediu a seu pai que lhe arranjasse algumas saias a fim de que ele não fosse sorteado quando alcançasse a idade mínima e um padre vestiu-se tal qual uma austera senhora para burlar o sorteio militar, pois queria sair à rua para visitar um amigo sem ser reconhecido como homem. Apesar das dicotomias utilizadas pelo autor reforçarem representações engessadas do que identificaria um “homem” e uma “mulher” socialmente, o fato de homens estarem se vestindo como mulheres em nenhum momento foi tomado por ele como uma tentativa de inversão da ordem, como um ataque às suas naturezas, seus gestos tiveram outro peso, o de “um estratagema inocente” utilizado com o fim de se livrarem de uma lei que consideravam prejudicial aos homens, àqueles que não usavam saias.

<sup>170</sup> FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**, edição de 1913.

<sup>171</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920 – 1940)**, São Paulo: entremeios, 2013, p. 39-41.

<sup>172</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 53.

Foram os cabelos, mais precisamente a ausência deles, o estopim de um terrível crime ocorrido no município cearense de Guaraciaba do Norte, em 1929. Isabel Maria da Conceição, dona de casa e mãe de uma criança de 3 anos, foi espancada e assassinada pelo próprio marido porque um dia apareceu de cabelos cortados, curtos, *à la garçonne*. O agressor e assassino teria ciúmes dos cabelos da mulher e ligou imediatamente a “novidade” do corte com uma provável traição dela. “Honra” lavada com sangue. Segundo Michelle Ferreira Maia (2015), a “ousadia” de Isabel – hoje reconhecida como uma santa popular em sua cidade, protetora das mulheres espancadas e traídas, símbolo da libertação feminina e do combate à violência contra a mulher – teria sido cortar os cabelos sem a permissão de seu cônjuge, naquele contexto entendido como “seu dono e senhor” e, ao fazê-lo, “perdeu a dignidade de mulher honesta diante os olhos do marido”.<sup>173</sup> Tais acontecimentos, aqui levados ao extremo, dizem muito acerca de como a questão do cabelo enquanto signo de qualidades eminentemente femininas, enquanto um dos suportes materiais e simbólicos do par “ser mulher/parecer mulher”, não se apartava das relações de poder que atravessavam o período, relações essas que, acreditava-se, vinham sendo desestabilizadas e ameaçadas justamente pelos novos hábitos, maneiras, posturas, subvertendo o que outrora fora entendido como “tradicional” ou “natural”.<sup>174</sup>

Quanto ao autor da coluna, Jack era um homem que escrevia para seus pares. Chegou a dizer que sempre expressava as ideias e pensamentos “encubados” de seus próprios leitores, o que pode ser interpretado como uma tentativa de estabelecer uma relação de sintonia, identificação e real proximidade com seu público, a quem ele se dirigia no individual – “o olho da Rua é a minha maneira e o teu juízo de dizer dos factos”.<sup>175</sup> Feitos esses apontamentos, ressalta-se o que ele escreveu em relação ao trecho da notícia transcrita linhas atrás. Será reproduzido um trecho relativamente extenso da fonte, porém se faz necessário pela riqueza descritiva do autor em imaginar um mundo invertido, desordenado:

Esta noticia, que ahi vai, merece melhor atenção do que pode parecer á primeira vista.. Significa ella que o formidavel movimento que pretende a reabilitação social da mulher, fazendo-a elemento dominador com inherencia nos negocios publicos, tende, ao que parece, em reduzir os homens á condição inferior de... *sexo fraco*. Compreendem isto, ein? Haverá, por fim, entre os dois sexos, uma

<sup>173</sup> MAIA, Michelle Ferreira. “**Milagreiros**”: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). Dourados, MS: UFGD, 2015.

<sup>174</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 12.

<sup>175</sup> JACK. O olho da rua, **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 20 de novembro de 1907. Ed. 00681 (1).

permuta. Abandonaremos nós a politica, as questões do Estado, pelo governo do lar e questões cazeiras. Nossas calças, tão lizas e eminentemente austeras, serão substituídas por vistosas e complicadas saias de tecidos ligeiros, onde as pregas e os babados porão tufos de uma graça preciosa. As senhoras, por seu turno, vestirão os trajés que são a maior distincção dos homens. As suas cabelleiras longas e ondulantes, cairão desgraçadamente á thesoura de um figaro qualquer. Esses pesinhos de sylphides, pequeninos, ariscos e tentadores, que hoje se occultam em sapatinhos minusculos, tomarão formas outras e outras consistencias palmares, nada delicadas, com o uso abusivo dos sapatões ingleses, enormes e brutaes. Succederá, afinal, isto: as mulheres occuparão solememente a direcção dos negocios, governarão os estados, serão eleitas senadoras e deputadas, farão congressos de Guerra, estabelecerão a Desordem, determinarão os *ultimatums*. Os homens cuidarão do amanho das alcovas e... darão de papar ás crianças. E veremos tambem esse [ilegível] gracioso e edificante: serão os homens os requestados e as mulheres conquistadoras. [...] E, isto tudo, não ha de tardar. Demos ao tempo o tempo necessario de transplantar para as nossas plagas o destempêro e as audacias da terra do tio Sam.<sup>176</sup>

Na escrita do autor da coluna intitulada “O olho da rua”, é possível identificar uma série de dicotomias que alimentam e são alimentadas por discursos canônicos excludentes das mulheres e de suas possibilidades de ser e existir além dos papéis conformados para seus corpos, o que María Luisa Femenías denomina de “eixo argumentativo de inferiorização e/ou exclusão baseado na apelação à natureza”.<sup>177</sup>

Assim, a redução dos homens à “condição inferior de sexo fraco” sugere que esta condição “dominada” pertenceria naturalmente às mulheres, para as quais determinadas tarefas e lugares seriam destinados (governo do lar, cuidado com a casa e com os filhos), determinadas atitudes (delicadeza, cuidado, amor maternal), bem como certas incapacidades (incapacidade de cuidar da política e dos negócios, patente no excerto “estabelecerão a Desordem”).

Para aproximar tal realidade invertida do contexto cearense, visto que tal “destempêro” ainda não teria se desenvolvido no Estado, Jack induzia seu leitor a imaginar cenas protagonizadas por personalidades locais, a exemplo do Barão de Studart relembrando com saudosismo de seu “tempo das calças” e a esposa de Nogueira Acioly, comandando a oligarquia no Estado, numa clara alusão de que num futuro dominado pelas mulheres o combatido sistema oligárquico permaneceria, alterando-se apenas quem ditaria as ordens (o *Jornal do Ceará*, onde a coluna era publicada, era órgão opositor da Oligarquia Acioly).<sup>178</sup>

Falou-se até o momento das reações de sujeitos masculinos diante da movimentação das mulheres e a consequente instabilidade de hierarquias sociais

<sup>176</sup> JACK. O olho da rua. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 4 de maio de 1908. Ed. 00813 (1).

<sup>177</sup> FEMENÍAS, María Luisa. *Epistemología feminista: la falacia del conocimiento objetivo*, S./info, 1-21.

<sup>178</sup> JACK. O olho da rua. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 4 de maio de 1908. Ed. 00813 (1).

historicamente guarneçadas. É mais do que necessário enfatizar, no entanto, que reações críticas não provinham apenas de homens, visto que as estruturas mantenedoras do gênero eram/são compartilhadas socialmente, podendo encontrar adesões e/ou oposições, ou mesmo indiferenças, entre as mulheres também. Em outras palavras, a tensão de ver as fronteiras atravessadas, os limites implodidos, poderiam ser mais disseminados do que se pode supor, a exemplo de mulheres ferrenhamente opositoras do feminismo ou mesmo mulheres que se afirmavam identificadas a determinado tipo de feminismo, na medida em que atuariam dentro de determinadas balizas/margens/limites aceitáveis socialmente. Em ambos os casos, afirmar determinada identidade (ser antifeminista ou ser uma feminista “bem-comportada”) significava também demarcar fronteiras, fazer distinções entre o que permanecia dentro e o que permanecia fora destas demarcações.<sup>179</sup>

Nesse sentido, o *Jornal do Ceará* publicou o posicionamento que uma mulher, Gina Ferreiro, externou durante um evento na Universidade de Buenos Aires, declarando-se “adversaria intransigente” de um “feminismo veemente” que ousava ultrapassar certo limite: esconder o sexo feminino sob trajes masculinos, esquecendo-se de exercer os deveres “próprios” do sexo.<sup>180</sup> Existia um limite saudável que deveria ser observado a fim de que um incentivo ao pensamento/intelectualidade das mulheres – que ela defendia – não desembocasse numa liberdade absoluta, sem freios nem convenções. Esse limite seria o exercício consciente de seus deveres no casamento e na maternidade. Quanto ao seu posicionamento, é preciso não perder de vista a possibilidade de que Gina estivesse “jogando” com as alternativas existentes: visto o feminismo e suas adeptas serem enxergadas de forma negativa por grande parte da opinião pública do período. Posicionar-se fora dessa alçada e utilizar ou mesmo reforçar padrões de comportamento esperados para as mulheres – suas atribuições conjugais e maternas – poderia ser mais vantajoso para sua defesa de incentivos à intelectualidade das mulheres e mesmo para ampliar as possibilidades de que sua fala fosse aceita e ouvida. Os discursos em torno da maternidade, inclusive, seriam bastante mobilizados mesmo por feministas como Bertha Lutz com fins táticos:

A identificação da figura da “mulher” com a da “mãe” foi constante e, conforme Rachel Soihet, uma das táticas mais claramente desenvolvidas por Bertha no intuito de diferenciar seu feminismo ao feminismo sufragista radical, ganhando,

---

<sup>179</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

<sup>180</sup> O feminismo. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 16 de agosto de 1907. Ed. 00606 (1).

assim a confiança dos setores mais conservadores.<sup>181</sup>

A existência desta tênue linha demarcadora entre o permitido e o proibido, se era defendida por Gina Ferreiro, tanto mais seria por sujeitos masculinos que entendiam casamento e maternidade a partir da chave do sagrado, como destinos esculpidos pelo próprio Deus para “dignificar” as mulheres de uma vez por todas, confiando a elas uma missão “grandiosa” na terra, por ser marcada pelo sacrifício e abnegação. Assim pensava Luís Sucupira<sup>182</sup>, jornalista católico atuante na redação d’*O Nordeste*. Para ele, a relação das mulheres com o saber deveria passar pelo crivo do “necessário”. Nada impediria que elas engrandecessem suas almas no contato com as grandes ideias da literatura e das artes. No entanto, essa liberdade deveria respeitar um limite, do contrário, desembocaria numa “liberdade de perdição”. A partir do momento em que seus pensamentos atravessassem a fronteira que os mantinha no terreno do aceitável e resvassem para o terreno da inconveniência perderiam todo fundo de legitimidade: “Achamos, porém, que uma mulher que pensa inconveniências e ainda tem a coragem de trazê-las a luz da publicidade não é somente ridícula: merece a nossa commiseração”.<sup>183</sup>

Ao criticar esta mulher desregrada, desconhecidora de limites e convenções sociais, Sucupira pretendia atingir àquelas que tomavam o feminismo como uma porta escancarada para a prática de todas as liberalidades, “que não se coadunam nem com o meio em que vivem nem com o ambiente moral que respiram”.<sup>184</sup> A mulher-feminista encarnaria a própria materialização da subversão. Valeu-se das palavras do papa Leão XIII, na encíclica *Immortale Dei* (1885), para condenar tal comportamento: “Esta liberdade de pensar e de dar a publico os pensamentos, isenta de todo o regulamento, não é em si um bem por que a sociedade deva congratular-se. Ao contrario, é a causa de muitos males”.<sup>185</sup>

Pretendia deixar claro que embora elas pudessem entrar em contato com conhecimentos necessários, esses não deveriam afrontar ou questionar seus “destinos

<sup>181</sup> VAZQUEZ, Maria Laura Ostá. **Na fronteira do voto**: discursos sobre cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e no Uruguai durante a primeira metade do século XIX. 2014. 234 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p. 83.

<sup>182</sup> Luís Cavalcanti Sucupira (1901-1997) nasceu em Fortaleza/CE. Como jornalista e intelectual católico, atuou na redação e direção do *O Nordeste*, além de outros periódicos pelo Brasil. Foi redator-secretário da revista *A Ordem*, fundada em 1921 no Rio de Janeiro, sendo a publicação responsável por veicular uma visão atualizada do catolicismo para todo o país. Foi membro de inúmeras agremiações, como o Instituto do Ceará, Associação Cearense de Imprensa, Liga dos Professores Católicos do Ceará, dentre outras. Em 1933, foi o deputado mais votado do Ceará pela legenda da Liga Eleitoral Católica (LEC), participando, assim, dos trabalhos constituintes.

<sup>183</sup> Commentarios... **O Nordeste**, Fortaleza, 17 de janeiro de 1928.

<sup>184</sup> *Idem*.

<sup>185</sup> Commentarios... **O Nordeste**, Fortaleza, 17 de janeiro de 1928.

sociais” sua “índole”, suas “inclinações específicas”. Talvez Marilita Pozzoli, com sua escrita “obscena” e “pornográfica” que teria lhe legado o título de “poetisa de pecados”; ou Rita de Queluz, com suas “más leituras” e seu “destempero em literatura”, que lhe valeram a pecha de “sufragista, bolchevista ou ateia” nas páginas desse mesmo *O Nordeste*, sejam exemplos de mulheres que, a partir da visão de Sucupira, tenham cruzado a fronteira entre o aceitável e o inconveniente.

Nas linhas anteriores, foram esboçadas algumas análises iniciais acerca de como as movimentações femininas com vistas a ocupar novos lugares, papéis e direitos – que tensionavam diretamente as fronteiras estabelecidas do gênero – foram entendidas e significadas nas páginas de alguns periódicos pela pena de críticos homens, em que a recorrência em pintar uma sociedade invertida, vendida como absurda e disparatada, indiciava e desvelava o temor de um futuro ainda não vivenciado, mas já rechaçado em expectativa. Um futuro de masculinidades preteridas, ameaçadas, enfraquecidas, tornadas “sexo fraco”. Paralelo a isso, como “feminismo” foi mobilizado, significado e ressignificado pelos sujeitos naquela temporalidade, tentando demonstrar que este era um conceito em disputa, inserido numa arena de conflitos e sendo ele próprio uma arena. Nas linhas que se seguirão, o propósito é continuar esmiuçando as tentativas de desqualificação, dando centralidade ao binômio mulheres/política, bem como as disputas em torno da definição de feminismo percebidas no começo da década de 1930 em alguns jornais da capital cearense. Disputas semânticas que mobilizavam a forja de novos termos e antigas concepções e argumentos de inferioridade e exclusão.

### **3.2 A partir do privado, protagonistas do público: o divórcio como uma questão feminista**

Quando Henriqueta Galeno e Adília de Albuquerque Moraes viajaram para a capital da República com o propósito de representar o Ceará nas atividades do II Congresso Internacional Feminista, ambas foram dispostas a defender diretamente teses outras que não a do voto, embora concordassem acerca da absoluta necessidade de garantia dos direitos políticos das mulheres no contexto de então. Os debates que ocupavam as preocupações das feministas brasileiras eram múltiplos, assim como plurais e matizadas eram as posições assumidas e defendidas por elas e entre elas em relação a um mesmo tema. Tal diversidade não deve ser encarada como falta de uniformidade ou mesmo incapacidade de entrar em consenso sobre questões capitais para o desenvolvimento de suas lutas, mas demonstra,

pelo contrário, que tais discussões estavam em construção, em processo, sujeitas a contingências, disputas, negociações e, obviamente, conflitos. A intenção deste tópico, portanto, é analisar como a pauta do divórcio – que seria aprovado no Brasil em 1977 – se constituiu numa das preocupações feministas no Ceará no início da década de 1930, principalmente por meio do esmiuçar dos discursos de Adília e sua enfática e constante militância contra a dissolução dos laços conjugais enquanto uma pauta feminista.

Suas ideias foram amplamente publicizadas a partir dos holofotes lançados sobre as atividades do congresso. Embora não tenha lido e defendido sua tese na tribuna, como fez Henriqueta, sua condenação do divórcio enquanto um “mal” para a coletividade não deixou de ser bastante publicada nos jornais cariocas e, na imprensa de Fortaleza, divulgada com exclusividade pelo *O Povo*, periódico do qual era fiel colaboradora. Aos olhos contemporâneos, pode parecer estranho e até paradoxal que uma feminista declarada pudesse se posicionar contra o divórcio e pela família, delegando às mulheres/mães um protagonismo neste “sacrifício” de conservar os laços conjugais pelo bem-estar coletivo e principalmente dos filhos. No entanto, como nos aconselha Maria Laura Osta Vazquez (2014), a partir de seu trato com as ideias de Bertha Lutz, é imperativo que analisemos as experiências e os posicionamentos dessas mulheres enquanto sujeitos em sua historicidade, em seu contexto de Primeira Onda do Feminismo, evitando a imprudência de lançar expectativas moldadas a partir do presente dos movimentos feministas sobre mulheres das primeiras décadas do século XX.<sup>186</sup>

Em sua época, Adília não estava sozinha ao posicionar-se contra o divórcio. A própria Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), liderada por Lutz, teria encontrado nesta questão um tema deveras espinhoso e de “custo político elevado”.<sup>187</sup> As reservas da Federação em tratar o tema não significava, segundo Marques, que Bertha Lutz fosse pessoalmente opositora da questão, mas que posicionar-se publicamente contra ou a favor poderia, de um lado, desafiar a força política da Igreja Católica e, de outro, afastar e frustrar mulheres que se aproximavam das ideias feministas desejosas de que as leis em torno do casamento fossem enfim modificadas.<sup>188</sup>

Exatamente na virada do século XIX para o XX, Martinho Garcez<sup>189</sup>, advogado

<sup>186</sup> VAZQUEZ, Maria Laura Osta. **Na fronteira do voto**: discursos sobre cidadania e moral..., *op. cit.*, 2014, p. 76.

<sup>187</sup> MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz** (recurso eletrônico). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 45.

<sup>188</sup> MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz...**, *op. cit.*, 2016, p. 45.

<sup>189</sup> Martinho César da Silveira Garcez (1850 – 1923) nasceu em Laranjeiras (SE). Bacharel em Ciências

sergipano que ocupava uma cadeira no Senado, propôs, em 19 de julho de 1900, um projeto de lei que estabelecia o divórcio como uma das causas de dissolução dos laços conjugais. Segundo *O Paiz*, a proposta ainda foi aprovada no Senado em sua primeira discussão.<sup>190</sup> Em 1903, no entanto, teve seu andamento impedido pela Comissão de Justiça e Legislação, sob o pretexto de que o Código Civil de 1916, que na época ainda estava sendo discutido, já iria contemplar e regulamentar tal certame.<sup>191</sup> De fato, o Código Civil de 1916, elaborado pelo cearense Clóvis Beviláqua<sup>192</sup> em 1900, mas incansavelmente discutido e modificado ao longo de anos até sua aprovação, tocou em tal matéria, mas apenas para reafirmar a validade do direito anterior, em que a sociedade conjugal seria dissolvida somente em caso de morte de um dos cônjuges, anulação do casamento ou mediante ação de desquite.<sup>193</sup> Este último significava uma separação de corpos, mas sem a dissolução do vínculo matrimonial, ou seja, pessoas desquitadas não poderiam contrair novas núpcias. Tal processo poderia ser movido por mútuo consentimento dos cônjuges, desde que fossem casados por mais de dois anos, ou de forma litigiosa, constituindo-se em motivos legais: acusações de adultério, tentativa de morte ou sevícias/injúrias graves praticadas da parte de um dos consortes.

Embora pudesse ser requerido por qualquer um dos cônjuges, importa ressaltar que a significação social do desquite recaía de forma distinta sobre mulheres e homens. No caso das mulheres, requisitos como “honra”, “honestidade”, “boa fama” poderiam ser determinantes ante a possibilidade de serem consideradas culpadas pelo desquite, visto que para os maridos poderia ser mais fácil acusá-las de adultério, enquanto que no caso contrário, a acusação de adultério sobre o homem, de acordo com o Código Penal vigente

---

Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1872. Foi deputado provincial em Sergipe de 1874 a 1875, presidente do Estado de Sergipe durante 1896 – 1899 e em 1900 ocupou uma cadeira no Senado, permanecendo até 1908. Durante esse período, pertenceu à comissão revisora do Código Civil. Garcez, entendendo o casamento como um ato jurídico, não via argumentos para justificar sua indissolubilidade, na medida em que estaria submetido às regras que regulavam as sociedades humanas em termos de contratos. Também citava o divórcio como uma necessidade para evitar o assassinato de mulheres por seus maridos sob a justificativa de defesa da honra. Cf.: CARVALHO, Vladimir Souza. Introdução a Martinho Garcez (Em defesa do divórcio). **Revista de informação legislativa**, v. 12, n. 48, p. 219-246, out./dez. 1975. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180906>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

<sup>190</sup> Congresso Nacional. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1900. Ed. 05776(1).

<sup>191</sup> CARVALHO, Vladimir Souza. **Introdução a Martinho Garcez** (Em defesa do divórcio), *op. cit.*, p. 233.

<sup>192</sup> Clóvis Beviláqua (1859 - 1944) nasceu em Viçosa do Ceará. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, foi um dos mais importantes juristas brasileiros. Iniciou sua trajetória no campo jurídico em 1883, como promotor de justiça no Maranhão. Também atuou como professor, jornalista, bibliotecário e consultor do Ministério das Relações exteriores do Brasil de 1906 a 1934. Em 1899 foi designado pelo presidente Epitácio Pessoa para elaborar o anteprojeto do Código Civil Brasileiro. Apesar de ter concluído seu trabalho ainda em 1899, após 16 anos de discussões e revisões nas casas legislativas, foi finalmente sancionado em janeiro de 1916, passando a entrar em vigor em janeiro do ano seguinte.

<sup>193</sup> BRASIL. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (1916)**: Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm)> Acesso em: 05 mar. 2019.

no período (1890), só poderia acontecer se este tivesse e mantivesse concubina de conhecimento público. Durante o processo de litígio e depois dele, a honestidade da mulher, tornada “a desquitada”, permanecia em suspeição.<sup>194</sup>

A análise de outros artigos do Código referentes ao status civil da mulher casada e aos direitos e deveres de cada um dos cônjuges reforçava e revestia, com a força e a legitimidade da lei, o papel secundário atribuído às mulheres, na medida em que aos homens caberia a chefia da sociedade conjugal – com todos os poderes e privilégios conferidos por esta posição – competindo a elas a função de auxiliá-los, além de serem consideradas incapazes para muitos atos da vida civil, permanecendo sob a tutela do pai ou do marido a partir da concepção de pátrio poder. Mário Martins (2009), ao analisar as distinções e prescrições presentes nesse código legislativo, ressaltou como ele foi construído de forma a “reiterar a divisão do trabalho e dos espaços tendo como parâmetro a diferença entre os sexos”.<sup>195</sup> Em outra ocasião, o autor pontua que, embora também estivessem fixados os casos em que o marido era impedido de realizar ações sem o consentimento da mulher, sinalizando, de forma relacional, que a lei poderia regular as ações de ambos, chama a atenção para a especificidade das proibições lançadas sobre os corpos de uns e outros a partir da noção de diferença sexual:

Diferentemente da mulher, os cerceamentos que recaíam sobre o homem em nada tinham a ver com suas opções individuais. Ele era livre para agir da maneira como quisesse e bem entendesse, desde que isso, claro, não trouxesse aspectos nocivos para o lar, para o desenvolvimento familiar. À mulher, ao contrário, cabiam códigos específicos de conduta sobre sua vida individual, íntima, visto ser ela a base moral familiar. Desse modo, os direitos e deveres assumiam colorações específicas conforme o sexo, idealizando relações de gênero específicas em que os homens tinham privilégios sociais ao serem comparados com as mulheres, o que, todavia, não significava na prática uma total sobreposição deles em relação a elas.<sup>196</sup>

O jornal *A Cidade*, de Sobral, reservou muitas linhas para rechaçar e convencer seus leitores sobre os perigos “aniquiladores” do divórcio para a família e a pátria. Aos senadores que deram seu aval ao prosseguimento do projeto, qualificou-os de modernos aniquiladores da família e ao próprio divórcio como um sinal decadente de retrocesso moral, em que o casamento teria seu caráter sério e duradouro reduzido a incontáveis

<sup>194</sup> BARBOSA, Izabelle Lúcia de Oliveira. **Saindo da gaiola dourada: desquite, divórcio e relações de gênero no Recife de 1917 a 1937**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

<sup>195</sup> VIANA JÚNIOR, Mário Martins. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2009, p. 93.

<sup>196</sup> *Idem*, p. 94.

“ensaios indefinidos”, visto a possibilidade vislumbrada pelo autor da coluna dos laços conjugais serem atados e desatados sem muita cerimônia caso o projeto de lei se convertesse em realidade.<sup>197</sup> Em outra edição, esse mesmo jornal publicou uma correspondência oriunda de Recife abordando o “infeliz” fato dos três senadores cearenses<sup>198</sup> em exercício em 1900 também terem votado contra “o coração do povo cearense” e pela “desorganização da santa instituição da família”.<sup>199</sup>

Quando em 1931, Adília escreveu seu posicionamento sobre o divórcio, submetendo-o não somente às críticas de suas companheiras reunidas em assembleia, mas aos julgamentos de uma imprensa e uma sociedade que acompanhavam com atenção e expectativa mais uma mobilização feminista por demandas e direitos, se preocupou em embasar sua fala a fim de que fosse recebida não como uma mera opinião, mas como uma análise legítima e séria do problema, firmada em experiências reais, comprovações e fatos. Família e pátria foram termos centrais mobilizados por ela para comprovar o potencial negativo do divórcio para o país, assim como foram acionados pela maioria dos opositores à dissolução dos laços conjugais no Brasil. No entanto, tomar essa equivalência e a partir dela simplesmente relegar Adília ao extenso grupo dos opositores sem uma análise mais detida acerca dos argumentos e justificativas mobilizados por ela seria uma atitude apressada e desinteressada em perceber as minúcias escondidas atrás das obviedades.

Desde o início de sua tese, pareceu se preocupar, como já ressaltado anteriormente, em empregar termos diretos e objetivos para tratar da questão ou, em suas palavras, combatê-lo “baseada em observações e concretizações de factos”.<sup>200</sup> Assim, os problemas nacionais, dentre os quais o mais urgente seria o divórcio, deveriam ser resolvidos com “segurança, precisão e clareza” e, por seu caráter de importância, ser “profundamente ponderado” e “inspecionado”. A fim de dar legitimidade e base factual a suas análises, cita a obra de um escritor francês<sup>201</sup> e os métodos utilizados por ele para “racionalmente” condenar o divórcio:

---

<sup>197</sup> Contra o divorcio. **A Cidade**, Sobral, 25 de agosto de 1900. Ed. 00052 (1).

<sup>198</sup> Os senadores pelo Ceará em exercício no ano de 1900 eram Bezerril Fontenele (1850 – 1926/Viçosa), João Cordeiro (1842 - 1931/Santana do Acaraú) e Joaquim Catunda (1834 – 1907/Santa Quitéria).

<sup>199</sup> Correspondencia. **A Cidade**, Sobral, 15 de setembro de 1900. Ed. 00056 (1).

<sup>200</sup> O Ceará e o rythmo do seu desenvolvimento cultural e social. Trechos da entrevista de d. Adilia de Albuquerque ao *Diario Carioca*. **A Razão**, Fortaleza, 22 de agosto de 1931. Ed. 00699 (1).

<sup>201</sup> Trata-se de Paul Bourget (1852 – 1935), autor e crítico literário nascido em Amiens. A temática moral era um ponto muito presente em seus escritos. De visões conservadoras, teria se convertido ao catolicismo em 1901. Sua obra *O Divórcio* é de 1904, período em que teria aprofundado ainda mais a utilização da literatura como um trabalho moralizante. Disponível em: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/bourget.htm>> Acesso em: 12 mar. 2019.

Nos países que o adotam [o divórcio], continuam os mesmos disturbios moraes, que, perdurarão enquanto perdurar a humanidade. Alguns destes, pela pena de seus brilhantes escritores, o tem impiedosamente causticado. Espiritos de eleição ocupam-se em *aprecia-lo minunciosamente*, e assim é que Paulo Bouget, em seu apreciado livro “O Divorcio”, *condena-o, depois de rigorosamente analysá-lo. Elle prova, com dados irretorquiveis*, que a união dissolvida só acarreta dissabores inominaveis, trazendo mesmo, para o caso que estuda, a dissolução conjugal motivada por um esposo viciado. [grifo nosso]<sup>202</sup>

Um posicionamento ancorado em dados, que pretendia se comunicar como não acalorado, mas também atento e comovido com a sorte da prole, apoiado na emoção e na ação da mãe. A dissolução do casamento deveria ser evitada por ser nociva principalmente para os filhos. Assim, no livro de Paul Bourget citado anteriormente, a mulher divorciada casa-se novamente e ao perceber, alguns anos depois, a infelicidade e o desprezo do filho, fruto de seu primeiro casamento, para com ela, se lamenta por não ter se sacrificado por amor a ele. A atitude de sacrifício e renúncia da parte dos cônjuges, que na história acima foi um sacrifício vindo da mulher, deveria se sobrepor às suas vontades e caprichos individuais, pelo bem da prole e, por extensão, da família e da coletividade.

Foi confiando no reconhecimento do amor maternal pelas congressistas, que Adília criticou as teses das representantes do Paraná e do Rio Grande do Sul, qualificando-as de “absurdas” e “extemporâneas”.<sup>203</sup> Interessante observar que considerava tais ideias incoerentes e deslocadas, apoiando-se nos princípios e características dos “seres racionais”.<sup>204</sup> As duas teriam, respectivamente, defendido o divórcio absoluto e o controle/intervenção do Estado na criação e educação dos filhos. Esses posicionamentos também seriam alvos da condenação de Hugo Catunda, escritor, aqui já mencionado, pertencente à Academia de Letras do Ceará, ao qualificar ou, no caso, desqualificar as feministas que defendiam o divórcio como “irrequietas” e defensoras de “ideologias perigosas”. Ao mesmo tempo em que elogiava a tese da cearense Henriqueta Galeno como um trabalho prático, “oportuno” e ajustado aos limites do social, demarcava limites entre um feminismo que teria um potencial “destrutivo”, por ser desestabilizador de normas sociais solidamente fincadas, e um feminismo realizável ou até “desejável”.<sup>205</sup> Embora não tenha mencionado diretamente Adília nem feito considerações sobre sua tese, pode-se

<sup>202</sup> O Divorcio (tese da escritora Adilia de Albuquerque Moraes no Congresso Feminino), **O Povo**, Fortaleza, 24 de julho de 1931, p.2.

<sup>203</sup> MORAES, Adilia de Albuquerque. Echos do Congresso Feminino. **O Povo**, Fortaleza, 16 de julho de 1931.

<sup>204</sup> *Idem*.

<sup>205</sup> CATUNDA, Hugo. Conceitos Oportunos. In: GALENO, Henriqueta. **Henriquêta Galeno no Congresso Feminino, na Academia Carioca de Letras, no Centro Cearense**. Est. Grafico Urania, Fortaleza, 1932.

concluir, por oposição, que ela tenha sido tão bem aceita quanto a de Henriqueta.

Como movimento alternativo ao divórcio, remédio “malfadado” e “repisado” de outros países, o Brasil deveria criar sua própria solução, capaz de gerar, num outro extremo, um estado de “paz” e “tranquilidade”, segundo Adília. O protagonismo nesse empreendimento de trazer concórdia para a pátria caberia, em sua concepção, às mulheres:

Assim, as esposas concorreriam, com a mesma parcela de desprendimento e sacrifício para a sã educação da prole, cooperando, por este meio, para o engrandecimento e concordia da patria estremecida. E qual o fator mais compatível para nortear este tentamen em beneficio da manutenção e segurança da familia? – A mulher que está sempre a frente de campanhas empreendedoras quando dirigidas num sentido nobilitante.<sup>206</sup>

Apoiando-se na tradicional ligação entre mulher e família, e mesmo reforçando deveres direcionados a elas no tocante à educação dos filhos, Adília reclamava o protagonismo da parcela feminina na criação e manutenção de um estado de bem-estar para o espaço público. Ao citar o nome de algumas mulheres cearenses que, no passado, teriam contribuído com seus serviços à causa pública, contribuições típicas das que são cidadãs: Bárbara de Alencar<sup>207</sup>, Maria Tomásia<sup>208</sup>, Jovita Feitosa<sup>209</sup>, atribuindo-lhes rostos e qualidades, como mulheres “inteligentes” e “altaneiras”, Adília talvez quisesse comprovar a importância das mulheres para o equilíbrio familiar e nacional, afirmando que elas poderiam ser protagonistas, sujeitos no presente, assim como suas conterrâneas foram sujeitos no passado. Criadoras de um estado de concórdia, paz e tranquilidade, a partir de ações que empreendidas no âmbito da família, resvalariam para o coletivo, para o espaço público, para o país.

Nesse sentido, convém atentar para os movimentos e pequenas revoluções que elas poderiam empreender nas brechas, em pequenos espaços, nas possibilidades que lhes

---

<sup>206</sup> O Divorcio (tese da escritora Adília de Albuquerque Morais no Congresso Feminino), **O Povo**, Fortaleza, 24 de julho de 1931, p. 2.

<sup>207</sup> Bárbara de Alencar (1760 – 1832) nasceu em Exu/Pernambuco. Da cidade de Crato, no Cariri Cearense, participou, junto com seus filhos, Tristão Gonçalves de Alencar e José Martiniano Pereira de Alencar, da Revolução Pernambucana de 1817, tornando-se presa política detida na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Anos mais tarde, participou ainda da Confederação do Equador de 1824.

<sup>208</sup> Maria Tomásia Figueira Lima (1826 – 1902?) nasceu em Sobral/Ceará. Foi uma das mulheres que se envolveram na campanha abolicionista no Ceará, participando da fundação da Sociedade das Cearenses Libertadoras, ocupando o posto de presidente.

<sup>209</sup> Antônia Alves Feitosa nasceu em 1848, na cidade de Tauá/Ceará. Aos 17 anos, vestiu-se com trajes “masculinos” para alistar-se no corpo dos Voluntários da Pátria, que combateriam na Guerra do Paraguai. Foi descoberta e ainda assim aceita no comando militar do Piauí, usando farda com saiote. Apesar de ter integrado o grupo de treinamento piauiense, o Ministério da Guerra não permitiu que Jovita entrasse no campo de batalha.

eram esboçadas a partir de terrenos consagrados como “femininos”. A partir deles, e mesmo legitimando-se neles, Adília encontrou espaço para demarcar sua fala, fazer-se ouvir e expandir seu raio de ação para além da família, ainda que partindo desta última.

Assim como a justificativa da família era bastante mobilizada por aquelas que enxergavam o divórcio como prejudicial, o movimento contrário também pode ser percebido, ou seja, mulheres que no início do século XX defenderam publicamente uma legislação que regulasse a dissolução dos laços conjugais, tendo como argumentos justamente a família e a moralidade, conforme apontou June Hahner (2003).<sup>210</sup> Dentre elas, Carmen Dolores, ao afirmar que o desquite, não o divórcio, seria sinal de imoralidade, na medida em que este último propiciava uma saída leal, franca e decisiva para os casamentos fracassados; e Andradina de Oliveira, defendendo que o desquite levava à depravação e ao concubinato ao impedir a união legal e moral de duas pessoas que se amavam. Num raio temporal e espacial mais próximo, Henriqueta também se posicionaria favorável ao divórcio e pela família, mas a família “verdadeiramente feliz”:

Eu sou – nada de meias palavras – pelo divorcio. Não compreendo, mesmo, porque não se cogitar de introduzi-lo no nosso Código Civil. Ele virá corresponder a uma necessidade imperiosissima. O divorcio, desde que a sua aplicação seja a mais rigorosa possível, para evitar as explorações das criaturas torpes que por toda parte existem, trará a felicidade para muitos. E repare bem no transmitir essa minha impressão ao publico, pois que eu sou pela instituição da familia, *mais a familia verdadeiramente feliz*, e è por isso mesmo, que desejo que se transforme em lei essa velha aspiração nacional.<sup>211</sup>

Reconhecendo que nem todos os casamentos desembocavam em felicidade familiar, bem como apontando a possibilidade de as relações conjugais encobrirem explorações, Henriqueta reiterou a urgente necessidade de uma lei que pusesse um fim em relações não saudáveis. Preocupou-se em reforçar que seu posicionamento não demarcava radicalidade, antes, era uma tomada de partido pelas famílias “verdadeiramente felizes”.

Posicionamentos como os de Henriqueta eram constantemente rebatidos por representantes da Igreja Católica, que não viam nenhuma perspectiva de negociação em relação ao casamento e a consumação de seus laços “eternos”, entendidos como a condição da família, da sociedade e da espécie humana.<sup>212</sup> Assim se pronunciou Padre Coulet, em

<sup>210</sup> HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850 – 1940). Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 253.

<sup>211</sup> De passagem pelo Recife, a delegada cearense ao Congresso Internacional Feminista, dra. Henriqueta Galeno, concede ao “Diário da Manhã” uma interessante entrevista. In: GALENO, Henriqueta. **Henriqueta Galeno no Congresso Feminino**, *op. cit.*, p. 67.

<sup>212</sup> A indissolubilidade dos laços conjugaes e o divorcio. **O Nordeste**, Fortaleza, 4 de julho de 1931, p. 10.

conferência realizada no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro e resumida pelo *O Nordeste* em edição de 04 de julho de 1931, reiterando o status sacramental e eterno do matrimônio para a Igreja, o religioso criticou a opinião dos que viam o casamento como um mero contrato e, como tal, passível de rompimento. Mobilizou então a imagem dos filhos, entendidos como símbolo concreto da inquebrantável ligação do casal, e que seriam prejudicados pelo egoísmo de seus pais:

O orador ilumina, então, com a sua palavra persuasiva o quadro dos lares desfeitos pelos divorcio, pelo egoísmo dos que, na vida, procuram tão somente, a satisfação dos seus desejos das suas paixões e dos seus instintos carnaes. Detem-se na análise da situação creada para os filhos, afastados pela quebra do vinculo matrimonial, do meio onde nasceram, e onde poderiam melhormente educar a sua vontade, formar o seu character e integrar-se nessa felicidade comum dos lares solidamente organizados. [...] Os que argumentam que o divorcio deve ser concedido aos que, por temperamento, por incompatibilidade de genio ou por uma serie de reveses, não poderiam mais viver em commum, não se lembram de que a paciencia, a doçura e a tolerancia reciproca perpetuam uniões que, sem isso, se desfariam. O divorcio não offerece remedio a esse mal; ao contrario agrava-o. Avilta ainda o matrimonio. Só há um remedio, diz o conferencista, para melhorar essas uniões infelizes: reflectir antes esforçar-se por se vencer depois.<sup>213</sup>

O temor de que o divórcio estabelecido em lei iria banalizar o casamento e as justificativas utilizadas pelos casais para pôr fim aos laços conjugais, a exemplo das incompatibilidades de gênio e temperamento citadas por Padre Coulet em sua conferência, se constituía num elemento bastante mobilizado ao longo dos anos por aqueles que não viam com bons olhos a aprovação de uma legislação própria no Brasil.

Em 1907, por exemplo, o *Jornal do Ceará* publicava a crônica “Quando o divorcio for lei no ano de 2000”, assinada por O. Nicoláo, possivelmente um pseudônimo.<sup>214</sup> Nesse futuro imaginado pelo autor, o Brasil seria “a potencia das potencias”, país temido e superpovoado, com altos níveis de modernização que se traduziam em altas tecnologias, locomotivas voadoras e automóveis nos sertões. O contraponto negativo de todos estes avanços, segundo o autor, seria o divórcio tornado lei. Valendo-se do recurso do humor, com cenas que beiravam o limite do absurdo, apresentava o teor de relações sociais totalmente modificadas, em que as mulheres carregavam incontáveis sobrenomes, portavam dezenas de anéis nos dedos e se decidiam pela separação pelo simples fato de seus maridos terem asma, calos nos pés ou possuírem nomes incomuns ou inusitados. Naquela sociedade modificada, inclusive, quanto aos papéis de gênero, as

<sup>213</sup> A indissolubilidade dos laços conjugaes e o divorcio. **O Nordeste**, Fortaleza, 4 de julho de 1931, p. 10.

<sup>214</sup> NICOLÁO, O. Quando o divorcio for lei no ano de 2000. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 11 de setembro de 1907. Ed. 00626 (1).

mulheres também pareciam assumir uma postura ativa nos relacionamentos, escolhendo ou preterindo homens por seus níveis de “pureza”, quer dizer, pela pequena quantidade de vezes em que teriam contraído matrimônio. No trecho abaixo, duas amigas se encontram na rua e aproveitam para atualizarem-se quanto à vida “amorosa” uma da outra. Amorosa está entre aspas, porque, na realidade esboçada pelo autor, os casamentos pareciam ser desprovidos de qualquer resquício de sentimento ou afetividade. A troca de companheiros – inclusive no interior de uma mesma família – não se constituía numa exceção à regra, antes, expressava o tom corriqueiro das relações sociais.

[...]

- Si o meu marido não mudar de nome não respondo por mim. Natividade! Natividade! É nome de gente?! E tu vaes bem?

- Com o Salles?

- Sim!

- Tu sabes nós estamos casados há quatro dias apenas e eu não lhe pude conhecer ainda o genio. Mas...

- Marota! Quer ver que já estás com outro de olho! Não mintas.

- De olho não, mas pedida.

- Sim?

- É um estudante de medicina. Mocinho, uma creança. Imagina tu que elle só já se casou quatro vezes.

- Só quatro?

- So. Uma tetéa. Uma fructinha que está mesmo fresquinha. Ingenuo como elle!

- Quem é?

- Não digo. Podes querel-o para ti.

- Maliciosa! Que é feito de tua irmã Augusta?

- Morreu. Morreu mal commigo.

- Sim?

- Sim. Pois então não foi ella quem me tomou o Filgueiras?

- Não sabia.

- Pois foi. O Filgueiras quando veiu para as minhas mãos só se tinha casado oito vezes.

- Era um homem puro, um homem ás direitas. Pois a Augusta tanto fez que o arrancou. Mas eu me vinguei.

- Sim?

- Porque elle deixou a Augusta e casou-se com vovó.

- Com tua avó?

- Aquella é que sabia levar a vida, filhinha. Quando morreu foi preciso fazer um caixão á parte para serem levadas as alianças.<sup>215</sup>

O apelo ao absurdo patente na imagem da senhora falecida sendo sepultada com um caixão extra para seus anéis, bem como nos casamentos intrafamiliares, homem se casando com a irmã da ex-mulher e logo após com a avó das ex-mulheres, provocava o riso, mas também alertava para o perigo, pretendendo deslegitimar pela via da ridicularização as vozes favoráveis à legalização de tal realidade “disparatada” em terras

<sup>215</sup> NICOLÁO, O. Quando o divorcio for lei no ano de 2000. **Jornal do Ceará**, Fortaleza, 11 de setembro de 1907. Ed. 00626 (1).

brasileiras. Quanto à utilização do humor e da troça na construção de representações no campo da imprensa, Mário Martins (2009), embasando-se nas reflexões de Joana Maria Pedro, pontua como textos desse teor poderiam ter um nível de alcance muito mais amplo, reproduzidos não só a partir dos jornais, mas na dinâmica das relações cotidianas.<sup>216</sup>

Por fim, retornemos aos argumentos mobilizados e defendidos por Adília, retomando os modos pelos quais baseou-se em suas “responsabilidades familiares” como mãe e esposa para infundir legitimidade e reclamar um protagonismo das mulheres enquanto servidoras da causa pública a partir de sua ação junto aos filhos. Se os homens não poderiam preterir a ação delas na formação dos lares, também não poderiam fazê-lo nas outras áreas da vida.

Buscou-se, nessas linhas, ancorando-se nas provocações de Joan Scott (2002), compreender como a militância de Adília de Albuquerque Moraes contra o divórcio foi sendo estruturada por ela e por outras como uma questão feminista, sem esquecer que os paradoxos – dentre os quais o mais marcante foi reivindicar igualdade de direitos a partir da diferença – não se constituíam em contradições ou ambiguidades, mas em elementos constitutivos do próprio feminismo.<sup>217</sup> A posição feminista era paradoxal, frisou Scott ao referir-se aos debates no contexto francês. Se os paradoxos existiram, importa então atentar como as mulheres mobilizaram tais paradoxos em seu favor, ensaiando estratégias para conquistar, dentro dos limites estabelecidos pelas possibilidades, maior presença e influência no espaço público. Pequenas revoluções poderiam ser forjadas, como de fato foram, nas fronteiras dos paradoxos.

Grande parte dos argumentos de oposição ao feminismo se nutriu e ganhou adesão social a partir da crença no perigo que esse movimento representaria para a existência da família. Ao levar para um congresso feminista uma tese contrária à dissolubilidade dos laços conjugais, Adília, de certa forma, enfraquecia e desacreditava os críticos que propalavam o feminismo e a família como dois extremos antagônicos e excludentes, bem como forjava representações em si mais conciliadoras.

### 3.3 “Destemperada inovação”: o voto feminino em debate

A sessão de estreia de mais uma produção cinematográfica norte-americana

<sup>216</sup> VIANA JÚNIOR, Mário Martins. *As mulheres na expansão material de Fortaleza*, *op. cit.*, p. 86.

<sup>217</sup> SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

tinha tudo para causar o maior burburinho no Cine Moderno, que, desde 1921, era a mais “bem frequentada” sala de cinema de Fortaleza, confortavelmente projetada para as elites habituadas aos *meetings* nos arredores da Praça do Ferreira, principal logradouro de uma cidade desejosa de progresso. A data marcada, 23 de fevereiro de 1933. A propaganda de exibição do filme, publicada no matutino *A Rua*<sup>218</sup>, não se tratava bem de um convite comum e amigável, mas de uma verdadeira convocação de guerra entre os sexos:

O homem não pode administrar um País, uma Cidade, uma Vila, porque ele é incapaz de governar um Lar, onde só tem ação pela violencia e chama o seu desgoverno de “caso passional”, “honra lavada” e outros termos indecorosos!...

Portanto... Só uma saída: A Greve! A Greve conjugal! – Não devemos suportar o egoísmo do homem que clama contra a falta de sal na sôpa quando nem sequer sabe lavar o prato onde come! Greve domestica! – Conforme em “conferencias” aconselhará “Madame Prefeito”, a partir de quinta feira, 23 deste mez, no Cine-Moderno. Ireis vêr e ouvir como procederam as nossas destemidas adeptas Marie Dressler e Polly Moran. Levai tambem vossos “algozes” para que assistam do que somos capazes.<sup>219</sup>

Tratava-se do filme “Madame Prefeito”, uma produção da Metro-Goldwyn-Mayer, estrelada pelas já citadas atrizes Marie Dressler e Polly Moran. O enredo fazia jus ao seu título, abordando de forma cômica a repentina e inesperada transformação de uma pacata dona de casa totalmente avessa à política em candidata a “prefeito” de sua cidade, o que mobilizou fortemente as mulheres do lugar, ao mesmo tempo em que alterou a dinâmica e a “tranquilidade” de seus lares. A revista *A Scena Muda* (RJ) realizou uma bem-humorada síntese do filme, em que a indignação dos homens perante uma “negligência” das mulheres para com suas “obrigações” funcionava como elemento de tensão:

Ha “meetings” e mais “meetings”, e os maridos, desesperados com a falta de botões nas calças e serzaduras nas meias, resolvem proibir que as esposas

---

<sup>218</sup> Fundado em Fortaleza no início de 1933 por Paes de Castro. Definia-se como um “matutino independente”. Dentre suas posturas, apresentou-se como um jornal que não prestaria solidariedade incondicional aos poderes públicos, assim como não se sentia obrigado a “jurar fê” à Revolução de 1930. Definia-se ainda como simpático ao regime parlamentarista.

<sup>219</sup> Manifesto à nação. *A Rua*, Fortaleza, 19 de fevereiro de 1933.

cuidem de politica e da eleição da madame Prefeito. Ivy [Polly Moran] e Hattie [Marie Dressler] lançam, então, uma proposta sensacional; as esposas fariam greve, o que daria em resultado até uma grande vantagem; os proprios esposos, capitulando diante dos transtornos que a greve ocasionaria, dariam os seus votos! Que reboliço! Quantos maridos, indignados, fizeram a cama e lavaram a roupa, enquanto as esposas liam nos jornaes o andamento das eleições! Quantos maridos dormiam no chão duro, enquanto as esposas, refesteladas nos macios leitos, gozavam as delicias de se sentirem eleitoras!<sup>220</sup>

Nosso senso de imaginação histórica tende a conjecturar vários desdobramentos da leitura deste “belicoso” anúncio, bem como das sessões de exibição de “Madame Prefeito”, tanto mais por não termos encontrado outras fontes relacionadas que nos possibilitasse acompanhar as possíveis reações, burburinhos e falatórios resultantes. O ano era 1933, e na cidade já brotavam postos e mais postos de alistamento eleitoral que pela primeira vez recebiam as inscrições das mulheres para as eleições de maio próximo, voltadas para a Assembleia Nacional Constituinte daquele ano. No entanto, até que uma parcela delas – a execução do decreto que legalizou o voto feminino em 1932 estava subordinada a algumas condições – pudesse tornar corriqueiro um ato historicamente e legalmente vedado, muitas disputas encontraram terreno de enfrentamento, disputas essas que não se estancaram com a conquista do voto, antes, foram ressignificadas e mobilizadas para outros fins, em que o foco não era tanto discutir sua relevância ou irrelevância, seu caráter de direito ou de “destempero”, mas disputar e angariar seu capital de mudança.

As cenas dadas a ver na fita protagonizada por Hattie Burns e publicizadas naquele fascinante e poderoso meio que era o cinema<sup>221</sup> já vinham sendo semelhantemente desenhadas pela imprensa desde pelo menos o início do século XX, conforme demonstramos no tópico anterior. Representações de uma sociedade deslocada,

<sup>220</sup> “Madame Prefeito”. **A Scena Muda**, Rio de Janeiro, nº 575, 1932, ed. 00575 (3), p. 28.

<sup>221</sup> O cinema, um dos símbolos mais palpitantes da modernidade que se materializava nas décadas de 1920 e 1930, era encarado com fascínio, mas também com críticas e reticências, principalmente pela Igreja Católica e seu principal canal de informação na imprensa, *O Nordeste*. Não raramente, artigos enfocando os perigos do cinema e de seus meios de propaganda (cartazes de divulgação, por exemplo) eram publicados em suas páginas, com a pretensão de alertar a população para a “má” influência que teriam sobre os costumes. A corriqueira indicação e censura de filmes considerados aptos ou inaptos para exibição é bem significativo do teor dessas regulações e de como elas miravam particularmente nos comportamentos femininos. A esse respeito, em 1932, *O Nordeste* censurava o filme “Mulher de brio”, por conter “cenas de rude inconveniência”, assim como o filme “Pra que casar”, em 1933, considerado “immoral” por mostrar artistas “em trajes menores”, e “Mulher sem algemas”, também em 1933, não recomendado pelo teor de seu enredo. Em compensação, indicava em 1933 o filme “Domador de mulheres”, produzido pela Fox Movietone e estrelado por José Mojica e Mona Maris. O enredo girava em torno de Emilio, rapaz que fora humilhado por Elvira, uma moça “orgulhosa”, filha de um homem de posses. Emilio busca então vingar-se da moça, mas acaba apaixonando-se por ela, sem esperar que seu amor fosse correspondido. Ao final, Emilio é apresentado como um domador de mulheres, tanto pela beleza de sua voz quanto pela “robustez” de seu físico. Domador de mulheres. *A Scena Muda*, 18/03/1931, Ed. 000521. Propaganda e progresso. *O Nordeste*, 09/01/1932. Tempo de cinema. *O Nordeste*, 09/01/1932. Cine Moderno. *O Nordeste*, 03/02/1933. Cines Moderno e Majestic. *O Nordeste*, 06/02/1933. Domador de Mulheres. *O Nordeste*, 14/01/1933.

descaracterizada de seus caracteres definidores e mantenedores.

Dentre os sujeitos identificados na imprensa do período que mais se posicionou sobre a possibilidade das mulheres em adentrar no campo da política, destaca-se Padre Tabosa<sup>222</sup>, vigário-geral da Arquidiocese de Fortaleza de 1922 até sua morte, em 1934. Foi possível mapear os discursos de Padre Tabosa a partir de 1922, quando o jornal *O Nordeste* é fundado na capital, e ele se torna um de seus mais assíduos colaboradores até os primeiros meses de 1933, enquanto atuava ativamente na campanha pró Liga Eleitoral Católica (LEC), encabeçada por esse mesmo jornal. Tal temporalidade torna possível acompanhar as elaborações desse sujeito num corte diacrônico.

Em 1922, por exemplo, num artigo de louvor à atuação de Benito Mussolini, então recém-chegado aos altos patamares da política italiana, um dos pontos dignos de nota mencionados pelo religioso foi a “verdadeira visão do problema” de Benito sobre o voto feminino. Tal visão considerada “acertada” pelo Pe. Tabosa propalava que a mulher do período não estaria preparada para o exercício da política; mas não apenas isso: quando finalmente ela se encontrasse em condições de votar num horizonte de expectativas futuro – ser votada era uma possibilidade que não existia em sua fala – escolheria abnegadamente por cuidar daquilo que seria mais elevado que a política.<sup>223</sup>

Neste pequeno excerto, o campo da política aparece revestido com uma de suas mais recorrentes representações, mobilizada em diferentes temporalidades e contextos ora para afastar as mulheres, ora para reclamar sua intervenção urgente e higienizadora: como um campo sujo, potencialmente corrupto, terreno não elevado, imperfeito, contingente. Desse modo, a justificativa utilizada para transformar mulheres e política em polos antagônicos e inconciliáveis encontrava grande parte de sua força e reiteração em argumentos morais naturalizados, a saber: que os corpos femininos deteriam em suas entranhas a seiva da moralidade correndo nas veias, fazendo-as suas protetoras e multiplicadoras. Tal seiva, pura como deveriam ser aquelas que a guardavam, correria o risco de se corromper em contato com a corrompida política.

Maria Laura Osta Vazquez (2014) sinaliza que esta oposição corrupção/homens *versus* moralidade/mulheres foi também bastante requisitada nos discursos opositores ao voto feminino no contexto uruguaio, cujo processo de luta pelo reconhecimento da

---

<sup>222</sup> Antônio Tabosa Braga foi vigário geral da Arquidiocese de Fortaleza de 1922 até seu falecimento, em 1934. Foi um dos colaboradores mais atuantes no *O Nordeste* e na militância católica do período. Atuou na propaganda do periódico em cidades do interior, incentivando a assinatura do mesmo entre a população. Atuou também no *Correio do Ceará*, de orientação católica e fundado em março de 1915.

<sup>223</sup> TABOSA, Padre. Benito Mussolini, *O Nordeste*, Fortaleza, 18 de dezembro de 1922.

cidadania política feminina teve significativas similitudes e aproximações com os debates brasileiros.<sup>224</sup> Na tentativa de perseguir a historicidade do binômio “mulheres-moral” e para entender porque as mulheres eram entendidas como guardiãs desta última, a autora ressalta que a construção sistemática e reiterada de uma “moralização” das mulheres esteve intimamente ligada ao processo de construção da “nova mãe”, incondicionalmente amorosa e devotada aos seus rebentos. Responsável por seus destinos físicos e morais, deveria ser ela também uma “reserva de moralidade”. Envoltas em aspectos místicos – toda sacrifício e abnegação no cumprimento de sua “vocaçãõ” materna – seria comparada a uma santa, advindo daí a recorrente ideia de que uma boa mãe seria uma “santa mulher”.<sup>225</sup> No que se refere à importância da moralidade nas mulheres, haveria comparação mais enfática e pedagógica do que nivelar maternidade e santidade?

A visão de Mussolini sobre o voto suscita em seu admirador no Ceará algumas ponderações sobre as discussões brasileiras:

No Brasil, onde as eleições não passam de farsas asquerosas e de violações estupidas dos sagrados direitos alheios, onde o voto tem o *valor do zero* existem legisladores (altamente cotados na opinião pública) que se mostram favoráveis, que estimulam mesmo as pretensões precoces de algumas brasileiras menos compenetradas da missão augusta da mulher nos nossos tempos. Para vaidade nossa, existem inúmeras opiniões em nossas altas e baixas Câmaras contra a pretensão leviana dos que não se querem ocupar de coisas mais sérias, dos problemas inadiáveis da vida nacional.<sup>226</sup>

Nas linhas acima, Pe. Tabosa mobiliza pelo menos dois argumentos que qualificam negativamente as pretensões femininas e as dos legisladores que se deixavam tocar por tais discursos: precocidade das primeiras, leviandade dos segundos.

Tais lampejos prematuros teriam nascido apenas por um desencontro, por algumas delas não terem ainda se deixado penetrar intimamente pela preponderância de suas missões, seus papéis, seus “lugares naturais”.<sup>227</sup> Para um genuíno representante da

<sup>224</sup> O voto feminino foi aprovado pelo Senado em dezembro de 1932; o divórcio foi aprovado bem antes, em 1907. A autora pondera que a lei do divórcio no Uruguai estabelecia sempre como motivo de divórcio o adultério feminino; no caso do adultério masculino, apenas seria considerado causa de divórcio se cometido no domicílio conjugal. Cf.: VAZQUEZ, Maria Laura Osta. **Na fronteira do voto**: discursos sobre cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e no Uruguai durante a primeira metade do século XIX. 2014. 234 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p. 48.

<sup>225</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>226</sup> TABOSA, Padre. Benito Mussolini, **O Nordeste**, Fortaleza, 18 de dezembro de 1922.

<sup>227</sup> Convém demarcar como a medicina – enquanto saber validado pela ciência – atuou e contribuiu para a construção e legitimação de lugares “naturais” para os corpos feminino e masculino. Segundo Ana Paula Vosne Martins, as dicotomias de gênero não podem ser entendidas sem relacioná-las intrinsecamente com o

Igreja, o desempenho de tal missão teria terreno certo, armas certas, tempo e fins apropriados: na intimidade do lar, para o lar e pelo lar. Ao qualificar como leviana a postura simpática de alguns políticos à causa do voto, relegou-o uma vez mais a uma posição secundária, desprovido de real seriedade, questão menor, adiável, questão que sequer dizia respeito à totalidade das mulheres, visto tal “precocidade” acometer apenas “algumas brasileiras”.

No que concerne a um dos intentos a/ serem perseguidos neste capítulo – como as reivindicações femininas do período feriam as masculinidades? – não se pode perder de vista que, durante as décadas de 1920 e 1930, houve um esforço sistemático da parte das elites locais da região Nordeste em forjar e definir a identidade do tipo regional nordestino como o “macho por excelência”, a própria “encarnação do falo”.<sup>228</sup> Durval Muniz detalha tal processo de construção:

Este será definido, portanto, como um tipo tradicional, um tipo voltado para a preservação de um passado regional que estaria desaparecendo. Um passado patriarcal, que parecia ser substituído por uma sociedade “matriarcal”, efeminada. O nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histérica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava.<sup>229</sup>

Ainda segundo o autor, a construção do homem nordestino enquanto uma “reserva de virilidade” estaria intimamente ligada às mudanças percebidas nas relações de gênero, principalmente nas áreas urbanas, de modo que sua imagem desponta envolta em ares de uma reação conservadora: “o nordestino em seu nascedouro já será uma figura reacionária em relação a qualquer mudança que pudesse ocorrer nas identidades e nos

---

processo de constituição dos saberes médico e científico sobre as diferenças sexuais. Assim, ao longo do século XIX, com a constituição de um saber especializado sobre o corpo feminino, a partir do desenvolvimento da ginecologia e da obstetrícia, aquele se transforma em objeto do conhecimento masculino, sujeito a uma série de discursos normativos que empreendiam uma definição social da mulher intimamente fundada na natureza, em seu corpo. Este foi construído como um corpo suscetível a inúmeras instabilidades físicas e nervosas, todas ligadas a seus órgãos reprodutivos, que fariam do corpo feminino – “corpo que sangra”, corpo formulado biologicamente para gerar – um corpo frágil, débil, incapacitado para desempenhar determinadas atividades. Os médicos, estes “conselheiros na arte do bem viver”, orientavam que as mulheres desempenhassem suas funções de mãe e esposa como um dever sagrado e, sobretudo, natural. Contribuíam, portanto, para enraizar tais funções e as desigualdades advindas destas no campo da natureza, do biológico. Cf.: MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

<sup>228</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920 – 1940)**, São Paulo: entremeios, 2013.

<sup>229</sup> *Idem*, p. 150.

papéis que eram definidos para os gêneros”.<sup>230</sup> Dessa forma, o mundo moderno, com seus ímpetos de mudança que pareciam querer resvalar em todos os campos, inclusive nos mais consagrados, era entendido como o responsável por um “embaralhar das fronteiras entre os gêneros”, provocando uma “desvirilização dos homens” e uma “masculinização das mulheres”. Nesse contexto, o feminismo e o novo perigoso que ele representaria por certo seria uma influência a ser repelida para longe das mulheres e da sociedade, na medida em que atribuiria características “viris”, “masculinizantes” a elas, ao mesmo tempo em que relegaria ao sexo oposto uma situação “feminizante”, passiva, desestabilizadora dos caracteres que o definiriam como “macho”.

No interior dessa problemática, práticas masculinas tidas como “desvirilizadas” ou “feminizadas” poderiam se configurar como subalternas, rechaçadas, demasiado controversas. De forma semelhante, assim como homens externarem posturas “feminizadas” poderia ser encarado como algo profundamente deslocado e problemático para a manutenção daquela identidade em elaboração, também aqueles que incentivavam ou apoiavam as reivindicações femininas por novos direitos poderiam ser tomados como sujeitos de masculinidades embaraçosas, na medida em que estariam, em último grau, combatendo contra seu próprio sexo, fortalecendo as pretensões do “sexo fraco” de mimetizar-se em “sexo forte”, contribuindo deliberadamente para um embaralhar das fronteiras. Assim, nas páginas do jornal *O Povo* de meados de 1931, um colaborador escrevia que o que chamava atenção não era tanto que as “filhas de Eva” estivessem aspirando se tornar semelhantes aos homens em termos de atributos masculinos, “independencia, inteligencia mascula, desassombro, coragem, altivez”, mas que tal “desatino” encontrasse terreno fértil entre eles, que os “legítimos” detentores de tais características másculas se tornassem partidários da ideia de uma mulher também masculinizada. Surpreso e indignado, externou “que a propaganda feminista vem se fazendo sob a proteção valiosa de nobres representantes do sexo forte” e que estes sujeitos imaginavam as mulheres “galgando posições, subindo, vencendo, expulsando o homem, com unhas pontiagudas e brunidas, enfim, de seus galhardos postos de trabalho e de atividade”.<sup>231</sup>

Esses homens simpáticos não eram tão numerosos, pelo menos não entre os que escreviam na imprensa periódica. Tal fato, como já exposto, não se configurava como uma exceção à regra, antes a confirmava: mais do que sujeitos para defendê-lo, o

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>231</sup> O feminismo na cachola do carreiro. *O Povo*, Fortaleza, 8 de agosto de 1931.

feminismo e o que ele representava colecionava críticos e críticas. Sua mensagem de emancipação incomodava, era porque inquietava que se tornava ainda mais imperativo falar sobre, escrever sobre, elaborar tal realidade temida e criticada em palavras: o jornal se tornava um espaço em que as mulheres com pretensões à liberdade poderiam ser recolocadas novamente em seus “devidos lugares”; no texto e pelo texto, tal realidade era expurgada, ao mesmo tempo em que novos regimes de verdade eram forjados e reiterados. Pode-se perceber esse movimento em uma das sessões da coluna “Contos electricos”, publicada no jornal *A Lucta*<sup>232</sup>, de Sobral.<sup>233</sup>

Na primeira página do dia 11 de julho de 1923, Justino, pseudônimo que assinava o texto, trazia a história de Madame Bernadete, identificada desde as primeiras linhas como uma “feminista encarnada”. Abertamente declarada como uma militante, constantemente discutia com aqueles que discordavam de suas aspirações e teorias. De hábitos e personalidade “masculinizados” e relações “escrupulosa e masculamente seleccionadas”, conseguira desquitar-se de seu marido, um pobre sujeito “sem energias físicas e moraes” e, como se isso não fosse o suficiente, aspirava ocupar um cargo de poder numa repartição pública a fim de custear sua propaganda feminista, bem como representar uma vitória para a causa, “colocando á frente de uma repartição uma mulher para mandar nos homens”.<sup>234</sup> Valendo-se do recurso da camaradagem para atingir seu fim, procura quem poderia lhe conceder tal cargo:

Mme. partiu radiante, e bancando já directora de uma secção do ministerio ou chefe de qualquer uma das grandes empresas a elle subordinadas, ia antegosando a arrogancia e a energia com que havia de tratar os seus subalternos. Não se passou uma semana, surgiu-lhe em casa o ministro a cumprir a promessa feita. E após os primeiros cumprimentos, pediu que mme o acompanhasse ao leito do marido, no que foi obedecido mostrando-lhe elle lá no fundo de um quarto, no interior da casa, uma velha cama mal vestida e mal arranjada. O ministro, então, batendo levemente no colchão, de onde subiu uma poeira duvidosa, disse-lhe:  
- Está aqui, é aqui ao lado do seu maridinho o logar que mais convem á sua

<sup>232</sup> Fundado e dirigido por Deolindo Barreto, circulou de 1914 a 1924 na cidade de Sobral (CE). Sua circulação foi interrompida pelo assassinato de seu proprietário, jornalista de posição liberal e ferrenhamente crítico das forças conservadoras locais. Em 1922, foi alvo de censura vinda da Igreja Católica, em que Dom José Tupinambá da Frota, por meio de Decreto Pastoral, considerou pecado mortal sua assinatura e leitura entre os fiéis católicos.

<sup>233</sup> Naquela temporalidade, a cidade de Sobral, assim como Fortaleza e grande parte dos centros urbanos brasileiros, compartilhava do desejo por uma cidade moderna e ordenada, transformações que deveriam dar-se tanto nas estruturas dos espaços quanto nos hábitos da população. Tal ideia de progresso é facilmente perceptível por meio dos periódicos. Foi elevada a cidade em meados do século XIX, mas antes desse marco já se constituía como uma vila independente e distante de Fortaleza por ter sido colonizada diretamente pelos portugueses que teriam chegado à região por meio do Porto de Camocim, fato que lhe rendeu o epíteto de “Princesinha do Norte”.

<sup>234</sup> JUSTINO. Contos Electricos, *A Lucta*, Sobral, 11 de julho de 1923. Ed. 00631 (1).

bellesa.<sup>235</sup>

Por mais ousadas que fossem as pretensões da feminista Bernadete, por mais esforços que tenha empreendido em não se conformar com o lugar “natural” reservado a ela, no fim das contas, para fins de aprendizado, coube a um homem colocá-la em seu “devido lugar”. O jornal, como já se pontuou em tópicos anteriores, cumpria uma função pedagógica, no sentido de ditar e reforçar práticas “normais” e desqualificar e rechaçar práticas “desviantes”. As mulheres e seus comportamentos transbordantes para além das margens era alvo da repreensão masculina em jornais produzidos e escritos por homens.

Argumentos de apelação à natureza – esse terreno fixo e imutável de onde emanaria a “verdade” final sobre os sujeitos e seus corpos, seus “legítimos” lugares e correspondentes comportamentos – eram constantemente mobilizados como uma forma de desqualificar o seu oposto, aquilo que se entendia como contrário à natureza, encarado, portanto, como erro, desvio, sinal de incoerência. Nos últimos dias de fevereiro de 1925, *O Nordeste*, numa posição de absoluto destaque de sua primeira página, trazia um extenso artigo sobre as possibilidades de atuação das mulheres católicas para além de seu “principal campo de ação”, o lar. Esse campo, que a partir de 1933 será obrigatoriamente o campo da política, em 1925 ainda era o da caridade.<sup>236</sup> Tal divisão não teria sido fruto de mãos humanas, logo, não fora resultado de uma construção, mas deveria ser encarada como campos de atividade destinados pelo próprio Deus para os sexos.<sup>237</sup> Na tentativa de compelir as senhoras a conformarem-se de bom grado ao chamado de sua “natureza” de cuidado e altruísmo, é reproduzido o conselho/depoimento de uma mulher já engajada em obras de caridade vinculadas à Arquidiocese de Fortaleza:

*Abandonemos aos homens, senhoras, o grande e accidentado campo das lutas políticas, dos interesses comerciais, das investigações científicas, das conquistas no domínio da indústria ou das artes. E, enquanto se debatem elles vigorosamente, alargando a estrada do progresso, lutem as mulheres no campo da caridade que é, aliás, a origem gloriosa da verdadeira civilização. Enquanto, leões da guerra, se ferem elles, justa ou injustamente uns aos outros, sejamos as pombas da paz e da misericórdia, curando as feridas que o combate deixa. [...]*

<sup>235</sup> *Idem.*

<sup>236</sup> No que tange à caridade é preciso enxergar nesta prática não simplesmente um campo de atuação socialmente permitido para as mulheres, reforçador de papéis e características “naturalmente” femininas, mas questionar em que medida ações femininas em espaços de caridade e filantropia poderiam alargar suas atuações para além das tradicionais fronteiras traçadas para elas, como poderiam valer-se deste meio, ensaiado nas fronteiras do possível, para demarcar suas cidadanias sociais e, concomitantemente a isso, expor, inconsciente ou de forma deliberada, as demais exclusões que as atingiam. Cf.: PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 93.

<sup>237</sup> A ação social feminina. *O Nordeste*, Fortaleza, 28 de fevereiro de 1925.

Laborae, senhoras, sem desmaios, o campo que Deus apontou á vossa actividade, porque é o mais vasto, o mais bello, o mais perennemente glorioso... Deixae que os vossos irmãos e companheiros gastem a vida semeando e colhendo no seu, aliás, tantas vezes ingrato... e quando, porventura, chegarem de mãos vãs á presença do juiz que pergunta o que foi que nós fizemos aos pobres, reparti com elles o vosso trigo celeste, como elles repartem comvosco o producto, em ouro ou em lagrimas, de suas colheitas terrenas. [grifo nosso]<sup>238</sup>

A mobilização da imagem dos animais e as respectivas e consagradas ações que os identificavam socialmente cumpria uma dupla função: a de ditar e delimitar, de forma didática e funcional, as atribuições compatíveis ao masculino e ao feminino para o jornal católico: respectivamente, combate e concórdia, força e fragilidade, agressividade e cuidado. Oposições que em maior ou menor grau advinham e reforçavam-se a partir da construção dicotômica entre público e privado. Assim como “pombas da guerra” e “leões da paz” poderiam ser lidas como fórmulas contraditórias e inexequíveis, também a ação das mulheres nas lutas políticas e em outras áreas de “atividade” masculina deveria ser interpretada como incompatível com a sua função de “curar as feridas”, de cuidar, de doar-se pelo outro. Poderiam ser úteis fora dos limites de seus lares, mas o lar e seu “ar de afeto” continuariam sendo a própria tônica de suas ações: mudavam-se os sujeitos, permanecia o cuidado. Com os seus e com os outros.

Desde 1922, *O Nordeste*, como veículo de imprensa católico intimamente ligado à Arquidiocese e às suas diretrizes, expunha as razões pelas quais a questão do voto feminino ainda se constituía numa realidade irrelevante para as mulheres, apesar de ter-se encontrado um único artigo no ano de 1923, intitulado “O voto feminino”, em que seu autor, que assinou como Rocha Lima<sup>239</sup>, defendeu-o como um sinal dos países cultos e uma questão de justiça para com as mulheres.<sup>240</sup> Monsenhor Tabosa e Luís Sucupira foram dois dos homens que mais se “preocuparam” em gastar tinta e neurônios com tal assunto “irrelevante” no recorte temporal de 1922 a 1933.

Em outros momentos, convocava-se o contexto estrangeiro e suas recentes experiências com um sufrágio vitorioso, na tentativa de inculcar nas subjetividades que se o binômio mulheres/política não funcionava em outros países, não funcionaria no Brasil e nem no Ceará. Foi o caso do artigo “O voto feminino nos E. Unidos”, em que a opinião de uma escritora norte-americana foi compartilhada e comentada em uma das edições de

<sup>238</sup> *Idem.*

<sup>239</sup> Pela data em que o artigo foi publicado supõe-se tratar-se de Abdenago Rocha Lima (1887-1954), médico cearense, fundador do Instituto de Assistência à Infância Desvalida e diretor do Asilo de Menores Juvenal de Carvalho e da Maternidade Senhora Juvenal de Carvalho, dentre outras informações.

<sup>240</sup> LIMA, Rocha. O voto feminino. *O Nordeste*, Fortaleza, 13 de julho de 1923.

domingo do periódico. O parecer da Sra. Margareth Culkin Banning<sup>241</sup>, segundo as palavras do articulista que transcreveu suas ideias, soava como uma generosa advertência para todas aquelas que pretendiam se embrenhar naquele campo, visto ser a senhora em questão uma crítica conhecedora do assunto e uma representante “inteligente” do sexo, portanto, absolutamente insuspeita para falar sobre aquele domínio. Uma mulher falando sobre a impossibilidade das mulheres de votar e legislar: nada mais confiável do que uma representante do próprio sexo – dito mais autorizado – para dar legitimidade àquelas sentenças. Após discorrer sobre o “ardiloso” campo da política, cheio de tramas, seduções e interesses que não respeitavam o sexo de quem nele entrava, a opinião da norte-americana foi assim sintetizada pelo jornal:

Concluindo, a escriptora americana é de opinião que a politica não foi feita para a mulher. Ella, é verdade, é apta para soffrer revezes, insucessos e trabalhos, mas os proprios do sexo, na criação e educação dos filhos e na resistencia aos golpes da adversidade. Resistencias dessa ordem, na politica militante, não dignificam, e, por isso, as mulheres bem avisadas della se afastam...<sup>242</sup>

Dois dias depois da publicação da fonte acima, Luís Sucupira se vale das “luminosas” palavras de Culkin Banning para alfinetar as brasileiras empenhadas na conquista do voto e, mesmo que indiretamente, informa sobre algumas de suas estratégias de ação junto ao poder institucional:

Os conselhos da jornalista americana, publicados na edição de domingo desta folha, vêm mesmo a calhar para *as nossas feministas, que, agora, se andam assanhando*, a fim de adquirirem o direito de votar e serem votadas. Surgindo no Rio Grande do Norte a inovação instituída pelo sr. Juvenal Lamartine, logo meia duzia de suffragistas se dirigiram ao Congresso Nacional, pedindo fosse o voto feminino estendido a todas as brasileiras. O projecto ainda chegou a ser apresentado e discutido, mas, felizmente, teve a *oposição sensata do sr. Washington Luis*, e não fora isso, estariam hoje alistando-se nos cartorios as mulheres eleitoras. [grifo nosso]<sup>243</sup>

Como se pode observar, Sucupira utiliza palavras distintas para qualificar as ações das feministas e do presidente da república à época: enquanto elas estariam se

---

<sup>241</sup> Margareth Culkin Banning (1891-1982) nasceu em Buffalo, Minnesota (EUA). Em 1912, formou-se no Vassar College. Alcançou uma popularidade significativa como escritora, sendo autora de inúmeras obras de ficção e não-ficção, em que grande parte de seus personagens eram mulheres. Tocava em temas como conflitos entre casamento e carreira, controle da natalidade, participação das mulheres na política, dentre outros. Disponível em: < <https://www.encyclopedia.com/arts/news-wires-white-papers-and-books/banning-margaret-culkin>> Acesso em: 01 fev. 2019.

<sup>242</sup> O voto feminino nos E. Unidos: como a sra. Culkin Banning, jornalista norte-americana, encara a questão. **O Nordeste**, Fortaleza, 8 de janeiro de 1928.

<sup>243</sup> Commentarios. **O Nordeste**, Fortaleza, 10 de janeiro de 1928, p. 1.

“assanhando”, se irritando, se enfurecendo para conseguir o que queriam, Washington Luís teria se portado com sensatez, com prudência, com discrição, em resposta aos “arroubos” femininos. Esses “detalhes”, essa recorrência em mobilizar termos, palavras, seus significados e o modo como eram entendidos e compartilhados socialmente, com o propósito de delimitar e reiterar limites entre o que seria próprio de um e outro sexo, demonstra que as transformações vivenciadas naquele início de século tinham seus sentidos constantemente disputados no campo da escrita. A imprensa se constituía também como uma arena de lutas.

A fim de relativizar e desqualificar a ferrenha oposição que *O Nordeste*, alcunhado de “jornal carola”, investia em criticar a possibilidade das mulheres serem reconhecidas como cidadãs políticas, *O Ceará* reproduziu em suas páginas a declaração de um bispo católico, D. José Pereira Alves<sup>244</sup>, em que o religioso, ao traçar uma fronteira entre o feminismo que agradava e o que desagradava a Igreja, se posicionou simpático ao voto feminino e seu caráter “purificador”.

Para demonstrar a incoerência do bigotismo, cuja única preocupação é conquistar os governos para, por meio destes, dominar o povo, transcreveremos importante trecho de um discurso de dom José Pereira Alves, que, quando bispo de Natal, fez a apologia ao direito de voto da mulher, simplesmente para agradecer ao Sr. Juvenal Lamartine, cujas idéas são conhecidas sobre o assumpto.<sup>245</sup>

Eis o trecho do discurso do religioso:

O feminismo que, porém, não desintegra a mulher do lar, este terá sempre as bênçãos da Igreja. A Igreja é imutável na verdade em seus dogmas, mas não é imóvel. Ela é um organismo vivo. Não é indiferente às transformações políticas e sociais que agitam o mundo. Por isto, a Igreja abençoa tanto a mulher que trabalha para viver honradamente, no escriptorio comercial, dactylographa ou contabilista, ou no exercício das profissões liberais, ou desempenhando funções administrativas como a que vai purificar as urnas, com sua fé intencional, e participar da vida pública do País.<sup>246</sup>

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) já havia se utilizado das palavras de D. José para transformá-las em um cartão-postal em 1927. O título do material de propaganda continha estes dizeres: “O Feminismo e a Igreja: conceitos de

<sup>244</sup> José Pereira Alves (1885 – 1947) nasceu em Palmares (PE). Ordenou-se sacerdote em 1907, tendo realizado seus estudos no Seminário de Olinda. Em 1923 foi nomeado bispo da Diocese de Natal, permanecendo lá até 1928, quando foi transferido para a Diocese de Niterói. Foi membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e vice-presidente da Academia Pernambucana de Letras.

<sup>245</sup> Bispo partidário do voto feminino. *O Ceará*, Fortaleza, 19 de agosto de 1928. Ed. 00959 (1).

<sup>246</sup> Bispo partidário do voto feminino. *O Ceará*, Fortaleza, 19 de agosto de 1928. Ed. 00959 (1).

ampla *sympathia* de um bispo brasileiro”.<sup>247</sup> Ao escolher o que figuraria no corpo do cartão-postal, no entanto, a Federação teria omitido partes “embaraçosas” como esta: “O que a Igreja condena é esse feminismo que prega o divórcio e o amor livre”.<sup>248</sup> Essa atitude conciliadora, que também seria utilizada anos mais tarde por Henriqueta Galeno, ao afirmar num jornal do Ceará que o feminismo da FBPF não pretendia afastar as mulheres de seus deveres de esposa e mãe e nem de seus pilares religiosos, pode ser interpretada como uma tática utilizada com o fim de evitar confrontos e enfrentamentos diretos com uma instituição política e simbolicamente poderosa no país.<sup>249</sup>

A diferenciação entre um feminismo “saudável”, ajustado às balizas sociais, e um feminismo “prejudicial”, subversor de paradigmas tradicionalmente fincados, presente na fala do bispo reproduzida acima, não se constituía numa operação corrente de todas as opiniões. Jorge Jesuino Lopes<sup>250</sup>, por exemplo, via no feminismo um todo monolítico moralmente condenável e passageiro, advindo de causas também transitórias. Escrevendo sobre o voto feminino no jornal *A Ordem*<sup>251</sup>, posicionou-se como um crítico constante e intransigente daquilo que ele qualificou como “uma destemperada inovação” e uma “droga equivocada”. Segundo ele, os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial – como a necessidade de as mulheres substituírem os homens em muitos postos de trabalho e a baixa na população masculina nos campos de batalha – teriam dado “corpos e azas” aos ímpetus do feminismo. No entanto, este instante de materialização e de potência seria, como todo instante, curto, breve, temporário; aceitável enquanto durasse a guerra ou, em outras palavras, enquanto vigorasse tal momento de crise/exceção. No intuito de demonstrar que as “resistências físicas e morais” das mulheres não suportariam por muito tempo as “durezas” da vida masculina, arrisca a elaboração de uma teoria em que o futuro da “mulher moderna” era traçado, pronto e acabado:

Não se pode esconder o franco declínio da mulher moderna, da mulher virágo, na

<sup>247</sup> *Apud* MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz** (recurso eletrônico). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 46.

<sup>248</sup> O feminismo e a Igreja. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1927.

<sup>249</sup> KARAJEWICZYK, Mônica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. *In: Coisas do Gênero*: revista de estudos feministas em teologia e religião, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 90-104, jan. – jul. 2016.

<sup>250</sup> Não foram encontradas muitas informações sobre ele. No Almanak Laemmert (RJ) consta que de 1924 a 1927, seu nome aparecia na lista dos produtores de café e agricultores/lavradores da vila de Coité (proximidades da Serra de Baturité). Em 1929, é apontado como inspetor do Porto de Camocim; em 1930 e 1931, auxiliar da inspeção veterinária no Porto de Fortaleza.

<sup>251</sup> Circulante na cidade de Sobral de 1916 até o início da década de 1940, como órgão do Partido Republicano Conservador de Sobral.

esphera das cortezas e dos affectos masculinos. E isso, naturalmente, deve constituir uma de suas maiores infelicidades, tendente a acentuar-se, quanto maior for a sua persistencia em nivelar-se ao homem. [...] Embrenhando-se na vida fremente e promiscua das officinas, das fabricas, dos escriptorios, ella sentirá dentro em pouco, a *necessidade natural de expandir as suas reservas affectivas inextanques*, e, então, a falta de um ambiente propicio, produzir-lhe-a uma tão forte sensação de desolamento e de tédio, que os mais fartos proventos auferidos, não chegarão de certo, a disfarçar-lhe a chatice, a vulgaridade do viver desencantado. [grifo nosso]<sup>252</sup>

Esse discurso, apoiado na apelação à natureza, ressalta que as mulheres deteriam, pulsando em si, reservas afetivas que “naturalmente” precisariam ser expandidas, descarregadas em algum lugar, e que o espaço público não seria o ambiente compatível para tal. Para fins de relação e contraposição, Durval Muniz, ao analisar os discursos naturalistas de Djacir Menezes<sup>253</sup> sobre a formação do nordestino, ressaltou como papéis de gênero foram sendo naturalizados a partir da forma como homens e mulheres se posicionariam após o ato sexual: enquanto as mulheres emprenderiam suas forças no aleitamento, cuidado da casa e das crianças, os homens teriam uma grande “reserva de agressividade” para liberar, fazendo isso no espaço público, no domínio do mundo político.<sup>254</sup> Entre uma reserva e outra, como já exposto, fronteiras nada metafóricas eram traçadas e reiteradas.

Até essas linhas, tentou-se apontar e analisar alguns argumentos recorrentes na imprensa, mobilizados de forma geral por articulistas homens, em relação a como feminismo e o voto feminino estavam sendo entendidos e significados antes de 1932, marco divisório nas disputas em torno da mulher enquanto sujeito político. Tentativas de desqualificação que definiam o voto como questão secundária, insuficientemente séria para ser alvo de alguma discussão, como “droga equívoca”, resultado do “destempero” feminino; que representavam as feministas como mulheres enfurecidas, irritadas, infelizes e, sobretudo, másculas;<sup>255</sup> e o próprio feminismo, enquanto movimento cujo ameaçador,

<sup>252</sup> LOPES, Jorge Jesuino. Repisando... **A Ordem**, Sobral, 14 de novembro de 1928. Ed. 00670 (2).

<sup>253</sup> Djacir Menezes (1907 – 1996) nasceu em Maranguape. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará em 1932 e professor da Faculdade de Direito e da Escola Normal. Foi um dos fundadores da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará e da Academia de Comércio. Escrevia em alguns periódicos, como *O Ceará*, *A Farpa* e *A Manhã*.

<sup>254</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo”, *op. cit.*, p. 218.

<sup>255</sup> A imagem da “mulher-virago” foi uma das representações mais recorrentes, mobilizadas por discursos críticos para depreciar mulheres com hábitos, posturas, desejos e atribuições entendidas como próprias do sexo masculino. Eram representadas, portanto, como masculinizadas, virilizadas, feias, imitações “grosseiras” dos homens; entendidas como “grotescas” e “antinaturais”, suas imagens eram geralmente levadas para os terrenos do ridículo, do absurdo, da sátira, da pilhéria, a fim de que fossem deslegitimadas. Cf.: FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras – imagens do feminismo no Brasil. Cadernos Ael, **Mulher, História e Feminismo**, Campinas, SP: AEL, 1995, n. 3 e 4. SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista:

ousado e primeiro propósito seria o de transmutar a fixidez da natureza.

Resultados que apontam para a existência de constantes disputas em torno dos sentidos que o conceito de feminismo abarcaria. Em algumas edições de 1931 é possível perceber essas disputas de sentidos resvalando para outro campo, qual seja, o da procura de um termo que melhor se coadunasse às definições forjadas e propaladas pelos críticos do movimento, tais como as citadas acima. As disputas por definição eram atravessadas também por disputas de nomeação. Assim, na edição de 13 de maio, n<sup>o</sup> A *Razão*, uma pequena nota sem assinatura informava sobre os progressos do feminismo em outras regiões do país. Antes de citá-los, no entanto, uma ressalva foi feita acerca do emprego do termo:

Pelo que lemos nos ultimos jornaes do Sul, o feminismo avança. Esse termo feminismo de que tanto se abusa, está, mal empregado. Devia-se dizer masculinismo, uma vez que a mulher procura sempre imitar o homem, até competindo com elle no exercicio das mais altas funções.<sup>256</sup>

Três dias depois, neste mesmo periódico, um artigo intitulado “O Feminismo” é publicado na primeira página assinado por Euclides Cezar<sup>257</sup>. Pela similitude de dados e de opiniões entre este artigo e a nota citada acima, supõe-se que ambos tenham sido escritos pelo mesmo autor. Em tom de exaltação, reitera seu posicionamento: “O feminismo avança! Mas, si a mulher procura imitar o homem em tudo, já não temos mais o feminismo, porem sim o masculinismo!”<sup>258</sup> Pelo corpo do artigo, Euclides procurava traçar palavras de louvor à figura da “mulher”, elevando-a a objeto de culto, inspiração e fonte de “eterna providencia moral”. Engrandeceu a “superioridade de sua idade moral”, que seria muito mais elevada que as dos homens, motivo pelo qual seria errôneo chamá-la de sexo fraco: “Fraco é o homem, esse sim. [...] Não há joven, por mais xenocratico, que resista ao canhoneio dum par d’olhos de uma linda morena tabajára. Cae como genipapo maduro! E chama-se a isso sexo forte!”<sup>259</sup> Essa construção das mulheres enquanto “guardiãs morais”, como já enfocado, se esboçava como uma constante em muitos discursos, tanto apologistas

---

instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, 2005, vol. 13, n. 3, pp. 591-612. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920 – 1940), São Paulo: entremeios, 2013.

<sup>256</sup> **A Razão**, Fortaleza, 13 de maio de 1931. Ed. 00618 (1).

<sup>257</sup> Euclides de Vasconcelos Cezar (1887 – 1973) nasceu em Areia (PB). Lecionou em várias instituições de ensino em Fortaleza, ministrando aulas de língua inglesa e francesa. No jornal *A Razão*, assinava a sessão “Florilegio”, sobre perfis biográficos.

<sup>258</sup> CEZAR, Euclides. O Feminismo. **A Razão**, Fortaleza, 16 de maio de 1931. Ed. 00620 (1).

<sup>259</sup> CEZAR, Euclides. O Feminismo. **A Razão**, Fortaleza, 16 de maio de 1931. Ed. 00620 (1).

quanto contrários ao feminismo e ao voto feminino. Também Júlio de Matos Ibiapina, próximo de algumas noções do positivismo, redator do *O Ceará* e defensor da incorporação das mulheres no campo político, o fazia vendo nelas a própria força do ambiente do lar, garantia de estabilidade e assepsia política por meio de sua ação moral.<sup>260</sup> Nos discursos destes homens pode-se perceber, como observou Ana Rita Fonteles Duarte (2012), que as mulheres são exaltadas “no que elas têm de ligação com a natureza, com a defesa do lar e dos seus, reforçando vínculos com o dito espaço privado, ou mesmo, naturalizando ações”.<sup>261</sup>

Voltando às disputas que tinham a imprensa como palco, além do “masculinismo” de Euclides Cesar, a forja de outro termo com propósito designador e desqualificador foi “homismo”, mobilizado por Padre Coulet em conferência proferida no Rio de Janeiro em 1931, a partir da qual foi publicada extensa síntese no *O Nordeste*. Relegar o feminismo ao campo da contradição teria sido a primeira ação do clérigo:

O orador começa mostrando o equívoco de um feminismo que empresta á mulher uma função social que não se harmoniza em absoluto com a sua propria natureza e com os fins altissimos para que ella foi creada. Diz que essa tendencia feminista que procura equiparações illusionaes nas aptidões e destinos terrenos dos dois sexos, deveria ser chamada melhormente de *homista*.<sup>262</sup>

Essas tentativas de renomeação das experiências feministas, assim como as representações deturpadas do movimento e de suas adeptas, ou mesmo daquelas que “ousavam” atravessar os limites de seus “lugares naturais”, possuem ligações estreitas com o contexto de tensão da época em que o medo do futuro se constituía, ao mesmo tempo, em elemento perturbador e instrumento de reação. Tais batalhas pelos sentidos e pelos conceitos mais “adequados” sinalizam, como pontuou Reinhart Koselleck (2006), o esgarçar-se dos tecidos sociais, a instabilidade, a crise, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância social e política destas disputas pela designação das novas realidades que socialmente emergiam.<sup>263</sup> A mobilização destes novos termos era baseada em antigos argumentos de inferioridade e exclusão e cumpriam a função de nomear uma pretensa realidade já enfadonhamente definida e reiterada nos discursos críticos ao

<sup>260</sup> A mulher e as grandes reformas sociaes. *O Ceará*, Fortaleza, 11 de agosto de 1928. Ed. 00952 (1).

<sup>261</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976 – 1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012, p. 104.

<sup>262</sup> O papel normal da mulher e seu destino pessoal. *O Nordeste*, Fortaleza, 22 de julho de 1931.

<sup>263</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 101-102.

feminismo e às feministas. Nomeações entendidas por tais sujeitos como mais “coerentes”, mais “adequadas”, mais “corretas”. Conceitos apontam para o futuro, afirmou acertadamente Koselleck. A construção de sentidos e termos mais “adequados” para qualificar ou, no caso, desqualificar o feminismo – movimento cujo potencial transformador foi recebido como ameaça por muitos e muitas – talvez fosse uma das tentativas de minimamente garantir um futuro “ordenado”, “estável”, respeitador das “naturais” fronteiras do gênero.

#### 4 O VOTO FEMININO EM DISPUTA: A NOVA DINÂMICA ELEITORAL

O voto feminino, que por tantos anos se constituiu na mais vigorosa – embora não única – bandeira de luta de muitas feministas brasileiras, agremiadas principalmente em torno da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em fevereiro de 1932 finalmente se tornaria uma realidade legal, devidamente garantida no código legislativo que a partir daquela data regularia os certames eleitorais no país. Objeto inflamado de tantas lutas, disputas e discussões até sua aprovação, o voto das mulheres não perderia tão rapidamente, uma vez legalizado, seu caráter de arena de lutas. Duplo caráter de arena, sendo ao mesmo tempo espaço e terreno em que se luta, mas também e principalmente pelo qual se luta.

As eleições marcadas para maio de 1933, destinadas a eleger os representantes para a Assembleia Nacional Constituinte, iriam mobilizar e desnudar fortemente as fervorosas disputas travadas não mais tanto contra ou a favor do voto feminino, visto já se constituir em fato, mas em torno dele: seu peso, sua relevância, seu potencial e, sobretudo, a importância e a especificidade das pautas que, acreditava-se, ele seria capaz de preservar e defender. Como já ressaltado em linhas anteriores, o reconhecimento legal das mulheres como cidadãs políticas nem de longe encerrou as disputas em torno da questão, antes as ressignificaram. O que estava em jogo nos embates políticos a partir de então, para antigas e novas agremiações político-partidárias, era lidar particularmente – a gosto ou a contragosto – com um até então inédito contingente eleitoral, representado pelas mulheres consideradas aptas para o exercício do voto. Ressalta-se que esse voto conquistado, pelas condições e limites impostos à lei aprovada em 1932, foi uma premissa das mulheres brancas.

O reconhecimento da cidadania política de parte da população feminina brasileira compunha, junto com outras mudanças, algumas das mais significativas inovações estabelecidas pelo Código Eleitoral de 1932, instituído por meio do decreto 21.076, de 24 de fevereiro daquele ano. Segundo Ângela de Castro Gomes (1991), além da “ampliação do corpo político da nação”, o novo código eleitoral estabeleceu ainda o voto direto e secreto e criou a Justiça Eleitoral, duas modificações que, em teoria, deveriam contribuir para uma moralização do processo político no país por meio da possibilidade de realização de eleições livres, limpas e imparciais, que se afastariam do corrupto legado das disputas eleitorais da “República Velha”, marcadas pelo voto de cabresto, degolas,

eliminação das oposições e manipulação dos resultados.<sup>264</sup> A fixação de uma data para os inícios dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 com vistas à elaboração de uma nova carta constitucional também se constituiu num momento decisivo para o contexto político da época, na medida em que alimentou um clima intenso de mobilização social e de organização político-partidária, ao mesmo tempo em que possibilitou a abertura de amplo debate sobre diferentes questões concernentes à realidade nacional, desde propriamente políticas até sociais e econômicas.<sup>265</sup>

A comissão revisora da lei eleitoral foi aprovada nos inícios de 1931 e em setembro daquele mesmo ano apresentou a primeira versão do documento. No que concerne ao reconhecimento da cidadania política feminina, tal anteprojeto deixava entrever uma série de restrições, justificadas, principalmente, pelos imperativos de “liberdade” e “capacidade” exigidos para o pleno exercício do voto, ou seja, somente a mulheres “livres” e “capazes” poderia ser conferido tal direito: mulheres solteiras (*sui juris*) que possuíssem economia própria, mulheres viúvas em iguais condições e mulheres casadas que exercessem alguma profissão, desde que autorizadas pelo marido.<sup>266</sup>

Em última análise, tal redação do projeto expunha explicitamente que a “novidade” da cidadania política feminina não deveria ser um fator desagregador do “bom andamento” das relações sociais vigentes, em que as mulheres ainda eram encaradas como incapazes para muitos atos da vida civil, permanecendo legalmente tuteladas pelo arbítrio masculino a partir da concepção de pátrio-poder. O voto feminino deveria adentrar de forma amena nos limites da realidade social brasileira, harmonizado, tanto quanto fosse possível, com os antigos e consagrados “deveres” das mulheres para com a sociedade conjugal, encarado como uma experiência cautelosa, moderada, não desestabilizadora e, para tanto, não obrigatória:

[...] Que melhor, muito melhor para nós, será começar deste modo, reconhecendo à mulher um direito (*facultas agendi*) em matéria política, sem arrebentar de vez os laços ainda mantidos pelo Direito Civil, do que lhe impor, como dever cívico, o alistamento eleitoral, sem consideração à sua situação econômica e aos deveres da esposa. E não precisam os membros da subcomissão entrar, como têm feito outros, no exame de peculiaridades endocrínicas ou fisiológicas, nem de

<sup>264</sup> GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935). In: FAUSTO, Boris (coord.) **História geral da civilização brasileira**: tomo 3: o Brasil republicano: volume 3: sociedade e política (1930 – 1964). 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

<sup>265</sup> *Idem.*

<sup>266</sup> CABRAL, João C. da Rocha. **Código Eleitoral de 1932**. Edição fac-similar. Secretaria de Documentação e Informação, Brasília, 2004, p. 21.

educação sentimental, para justificar tal asserto.<sup>267</sup>

Os batidos argumentos de exclusão baseados numa pretensa “natureza feminina” que as impossibilitaria, desde a base, de ocupar determinados espaços e exercer determinadas funções – tão reclamados pelos opositores de uma participação política feminina – não foram aqui mobilizados, antes, procurou-se desviar-se da questão, justificando a participação facultativa das mulheres por seus ainda vigentes lugares sociais e pelas responsabilidades e privações advindas destes. Em outras palavras, as mulheres não poderiam ser incorporadas aos exercícios da cidadania nas mesmas bases que seus pais, irmãos ou maridos, na medida em que tradicionalmente recaíam sobre elas marcações “específicas”, bem anteriores a suas “obrigações” políticas, que não poderiam e nem deveriam ser ignoradas. Assim, o principal ponto de tensão em relação a como elas seriam inseridas nos certames eleitorais foi apresentado nestas condições: se em termos de igualdade ou de diferença.<sup>268</sup>

A redação final do Código Eleitoral, aprovada em fevereiro de 1932, considerou em seu artigo 2º ser “eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, que se alistasse conforme a lei. Dentre as que não poderiam se alistar, estavam as analfabetas, exclusão que também atingiu a parcela masculina. Já o caráter facultativo do voto feminino, assim como para os homens acima de 60 anos, permaneceu em qualquer faixa etária.<sup>269</sup>

Para Gisela Maria Bester (1996), a emancipação política feminina alcançada em 1932 não foi plena, na medida em que para a pesada maioria das brasileiras o exercício do voto permaneceu vedado via analfabetismo. Valendo-se principalmente de números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no tocante ao contingente populacional e aos números de analfabetos segundo o sexo, a autora traça alguns quadros comparativos no sentido de demonstrar que no período em que o analfabetismo foi um dos impedimentos ao alistamento eleitoral (1932 – 1985), as mulheres foram os sujeitos mais excluídos desse processo. Embora apresente dados que corroborem para uma significativa elevação da alfabetização feminina a partir da década de 1990, historicamente os dados

<sup>267</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>268</sup> “O ponto delicado é saber em que condições se deve arrojá-la mulher no turbilhão dos comícios e na agitação dos parlamentos; se, em geral, e abertamente, como os homens, aliás, também sujeitos a condições de alfabetização, meios de vida, etc., ou se especificamente, sob certas condições especiais, atendendo mais à conveniência e aos costumes da atual sociedade civil, do que aos interesses ou desejos de algumas representantes do belo sexo, ou dos tendenciosos propagandistas da igualdade política entre os dois.” *In*: CABRAL, João C. da Rocha. **Código Eleitoral de 1932**, *op. cit.*, 2004, p. 19.

<sup>269</sup> Câmara dos Deputados: legislação informatizada. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 abr. 2019.

demográficos apontavam para uma desvantagem das mulheres: por exemplo, já em 1970, o analfabetismo atingia 35,1% das mulheres brasileiras, enquanto tal taxa entre os homens era de 30,6%. Aprofundando tal análise, se as taxas eram maiores entre as mulheres do que entre os homens até a década de 1980, em relação às mulheres brancas as mulheres negras apareciam em gritante desvantagem: em 1987, se a taxa de analfabetismo era de 18,5% entre as brancas, esse número se elevava para 35,6% entre as mulheres negras.<sup>270</sup>

A abordagem de Bester é relevante, na medida em que, enfocando um impedimento que em teoria atingiria igualmente mulheres e homens, faz um esforço de perceber que as condições concretas, as experiências e mesmo as possibilidades de sair das cifras do analfabetismo não eram as mesmas para os dois gêneros, bem como não eram as mesmas entre as próprias mulheres. A concretude do cotidiano, as “responsabilidades” emanadas de seus circunscritos “lugares sociais”, que de forma geral as apontava a agulha muito antes do livro e da caneta, a necessidade imperativa do trabalho exaustivo fora de casa e dentro dela para as mulheres das classes menos favorecidas, as poucas possibilidades de progressão da vida via educação para o grosso da população feminina podem demonstrar como a teorização da lei poderia esbarrar – como de fato ocorreu – na literalidade da vida.

Em Fortaleza, capital do Estado, entre a população com 15 anos ou mais, considerando-se brasileiros, estrangeiros e pessoas de nacionalidade ignorada, 13.429 homens sabiam ler e escrever, enquanto entre as mulheres esse número crescia para 15.530 pessoas, de acordo com o Recenseamento Geral de 1920. Quanto às cifras do analfabetismo entre a população dessa mesma faixa etária, existiam 7.754 homens e 14.850 mulheres que não sabiam ler e escrever. Esses números indicam que, em teoria, enquanto 36,7% dos homens não estariam aptos para votar, essa porcentagem crescia para 48,9% entre as mulheres, ou seja, considerando-se a cidade de Fortaleza em 1920, praticamente metade da parcela feminina permaneceria excluída, uma vez mais e de antemão, do direito recém-conquistado.<sup>271</sup>

Além disso, tais cifras sinalizam uma possibilidade que precisa ser considerada e explorada: se em 1920, o número de mulheres alfabetizadas com 15 anos ou mais ultrapassava o número de homens alfabetizados, mulheres que em 1933, ano de eleições,

---

<sup>270</sup> BESTER, Gisela Maria. **Direitos políticos das mulheres brasileiras** – aspectos históricos da luta sufrágica e algumas conquistas políticas posteriores. 1996. 183 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Humanas – Especialidade Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996, p. 114-122.

<sup>271</sup> **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920**. Volume IV (4ª parte), Rio de Janeiro, Typ. Da Estatística, 1929. Pontua-se que os dados censitários utilizados não possuíam identificações étnico-raciais.

teriam mais de 21 anos, podendo, portanto, alistarem-se como eleitoras; e considerando-se que este número tenderia a crescer no período de 1920 a 1933 – sobretudo pelas reformas educacionais ocorridas no ensino primário cearense exatamente durante esta década, em que a alfabetização da população e a instrução feminina foram dois de seus principais objetivos<sup>272</sup> – seus votos poderiam se configurar, de fato, em elementos definidores de resultados e, como tais, alvos prioritários de disputas.

Esses apontamentos não pretendem, pura e simplesmente, denunciar uma vez mais as insuficiências de uma cidadania política que não foi absoluta e integral, nem tampouco lançar críticas soberbas a tal conquista sem reconhecer o peso da relevância histórica e os precedentes que o reconhecimento do sujeito “mulher” como agente político abriria para transformações posteriores. Procura-se, isso sim, refletir sobre os limites dessa nova dinâmica ainda excludente, as ausências contidas nessa cidadania desde o seu gestar, pensar sobre seus paradoxos e incongruências sem, contudo, descartar a potência simbólica e prática resultante de mais de quatro décadas de reivindicações.

No Ceará, as eleições em que as mulheres teriam pela primeira vez poder de decisão foram palco de intensas e acirradas disputas entre dois partidos políticos que, sozinhos, ocuparam as 10 vagas destinadas ao Estado na Assembleia Nacional Constituinte. Tratava-se da Liga Eleitoral Católica (LEC) e do Partido Social Democrático (PSD). Ao todo, disputaram, nessas eleições de 1933, 41 candidatos,<sup>273</sup> distribuídos em oito partidos políticos/coligações, além de três candidaturas avulsas.<sup>274</sup> Entretanto, os dez deputados que representariam o Ceará na Constituinte de novembro próximo sairiam todos das fileiras lecionistas e pessedistas, dando a entrever, de antemão, a força e capacidade de mobilização de ambos os partidos num contexto de intensa reorganização político-partidária que marcava aquele ano, o primeiro em que os pleitos eleitorais aconteceriam sob a vigência de novas

---

<sup>272</sup> ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria**: educadoras na terra da luz. O ensino primário no Ceará na década de 1920. 2009. 225 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2009.

<sup>273</sup> Fernandes Távora, João Leal, José de Borba, Plínio Pompeu, Pontes Vieira, Elísio Figueiredo, Edite Braga, João Bezerra, Francisco Holanda, Correia Lima, Pedro Firmeza, Antônio Fiúza, Melo e Silva, F. Rodrigues, Ananias Arruda, Diogo Siqueira, Eurico S. Duarte, Alfredo Eugênio, Delgado Perdigão, Pedro Filomeno, Bento Louzada, Faustino Nascimento, Waldemar Falcão, Jeová Mota, Luís Sucupira, Leão Sampaio, Figueiredo Rodrigues, Xavier de Oliveira, Humberto de Andrade, Clóvis Beviláqua, Arquimedes Memória, Edgar Arruda, Gustavo Barroso, Bruno Barbosa, Joaquim Pimenta, Otacílio Macedo, Pompeu Sobrinho, Gomes de Matos, José Acioli, Manuel Sátiro e Renato Solon. Cf.: **Primeiras eleições e acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**. Fortaleza, TRE-CE, 2007, p. 15-16.

<sup>274</sup> Os partidos eram: Partido Social Democrático, Partido Democrata, Partido Economista, Partido Revolucionário Nacionalista, Liga Eleitoral Católica, Partido Agrário, Ceará Irredento, Coligação dos Funcionários Públicos e os candidatos avulsos eram José Acioli, Manuel Sátiro e Renato Solon. Cf.: **Primeiras eleições e acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**. Fortaleza, TRE-CE, 2007, p. 15.

diretrizes.

A Liga Eleitoral Católica e o Partido Social Democrático apresentavam-se como organizações novas na cena política do início da década de 1930. A primeira, como a própria nomenclatura reafirma, nasceu intimamente ligada à Igreja Católica, tendo sido fundada no Rio de Janeiro, em 1932, pelo cardeal Dom Sebastião Leme, auxiliado pelo intelectual católico, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Sucintamente, seu objetivo precípuo deveria ser a orientação do eleitorado católico nacional, a fim de que votassem somente em candidatos comprometidos com a defesa de pautas caras para o catolicismo na Constituinte e eleições posteriores, a exemplo da indissolubilidade do matrimônio e reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso, ensino religioso facultativo nas escolas, promulgação da constituição em nome de Deus, dentre outras.<sup>275</sup>

De acordo com suas diretrizes nacionais, tal organização deveria atuar não como partido político, mas como organização apartidária, mobilizando-se “fora e acima dos partidos políticos”. Juntas estaduais e locais da LEC, subordinadas à junta nacional, eram fundadas em todos os recantos do Brasil, sempre sob os auspícios das dioceses e paróquias. No Ceará, tal junta ganhou existência formal em dezembro de 1932, contando em sua fundação com a presença do maior nome da Igreja Católica no Ceará, o arcebispo Dom Manuel, outros representantes da Arquidiocese, bem como alguns consagrados nomes da intelectualidade católica local. A especificidade cearense, nessa conjuntura, pode ser percebida no fato da LEC ter adquirido status de partido político por meio do requerimento de sua inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral e lançamento e registro de chapa própria – composta de seis nomes – para o pleito de 1933.<sup>276</sup>

Quanto ao PSD, também surgiu formalmente em dezembro de 1932. Sua fundação, segundo consta em nota no jornal *O Povo*, data de 28 de dezembro daquele ano.<sup>277</sup> Deixava-se vender como “o filho da revolução” e investia a si mesmo a “função de moralizar a velha política” nas práticas e nas urnas.<sup>278</sup> Compunha sua comissão executiva provisória nomes como Fernandes Távora, ex-interventor federal no Ceará e Demócrito Rocha<sup>279</sup>, fundador e diretor do jornal *O Povo*.

<sup>275</sup> Liga Eleitoral Catholica: o programma offerecido ao eleitorado. **O Nordeste**, Fortaleza, 21 de março de 1933, p. 1.

<sup>276</sup> LIMA, Janilson Rodrigues. A Liga Eleitoral Católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido católico? In: **XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: UNB, 2016, p. 1-16.

<sup>277</sup> Partido Social Democrático. **O Povo**, Fortaleza, 3 de janeiro de 1933.

<sup>278</sup> A arma é o voto. **O Povo**, Fortaleza, 4 de fevereiro de 1933.

<sup>279</sup> Demócrito Rocha (1888 – 1943) nasceu em Caravelas (BA). Foi professor do curso de Farmácia e

As campanhas da LEC e do PSD, com explanação de suas plataformas políticas, programas de governo, propagandas, arregimentação de eleitores, bem como os embates por vezes virulentos travados entre os dois podem ser encontrados na imprensa dos primeiros meses de 1933, mais especificamente nas páginas dos jornais *O Nordeste* e *O Povo*, que se encarregaram particularmente de atuar como porta-vozes dessas respectivas agremiações políticas. Dessa forma, o intento deste capítulo é se debruçar sobre as batalhas travadas em torno do voto feminino: não mais por sua aprovação ou reprovação, mas pela sua arregimentação para as urnas. Como a Liga Eleitoral Católica e o Partido Social Democrático se constituíram nos dois partidos vitoriosos do pleito de 1933, importa esmiuçar as disputas estabelecidas entre eles por meio de seus porta-vozes na imprensa, os jornais *O Nordeste* e *O Povo*. O recorte temporal será desde a aprovação do voto feminino (fevereiro de 1932) até maio de 1933, mês e ano das eleições. O ponto confluyente das disputas: a força do voto das mulheres.

Recém investidas – nem todas – da garantia de serem reconhecidas como sujeitos de direitos políticos e únicas representantes de si mesmas, as mulheres se constituíram, em potência, num significativo contingente eleitoral. Um voto inédito e inexplorado, que precisava, portanto, ser conquistado. Para tanto, os dois jornais lançaram mão de estratégias de mobilização da força política representada por elas. Pretende-se explorar um ponto que se considera capital: num contexto de intensa propaganda e disputa política, quais as aproximações e diferenças de chamamento forjadas pela LEC e PSD para converter o voto das mulheres em mais um voto para suas fileiras; quais as especificidades dos argumentos mobilizados para arregimentá-las e como, a partir destes argumentos, podem-se vislumbrar os projetos de cidadania delineados para elas e por elas, bem como sobre quais terrenos e bases eles estavam assentados.

Projetos de cidadania delineados por elas, pois mulheres engajadas ou não, também tomaram parte nestas discussões que diziam respeito, primordialmente, a elas mesmas. Encontramos Adília de Albuquerque Moraes, colaboradora do *O Povo*, concitando a parcela feminina a exercer este novo direito político; Alba Valdez e outras mulheres no *O Nordeste*, conclamando as católicas a não se desviarem do voto, dever cívico e, sobretudo, espiritual; professora Edith Braga, única mulher candidata no pleito de 1933 pelo Partido Social Democrático; ou mesmo senhorinhas que resistiam à realidade do voto das mais

---

Odontologia no Ceará. Em 1928, fundou o jornal *O Povo*, periódico partidário das ideias da “Revolução de 1930”. Tornou-se, junto com Fernandes Távora e João da Silva Leal, um dos dirigentes do PSD, tendo sido eleito deputado federal pelo Ceará em 1934 por este partido. Foi ainda membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

diversas e inusitadas formas, desde aquelas que consideravam que a política não era coisa de Deus, até aquelas que resistiam ao alistamento para não despendar dinheiro ou revelar a idade. Mulheres que sinalizavam, no interior de jornais de homens e escritas majoritariamente masculinas, que elas mesmas não estavam alheias à nova dinâmica, e que também construiriam falas a partir de suas posicionalidades, considerações sobre o voto, tomando parte nas disputas das quais eram alvo principal.

#### 4.1 Corpo que elege e não se elege: Liga Eleitoral Católica e o voto feminino

“Não foi a Igreja que o introduziu na legislação brasileira. Mas, é fato que, sem responsabilidade nossa, o voto feminino existe. Não seria, pois, cristão e patriótico deixa-lo na mão das minorias sem fé.”  
(Cardeal Sebastião Leme, 18/10/1932)<sup>280</sup>

Com estas palavras Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e fundador da junta nacional da Liga Eleitoral Católica, expressou sucintamente o posicionamento da Igreja diante da legalização do voto feminino. Ao mesmo tempo em que eximia o catolicismo de quaisquer participações no que concerne a luta e aprovação de uma entrada das mulheres no mundo da política, sinalizava, sem meias palavras, que tal mudança abriria espaço para um despertar de disputas que os católicos e as católicas, principalmente, não se furtariam. Ou não deveriam se furtar. O que estava em questão: o destino do Brasil, da pátria, da nacionalidade e, principalmente, a força e a operacionalidade dos valores cristãos no “são” direcionamento da sociedade brasileira, por meio da feitura de uma nova constituição e da fixação de pontos caros à doutrina social da Igreja em suas diretrizes.

As “minorias sem fé”, as mulheres não católicas, decerto não titubeariam diante deste novo direito. Portanto, seria imprescindível que as católicas também não recuassem diante dele, mesmo que, segundo Sebastião Leme, elas não tivessem diretamente reivindicado sua existência. Luisa Rangel Pedrosa<sup>281</sup>, em discurso na Confederação Católica do Rio de Janeiro, no final de 1932, se esforçou em transmitir às senhoras presentes que, visto a emergência do contexto de então, não deveria haver distinções entre o “direito de votar” e o “dever de votar”:

<sup>280</sup> O voto dos Católicos em defesa dos princípios morais e sociais da Igreja. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932.

<sup>281</sup> Além do jornal *A Cruz* (RJ), textos de Luisa Rangel Pedrosa sobre o voto feminino estão presentes no jornal *O Apóstolo*, de Florianópolis, no início de 1933. Não foram encontradas outras informações sobre ela.

Quanto a pensar que a nossa abstenção das urnas fará retroceder a lei do sufrágio feminino, é pensamento vão. As mulheres não católicas, as mulheres socialistas, as mulheres livres pensadoras, as mulheres comunistas e as há que se encarregarão de representarem na eleição o sufrágio feminino. É o que ganharemos. Não devemos pensar que todas as mulheres são católicas. Façamos cada uma de nós uma pequena estatística entre as senhoras de nossas relações. Quantas são católicas de verdade e não católicas partidárias do divórcio, católicas partidárias do laicismo escolar, quando não acatólicas. Deixaremos nós por falsa modestia, por medo do esforço, o campo livre a nossas amigas, tão solicitadas o sabemos, por associações e partidos que lutam com a certeza da vitória? E depois, para que procurar tanto, uma vez que a Igreja aprova, (não digo que solicita) o voto feminino, não seremos nós, disciplinadas por condição de católicas que contra ele nos insurgiremos.<sup>282</sup>

Como já sabido, representantes da Igreja, de modo geral, por meio de periódicos espalhados pelo Brasil sob influência e orientação católicas, aconselharam e muito a suas leitoras – quando o direito de voto era então uma reivindicação levantada pelas feministas – que não procurassem se embrenhar nas lutas políticas, entendidas como fonte gratuita de sujeiras e corrupções não compatíveis com suas “missões” e moralidades. O melhor campo de atuação delas ainda deveria ser seus lares, natural e perfeitamente. Na família e pela família, deveriam empenhar primordialmente suas forças físicas e cívicas, gerando sadia descendência para o catolicismo e bons filhos para a nação. Tal posicionamento em relação à política e diante dela mudaria, em partes, com a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC)<sup>283</sup>.

Por meio dela e de sua ação “saneadora”, não somente as mulheres, como todos os católicos, poderiam pela primeira vez confiar convictamente no potencial de veracidade e transformação das urnas.<sup>284</sup> Pairando “fora e acima dos partidos políticos”, a LEC, movida em si mesma por interesses “superiores”, os interesses da religião e do próprio Deus, conduziria uma arregimentação eleitoral “incorrupção”, “verdadeira” e, por isso mesmo, preocupada com os reais destinos do país. Convém ressaltar, no entanto, que a LEC

<sup>282</sup> A religião católica em face do momento nacional. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1932.

<sup>283</sup> Criada em 1932, no Rio de Janeiro, por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e auxílio de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), intelectual católico presidente do Centro Dom Vital. A junta nacional era composta por um secretário geral, Alceu Amoroso Lima, e mais cinco membros: Aníbal Porto, Jônatas Serrano, Heitor da Silva Costa, Plácido de Melo, Everardo Backhenser. A presidência da Liga pertencia a Pandiá Calógeras, no entanto, fontes indicam que seu cargo seria apenas simbólico, visto que todas as diretrizes vinham de Dom Sebastião Leme. O jornal *A Cruz* também indica Cecília Rangel Xavier Pedrosa, da Juventude Feminina Católica (RJ), como representante do eleitorado feminino que iria auxiliar Alceu Amoroso Lima. Curia Metropolitana: Aviso nº 239. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932, Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-eleitoral-catolica-lec>> Acesso em: 23 maio 2019.

<sup>284</sup> A reunião do clero e dos católicos, ontem, no prédio Vicentino. **O Nordeste**, Fortaleza, 19 de janeiro de 1933.

não era movida unicamente por interesses morais e/ou religiosos. Sua junta local no Ceará, fundada em dezembro de 1932, congregou nomes de significativa relevância social, cultural e econômica no Estado, que aliaram a força política que detinham à influência simbólica representada pela LEC em sua ligação intrínseca com a Igreja Católica. Nesta relação de mão dupla, as articulações eram múltiplas e, sobretudo, terrenas. Neste sentido, Janilson Lima (2017) chama a atenção para os lugares sociais de alguns dos principais nomes da LEC no Ceará, como Edgar Cavalcanti de Arruda, presidente da junta local; Menezes Pimentel, juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Andrade Furtado, também juiz do Tribunal Regional Eleitoral e redator-chefe do *O Nordeste*, dentre outros, homens ligados à Faculdade de Direito, ocupantes de cargos públicos, influentes na imprensa, que poderiam mobilizar suas múltiplas redes de relações pró-LEC, como também serem beneficiados politicamente por ela.<sup>285</sup>

Tais mobilizações pelo eleitorado católico e sua organização aconteciam nacionalmente, encontrando nas dioceses e paróquias e em seus líderes leigos e espirituais um braço forte de propaganda e coesão. A nenhum cristão católico era permitido ausentar-se do gabinete de votação. Esta “verdade” imperativa era reiterada cotidianamente – à maneira de um ensinamento que deveria ser gravado profundamente nas almas e consciências – nas páginas do *O Nordeste* e de outros periódicos confessionais pelo Brasil, a exemplo do já citado *A Cruz*, pertencente à Confederação Católica do Rio de Janeiro e do qual era redator Padre J. Cabral, cujos textos também são encontrados em muitas edições d’ *O Nordeste*.

Às mulheres, encaradas como elemento novo no campo eleitoral, os chamamentos e convencimentos pareciam se esboçar como mais constantes e direcionados, e isto por duas razões: pelo fato de ser a primeira vez que elas se constituíam em sujeitos-alvo de propagandas político-eleitorais; e pelo voto feminino figurar como não obrigatório no Código Eleitoral. Assim, a Igreja Católica precisou lutar discursivamente contra um dos pontos caracterizadores do sufrágio feminino aprovado: seu caráter facultativo. Se

---

<sup>285</sup> LIMA, Janilson Rodrigues. **A Liga Eleitoral Católica e a eleição de 1933 no Ceará**, *op. cit.*, 2017. No ano de 1934, as disputas entre LEC e PSD voltaram-se para a reconfiguração das forças políticas estaduais por meio das eleições diretas para deputado estadual e, a partir destas, para as eleições indiretas para o governo do Estado e o senado. No interior desses embates, a bancada da LEC tentou firmar alianças com Getúlio Vargas que envolviam o apoio político da legenda lecionista à sua reeleição presidencial, que aconteceria após a Assembleia Nacional Constituinte de 1934, desde que Vargas mantivesse a postura de “imparcialidade” adotada na administração do interventor federal Carneiro de Medonça, postura essa que desde 1933 vinha beneficiando as ações da Liga Eleitoral Católica no Ceará. *Cf.*: LIMA, Janilson Rodrigues. “O caso da interventoria cearense”: LEC e PSD e a substituição de Carneiro de Medonça (1934). **III Encontro internacional de jovens investigadores** (Edição Brasil), 2017, Fortaleza. Anais JOIN, v. 1, 2018.

legalmente nenhum ônus recairia sobre elas caso optassem pela abstenção, o mesmo não aconteceria espiritualmente. Votar significava se comprometer com os destinos de sua Igreja aqui na terra e, por conseguinte, no céu, merecer os louros da salvação.

Nesse sentido, toda uma gama de textos do cânone bíblico era acionada com o propósito de aproximar, quando não nivelar, pelo fio do ensinamento, passado e presente. Conhecidos trechos do Novo Testamento, com releituras e reinterpretções fincadas num contexto brasileiro pretensamente ameaçado eram modificados por religiosos em textos devidamente publicados no *O Nordeste*, a fim de que as leitoras e potenciais eleitoras pudessem sentir a gravidade da situação e, sobretudo, o peso que seu voto teria no dia do juízo final. Foi utilizando essa retórica de alarme e limite que Padre Tobias Dequidt<sup>286</sup>, então reitor do Seminário da Prainha, convocava as católicas do Ceará, em evento próprio destinado às mulheres da Arquidiocese, no início de fevereiro de 1933, para a exposição do programa da LEC.

Lembrae-vos da scena do Evangelho: Jesus soffria no horto e dormiam os 3 apóstolos: eis a primeira igreja dormente; ao mesmo tempo não dorme Judas, mas trabalha nas trevas. Escutae a queixa que a liturgia da quinta-feira Santa põe nos labios de Jesus e que se aplica ao nosso caso: dormis, não pudeste vigiar commigo uma hora. Não vêdes Judas, como não dorme, mas se desvela por entregar-me aos judeus?

Pois bem: quereis entregar Jesus aos judeus, quereis entregá-lo na pessoa da Igreja ás mãos dos seus inimigos, da maçonaria e do bolchevismo, do laicismo e da impiedade, não vos alisteis, continuae o vosso somno, dormi, deixae enterrado este talento que Deus vos deu e que devia frutificar em vossas mãos, e mais tarde ouvireis a palavra: má serva, dei-te um talento, o boletim do voto, e não o fizeste frutificar, sê condemnada.

Quereis a victoria da Igreja, quereis cumprir o vosso dever? Alistae-vos para poder votar contra os inimigos de Deus, que tambem são o do país. [...]<sup>287</sup>

Um dos pontos sensíveis para se compreender tais discursos, inflamados por pretensas ameaças iminentes e estranhas ao Brasil e seu povo, pode ser situado nos finais do século XIX, quando a Constituição de 1891 instituiu a laicidade no Estado brasileiro, diminuindo consideravelmente a influência do catolicismo na esfera pública. Assim, desde o alvorecer do período republicano, a sociedade estaria vivendo o desenrolar de uma crise social, política e moral generalizada, visto estar subvertida por um “laicismo estúrdio e

<sup>286</sup> Religioso francês nascido em 1880. Recebeu a ordenação sacerdotal em 1905 e pertenceu à Congregação da Missão dos Lazaristas. Reitor do Seminário Episcopal de Fortaleza (da Prainha) entre os anos de 1927 e 1933. Disponível em: <<http://arquidiocesedefortaleza.org.br/centenario/artigo/padres-religiosos-no-centenario-da-arquidiocese>> Acesso em: 25 maio 2019.

<sup>287</sup> O alistamento eleitoral das senhoras catholicas. *O Nordeste*, Fortaleza, 15 de fevereiro de 1933.

vesânico”<sup>288</sup> que expulsara Deus das instâncias mais essenciais da coletividade, abrindo terreno fértil para a propagação e fortalecimento de muitos “erros modernos” condenados pelo próprio bispado de Roma, dentre os quais pode-se citar o comunismo, educação laica, separação entre moral religiosa e moral civil, indiferentismo,<sup>289</sup> dentre outros: “A nascente República produziu uma situação anômala: o povo brasileiro alienado de Deus, na família, na escola, no governo, nas repartições públicas.”<sup>290</sup> Tal estado de caos estaria profundamente ancorado num abandono da moral evangélica, logo, seria necessário um novo “batismo” do corpo social nos valores cristãos, a fim de que as diversas mazelas e ameaças à integridade brasileira encontrassem soluções aos pés do altar.

Foi nessa conjuntura pintada em cores de crise, exceção, perigo e ameaça que o voto das mulheres católicas – antes desaconselhado – foi não somente incentivado, mas cobrado como o sinal mais elevado de uma fé atuante, como a verdadeira “boa obra” sem a qual o ato de crer seria apenas uma mera falácia. Essa guinada no entendimento católico acerca do voto feminino não passaria despercebido pelos críticos ao catolicismo e ao O Nordeste em Fortaleza, como o jornal *O Ceará*, que em 1928 reproduziu um texto retirado do jornal *O Combate* (SP), no sentido de alertar a população para uma esperada mudança de lado da Igreja assim que o voto feminino fosse aprovado:

Na campanha em que, no Brasil, se luta pelo direito do voto feminino, o clericalismo é, “agora” o seu maior feroz inimigo, combatendo-o no pulpito, na imprensa e nas associações religiosas. Dizemos “agora” -, porque no dia em que sair triunfante o voto feminino, procurará o clericalismo aproveitar-se da victoria, esquecendo-se que fôra o seu mais encarnizado inimigo! Então, as sacristias transformar-se-ão em sédes de reuniões políticas: o confissionario, o inferno, a excomunhão serão os vehiculos das candidaturas clericais.<sup>291</sup>

Tal mudança também não passaria sem ser notada inclusive por muitas fiéis, vide as várias resistências e críticas ao alistamento das mulheres corriqueiramente refutadas em várias edições do periódico católico. Essas tensões serão enfocadas em linhas posteriores, pois antes é necessário analisar quais os argumentos mobilizados pelo jornal

<sup>288</sup> Egoísmo antichristão. **O Nordeste**, Fortaleza, 15 de janeiro de 1928, p. 4.

<sup>289</sup> Segundo Emanuela Ribeiro, desde a primeira metade do século XIX diversos papados, por meio da publicação de cartas encíclicas, vinham combatendo e condenando um pretense inimigo alcunhado “modernismo”. Nos documentos *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, ambos de 1864 e escritos sob o pontificado de Pio IX, são nomeados alguns dos “erros modernos” condenados pelo bispado de Roma, dentre os quais figuram os citados acima. RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922**. 2003. 182 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

<sup>290</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O trono e o altar**: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará, 1817-1978. Fortaleza, BNB, 1992.

<sup>291</sup> O voto feminino e o clericalismo. **O Ceará**, Fortaleza, 8 de janeiro de 1928. Ed. 00772(1).

enquanto veículo de comunicação da LEC/Ceará<sup>292</sup> para tocar e concitar as mulheres a votar com a Liga Eleitoral Católica. Esse exercício permitirá perceber em que medida justificativas ancoradas numa igualdade e/ou diferença das mulheres foram empregadas com a pretensão de imbuir seus votos de legitimidade, porém, variantes em importância conforme o contexto. Tal importância relativa diz muito acerca de como a LEC e *O Nordeste* de fato encaravam a cidadania política das mulheres, ao mesmo tempo em que deixa entrever quais os espaços de poder reservados a elas em seus projetos e plataformas.

Desde os primeiros dias do ano de 1933 podiam-se ver, quase cotidianamente, diversas ações da LEC noticiadas com o devido entusiasmo nas edições do periódico católico: instalação de juntas locais em paróquias do Ceará, com a devida marcação da presença “vibrante” e “eufórica” de muitas senhoras e senhorinhas<sup>293</sup>; extensas listas nominais de pessoas que já haviam procedido com o alistamento, notas informativas sobre o programa da Liga, esclarecimentos sobre seus princípios e objetivos. No dia 18 de janeiro, a convite do arcebispo Dom Manoel<sup>294</sup>, ocorre em Fortaleza uma reunião com as associações católicas “em geral”, com o propósito de expor o “dever imprescriptível” do voto e as diretrizes da Liga Eleitoral Católica face às eleições que se aproximavam. Apesar da reunião ter sido noticiada como geral, duas semanas depois ocorre outro encontro com objetivos semelhantes, mas desta vez com a marcação do público-alvo a que ele se dirigia: as associações católicas femininas da capital.

Tal separação, que reforça e mesmo advém da dicotomia homens/universal e mulheres/específico, se torna ainda mais visível quando se procede a uma comparação das palavras de ordem utilizadas pelos oradores para concitar ambos os gêneros para as urnas. Aos homens, os representantes do clero cearense dirigiram chamamentos que remetiam a um decisivo combate, e mesmo padre Helder Câmara desejou que os eleitores católicos fossem semelhantes a “tanks de guerra”, marchando seguros e vencedores de todos os obstáculos que pudessem surgir. Foi reclamado deles que caminhassem resolutos, com coragem, destemor e intrepidez; que não negassem “covardemente” a sua fé, escolhendo

<sup>292</sup> Fundada em Fortaleza em 16/12/1932. Em seu quadro organizativo figurava Edgar Cavalcante Arruda (presidente), José Magalhães Porto, Ubirajara Índio do Ceará, Raimundo Alencar Araripe, Cândida Vieira Cavalcante (representante do eleitorado feminino), dentre outros.

<sup>293</sup> A sessão da LEC da Paróquia do Carmo no Instituto “Epietassio Pessoa”. *O Nordeste*, Fortaleza, 12 de janeiro de 1933.

<sup>294</sup> Dom Manuel da Silva Gomes (1874-1950) nasceu em Salvador (BA). Recebeu a ordenação episcopal em 1911, assumindo a Diocese do Ceará em 1912. Com o desmembramento da Diocese do Ceará em Arquidiocese de Fortaleza, Diocese do Crato e Diocese de Sobral, tornou-se o primeiro Arcebispo de Fortaleza, no período de 1915 a 1941. Seu episcopado marcou-se por ações que intentavam fortalecer a influência católica na sociedade cearense, fosse por meio da criação de associações e círculos católicos ou da imprensa, à luz das encíclicas papais e de suas diretrizes.

pela abstenção do voto, do contrário, seriam encarados como traidores, desertores do “Exercito de Jesus Christo”.<sup>295</sup>

Em relação às mulheres, a primeira ação enfatizada pelo *O Nordeste* foi seu “religioso silencio” para ouvir as palavras de Dom Manoel. Para justificar a necessidade de sua presença massiva junto às urnas, alertou-se para a “estabilidade da familia” que poderia estar em risco, bem como para o perigo representado pelos “inimigos da Igreja”, que intentavam “banir Deus da escola”. Alba Valdez – que fora presidente da Liga Feminista Cearense, associação feminina fundada em 1904 e responsável por levantar consideráveis discussões à época por suas pretensas relações com a luta pelo voto – era nome que poderia ser encontrado nos primeiros meses de 1933 associado aos centros de alistamento, como uma das responsáveis pelas instruções acerca da inscrição junto à LEC. Alba ressaltou, segundo *O Nordeste*, a relevância do voto feminino para a definição de um futuro “verdadeiro”:

Falou, em seguida, Alba Valdez, figura de alto relevo do meio intelectual feminino, que, em phrases felizes e buriladas, concitou as suas patricias a prestigiarem a Liga Eleitoral Catholica, com entusiasmo e confiança. O voto feminino teria de decidir do futuro do Brasil, depois de mais de quarenta annos de falsificação democratica, por effeito directo do agnosticismo das instituições. A mulher cearense, que tem o seu nome inscripto em tantas paginas fulgurantes da historia da patria, encontrava agora a oportunidade de elevar ainda mais o seu credito no conceito social, pela sua contribuição para o soerguimento civico da nacionalidade.<sup>296</sup>

Nessa reunião, além do arcebispo Dom Manoel e de Alba Valdez, – única oradora representante de uma parcela da população que a Igreja Católica tanto queria arregimentar – estava presente Andrade Furtado<sup>297</sup>, redator-chefe do *O Nordeste*, que ressaltou para elas o dever de empregar seus votos para o “saneamento da atmospheria administrativa”.<sup>298</sup> Essa capacidade de limpar ambientes, de edificar espaços a partir de sua moralidade “específica”, robustecida e renovada na própria atmosfera familiar, será uma justificativa mobilizada recorrentemente pelos antigos críticos ao voto feminino nesse novo contexto e temporalidade: se outrora a corrupção e sujeira dos assuntos políticos seria

<sup>295</sup> A reunião do clero e dos catholicos, hontem, no predio Vicentino. **O Nordeste**, Fortaleza, 19 de janeiro de 1933.

<sup>296</sup> Prossegue, intensa, a propaganda da LEC em Fortaleza. **O Nordeste**, Fortaleza, 6 de fevereiro de 1933.

<sup>297</sup> Manuel Antônio de Andrade Furtado (1890-1968) nasceu em Quixeramobim (CE). Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1915), tornando-se posteriormente professor e diretor desta mesma instituição. Exerceu o cargo de juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará de 1932 a 1936. Diretor do jornal *O Nordeste* desde a fundação, em 1922, até 1962.

<sup>298</sup> Prossegue, intensa, a propaganda da LEC em Fortaleza. **O Nordeste**, Fortaleza, 6 de fevereiro de 1933.

prejudiciais a uma moralidade das mulheres, agora se reclamava, sem mais delongas, sua intervenção e influência “saneadoras” pela via do voto. Deveriam elas concorrer massivamente, sem demonstrar indiferença pelos destinos coletivos, na escolha de “bons candidatos aos postos da vida pública nacional”.

Assim, representações<sup>299</sup> da mulher católica eleitora estavam – com todos os cuidados possíveis – sendo reforçadas corriqueiramente por representantes do catolicismo, decerto com a finalidade de indesviável necessidade: aquela que se sacrifica, cumprindo seu dever para com a pátria e a religião, que sai do lar, seu lugar “primordial”, duas ou três vezes por algumas horas para quitar todas as suas obrigações eleitorais, mas que logo retorna; aquela que iria auxiliar no melhoramento da atmosfera política, mas apenas indiretamente, escolhendo candidatos bons e moralmente irrepreensíveis, ainda que na “escala moral” do catolicismo elas mesmas fossem, teoricamente, as guardiãs e representantes por excelência de uma moralidade exemplar. No outro extremo, a representação da mulher eleita era uma ausência que, em sua inexistência nas páginas do periódico, também cumpria uma função de sentido: a de expor, pela via do silêncio, os limites entre uma cidadania política aceitável, representável, e uma cidadania política ainda inconcebível nas páginas do jornal e na própria realidade.

Convém demarcar uma vez mais que o conceito moderno de cidadania, aquele forjado no interior das discussões revolucionárias a partir do século XVIII, já nasceu com uma marcação diferenciadora, na medida em que tais discursos igualaram individualidade e masculinidade. Assim, o par correspondente da individualidade – status indispensável para o exercício da cidadania – não era, como se poderia supor dos discursos de reivindicação por direitos que seriam universais, a humanidade, mas o homem, o sujeito masculino. Joan Scott (2002) expõe aí uma contradição/ambiguidade: o indivíduo político era ao mesmo tempo universal e específico, porque era masculino.<sup>300</sup>

Ainda nesse sentido, Angela Groppi (1995) ressalta a relevância de uma análise mais detida acerca da construção histórica da mulher cidadã e do homem cidadão, a fim de que se perceba como o conceito de cidadania foi construído também pela expulsão do elemento feminino, que, segundo a autora, pode ser entendida como fundadora do próprio

---

<sup>299</sup> Ancorando-se em Chartier, entende-se como representação as mais diversas formas de discursos e práticas que engendram o mundo social. A construção destas, porque inseridas num contexto de conflitos e competições entre os sujeitos que as forjam, não podem ser entendidas fora das relações de poder. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

<sup>300</sup> SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002, p. 33-34.

conceito.<sup>301</sup> Tal exercício deixa entrever que se a cidadania, enquanto um modelo masculino, não foi um conceito inicialmente pensado para abranger as mulheres, tanto seu reconhecimento como cidadãs, quanto sua entrada e efetiva participação nestes domínios seriam, desde o início, tensionados, desiguais, como se elas estivessem sendo constantemente obrigadas – daí a existência dos paradoxos – “a defenderem as peças de um jogo conduzido por outros”.<sup>302</sup>

Entre o direito de eleger representantes, ato que acontecia em uma periodicidade determinada, e o direito de elegibilidade, que por certo provocaria um deslocamento físico e simbólico muito mais profundo delas de seus “legítimos” campos de atuação e responsabilidades, existia uma espécie de fronteira – que não era sequer exclusiva do pensamento católico, da LEC ou do *O Nordeste* – como a de significar que, embora o direito fosse teoricamente o mesmo para ambos, tal cidadania política não poderia e nem deveria ser acessada da mesma forma por mulheres e homens. Em última instância, as católicas não preteririam seu “sagrado” cotidiano familiar pelos agitados mandatos nas câmaras e assembleias e, se precisavam deixar fisicamente seus lares por alguns instantes, os levariam misticamente consigo ao defenderem seus princípios nas urnas.

A tradicional e reiterada ligação entre mulher e família, que fazia da primeira a principal guardiã do que se passava na intimidade dos lares, bem como dos destinos físicos e morais dos filhos, era então mobilizada para outros fins, propósitos agora escancaradamente políticos: se eram mães tão fervorosas e mulheres tão comprometidas com a integridade e felicidade de suas casas, que as salas de eleição fossem para elas novos espaços de trincheiras onde poderiam também proteger e zelar por suas famílias e os “bons” valores nelas cultivados:

[...] Deixarás o lar por alguns instantes para te oppôres ao menoscabo desse mesmo lar. Assumes perante á Patria e perante Deus mais um nobilissimo dever. Que o saibas cumprir com a mesma dignidade, com o mesmo devotamento, com que vens satisfazendo tuas obrigações no seio da familia. Que esse novo campo de acção seja, para ti, um feliz prolongamento do lar, onde tua actuação bemfazeja tenha em nossos espiritos a influencia santificante de teus conselhos de mãe e de esposa.<sup>303</sup>

De acordo com o ideal de imparcialidade que deveria prevalecer no campo

<sup>301</sup> GROPPi, Angela. As raízes de um problema. In: BONACCHI, Gabriela. GROPPi, Angela. (Orgs.) **O Dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

<sup>302</sup> *Idem*.

<sup>303</sup> Himno á mulher brasileira. **O Nordeste**, Fortaleza, 3 de março de 1933, p. 5.

político, marcado pelo domínio da razão e impessoalidade, em contraposição a um campo privado, em que predominariam relações afetivas e pessoais, “diferença, particularidade e corpo” deveriam ser deixados para trás, “nos domínios privados da família e da sociedade civil”.<sup>304</sup> Nos argumentos de arregimentação católicos, entretanto, as mulheres deveriam votar exatamente marcando suas particularidades, como sujeitos que, por sua posição específica, melhor defenderiam seus lares nas urnas. Lá, mais do que nunca, seus corpos femininos – potencialmente maternos, dotados de sensibilidade e cuidado – deveriam falar.

O voto, como já ressaltado, deveria ser um dever para a população católica do país. Fiéis católicos deveriam votar, sob o risco de incorrer em grave pecado caso não o fizessem. Obrigação impreterível para qualquer um, fosse mulher ou homem. As mulheres, no entanto, deveriam votar como católicas, mas principalmente como mulheres: dois marcos identitários eram mobilizados para convencê-las. Tal “detalhe” fortalece uma “especificidade” das mulheres e reproduz a ideia dos homens como sujeitos não marcados, que não precisavam ser nomeados, porque eram identificados com o universal.

A existência de múltiplas identidades mobilizadas pelos sujeitos – sociais, políticas, religiosas, de gênero, sexuais – requer que as mesmas sejam entendidas como um permanente campo de disputas. Assim sendo, processos de identificação podem convergir e/ou divergir, podendo ser provisórios, variáveis e problemáticos.<sup>305</sup> No caso das católicas, um possível conflito de identidades não era uma opção para elas. Suas identidades deveriam convergir, reforçar harmonicamente uma à outra. Caso isso não acontecesse, se católicas votassem a favor do divórcio, contra o ensino religioso nas escolas, contra os “interesses” da família, não somente seu voto seria deslegitimado, como suas identidades – como mulher e como católica – seriam postas em dúvida, sob rasura.

Tais discursos, em que as salas de eleição seriam uma ampliação do lar e dos valores ali observados, de certa forma faziam coro às diretrizes da junta nacional da Liga Eleitoral Católica, na pessoa de Dom Sebastião Leme, que se preocupou em falar aos fiéis temerosos de que uma participação das mulheres na política as afastaria gradualmente de seus lares:

A participação feminina na vida publica, não exige, de modo algum, qualquer diminuição de atividade em sua vida domestica, que aliás deve sempre preferir como sendo o seu dominio natural e perfeito. Ao passo que dará ás mulheres uma noção mais concreta da *grande responsabilidade que lhes cabe na manutenção*

<sup>304</sup> YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9, Brasília, setembro-dezembro de 2012, p. 169-203.

<sup>305</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 12.

*do bem estar social e na defesa dos principios morais da nacionalidade. Se queremos um Estado Etico que se baseia nos principios soberanos dos grupos que o compõem, e muito particularmente nos da familia, não é justo que venha participar da formação deste Estado Cristão, ou pelo menos, anti-cristão, aquela que é a zeladora natural da familia? [...] E o voto, dentro dessa estrutura cristã de sua alma, e de sua vida, não poderá afasta-la do lar, e, ao contrario, dar-lhe bem nitida a noção de que se lhe abre um vasto campo de ação para defender esse mesmo lar das investidas dos seus inimigos. [grifo nosso]*<sup>306</sup>

Se o voto das mulheres soava como tão relevante e definidor nas palavras de Dom Leme, tal importância foi sutilmente relativizada nos discursos de Tobias Dequidt, o já citado padre que proferiu detalhada palestra tratando do “alistamento eleitoral das senhoras catholicas” durante reunião com as associações católicas femininas de Fortaleza. Como o próprio título deixa entrever, o religioso tinha a incumbência de convencer as mulheres presentes a se alistarem como eleitoras – mobilizando mais uma vez os argumentos de proteção da família, da moralidade, da educação cristã dos filhos, dentre outros. De acordo com as diretrizes nacionais, a Liga Eleitoral Católica não seria e não deveria atuar como partido político, ou seja, sua função deveria ser orientar o eleitorado católico do país a confiar seus votos em candidatos que tivessem previamente se comprometido com a defesa de pontos básicos do “decálogo da LEC”.<sup>307</sup> Aos candidatos e/ou partidos moralmente aprovados pelo crivo da Igreja, a LEC ofereceria seu apoio e a força de seu eleitorado arregimentado.<sup>308</sup> Dequidt talvez tentando adotar uma postura moderada em relação ao contexto - que pedia o imediato alistamento das mulheres católicas num momento em que muitas delas hesitavam e mesmo refutavam a novidade do voto - apresenta o voto feminino como uma válvula de segurança, cujo funcionamento não é acionado em todos os momentos, mas somente naqueles limítrofes de extrema necessidade:

Mas não se trata ainda de votação. Póde ser ainda que não venha para as senhoras

<sup>306</sup> A religião catolica em face do momento nacional. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1932.

<sup>307</sup> Dentre os 10 pontos defendidos pela LEC, destaca-se: 1º - “Promulgação da Constituição em nome de Deus”, 2º - “Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas, e reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso”, 3º - “Incorporação legal do ensino religioso, facultativo, nos programmas das escolas publicas primarias, secundarias e normais da União, dos Estados e Municipios”. Liga Eleitoral Catholica: O programma offerecido ao eleitorado. **O Nordeste**, Fortaleza, 21 de março de 1933.

<sup>308</sup> Segundo editorial de 27/04, a junta local da LEC, de início, teria pretendido montar uma chapa única constituída por candidatos de “todas as correntes politicas ponderaveis”; malogrando-se as negociações em torno da chapa única, teria procurado recomendar aos eleitores uma lista de 10 nomes, constituída por candidatos que “merecessem a confiança” dos católicos, também sem êxito. Diante das “circunstancias imperiosas”, em petição datada de 27/04, Edgar Cavalcante de Arruda, presidente da junta local da LEC/CE, solicita ao Tribunal Regional Eleitoral o registro da chapa da LEC, composta por 6 nomes: Waldemar Falcão, Jeová Motta, Luís Sucupira, Leão Sampaio, José Antônio de Figueiredo Rodrigues e Antônio Xavier de Oliveira. Ao eleitorado catholico do Ceará. **O Nordeste**, Fortaleza, 27 de abril de 1933.

catholicas esta obrigação tão grave do voto: por exemplo, *si todos os candidatos acaso aceitarem os requisitos dos catholicos; neste caso diminue de importância o facto de se votar ou não votar, pois sempre serão eleitos candidatos favoráveis á religião*. Trata-se, por ora, somente do dever de se alistar, e este é impreterível, pois é a condição para se votar e o voto será uma obrigação si houver candidatos hostis á nossa fé, os quais só pelo voto poderão ser afastados, e candidatos favoráveis os quais só por vossos votos poderão ser eleitos. [grifo nosso]<sup>309</sup>

Deve-se atentar para dois aspectos que ficam patentes em sua explicação e que, de certa forma, se interseccionam e se reforçam: primeiro, a importância relativa atribuída ao voto feminino, variável conforme seu peso utilitário; e segundo, o apelo à ação das mulheres em tempos de crise, períodos marcados pelo potencial de ameaça, mas também por seu caráter de exceção, período extraordinário, que foge momentaneamente à estabilidade da ordem. Assim, seus votos eram incentivados não porque seriam a expressão fundamental do reconhecimento de suas cidadanias políticas, direito legítimo que não se deveria prescindir, mas porque eles poderiam ser necessários num futuro ainda incerto.

Dessa forma, pode-se dizer que religiosos católicos propagandistas da LEC, pelo menos nas páginas do *O Nordeste*, jogavam com o caráter facultativo do voto feminino, ora cobrando, ora dispensando o voto, de acordo com as conveniências. Corroborando tal hipótese, a conclusão de Tobias Dequidt ao afirmar que “si é uma questão discutível ser um progresso o voto das senhoras, é certamente um mal, tendo este direito, não se aproveitar d'elle e deixar o campo livre aos adversarios”,<sup>310</sup> bem como a advertência de Guilherme Vaessen,<sup>311</sup> outro clérigo assíduo nas páginas do *O Nordeste* e no meio católico de Fortaleza, em expor o urgente dever de votar – e votar bem: “Inovações – dizem – que desconhece o papel da mulher no lar, que introduz a briga politica em casa. De nada serve gemer; é preciso agir. Mais um facto que póde ter suas vantagens”.<sup>312</sup> Nessas falas e nas anteriores, o potencial de independência/autonomia representado pelo voto é diminuído ou mesmo desconsiderado, conforme já apontado por Adriana Leon e Luciano Faria Filho (2015) quando ponderam, no caso do catolicismo, que embora a possibilidade esboçada para as mulheres de participar dos pleitos anuncie um novo lugar para elas – não restrito a seus “lugares tradicionais” – “esse lugar não precisa estar atrelado à ideia de emancipação feminina”.<sup>313</sup>

<sup>309</sup> O alistamento eleitoral das senhoras catholicas. *O Nordeste*, Fortaleza, 13 de fevereiro de 1933, p. 1.

<sup>310</sup> *Idem*.

<sup>311</sup> Religioso de nacionalidade holandesa nascido em 1873. Recebeu a ordenação sacerdotal em 1898 e pertenceu à Congregação da Missão - Lazaristas. Também foi reitor do Seminário da Prainha a partir de 1914.

<sup>312</sup> O dever eleitoral. *O Nordeste*, Fortaleza, 27 de janeiro de 1933, p. 8.

<sup>313</sup> LEON, Adriana Duarte; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A tradição e a modernidade: a Igreja*

Em meio a tantas investidas masculinas focalizando o voto feminino, incentivando-o, valorizando-o, cobrando-o em seu potencial decisivo, como a derradeira gota capaz de transbordar o copo, algumas mulheres aparecem associadas à campanha pró-voto no *O Nordeste*. Tal fato, em que mulheres falavam a outras mulheres, já havia sido observado, embora com finalidades opostas, em meados dos anos 1920: uma representante do próprio sexo falando sobre a impossibilidade das mulheres de votar e legislar. Essa fala, analisada em seu contexto de crítica à participação feminina na política, pretendia imbuir tal ideia de fundamento e legitimidade, na medida em que seria mais autorizada.

Ao longo dos primeiros meses de 1933, a fala e a escrita delas foram evidenciadas com certo entusiasmo, como algo que tinha valor e justa finalidade: concitarem suas iguais a votarem, e votarem com a LEC. De modo geral, os argumentos mobilizados por elas guardavam significativas correspondências com os já citados anteriormente, estando inseridos no objetivo comum de defesa dos valores católicos na sociedade brasileira. No entanto, considerando-se que suas falas e escritas não se constituíam em meros reflexos ou reproduções dos discursos masculinos, na medida em que eram, assim como as dos homens, localizadas,<sup>314</sup> mais do que apontar as convergências, procura-se atentar para as fissuras, as sutilezas que diferenciavam, as possíveis incongruências nem sempre escancaradas.

Assim, na sessão de fundação da junta local da Liga Eleitoral Católica em Juazeiro do Norte, discursou a professora Maria Gonçalves, tendo também sido secretária da referida sessão de instalação. Seu discurso, relativamente longo, foi transcrito integralmente. Iniciou e finalizou suas palavras dirigindo-se às mulheres presentes como “minhas amigas” e “companheiras minhas”, o que denotava a intenção de que suas palavras fossem ouvidas e recebidas num tom ameno, afetuoso, característico das relações de intimidade. Apresentou a mulher como um sujeito de direitos político-sociais que faziam dela não somente a companheira do homem, mas a sua igual, atribuindo tal mudança – a reunião das mulheres em congresso, sua presença nos parlamentos, ingresso em carreiras “masculinas” – a uma evolução nos costumes que tornara comum o que antes se apresentava como extraordinário. Detém-se, então, sobre o voto feminino, para onde convergem os esforços de sua fala:

Mas, meus bondosos srs., não me quero alongar nessa historia longuissima de muitas noites, nesse lento evoluir da emancipação politica da mulher, mas tão

---

católica e a articulação de um novo espaço para as mulheres 1930/1935. In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd, 2015, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2015.

somente reportar-me ao empolgante assumpto que faz epoca atualmente – *o voto feminino, uma das realizações que quasi toca ao apogeu do movimento feminista no Brasil. Fica, pois, modificado o velho conceito de que á “mulher não deve cogitar de direitos, mas sim de deveres”*. A Igreja que iniciou no advento do Cristianismo, o movimento libertador da mulher, vem agora apoiar-lo, nessa ultima e grande innovação da nossa lei eleitoral e, pela voz de seus representantes, voz que tem autoridade para falar, voz prudente, que atravessando os séculos, se tem feito ouvir, com eficiencia, nos momentos difíceis das nações, voz de Deus que nos fala lá dos céus, aprova o voto feminino.<sup>314</sup>

Quanto à menção e estreita associação entre o voto feminino e um “movimento feminista no Brasil”, supõe-se que ao utilizar a expressão “movimento feminista”, estivesse se referindo não ao feminismo organizado, mas simplesmente a um movimento feminino, de mulheres. Tal hipótese ganha plausibilidade quando, no final de sua fala, ela cita a necessidade de as católicas votarem longe de um “falso feminismo”. Tais separações ou mesmo redefinições remetem às disputas pelo conceito, que o faziam um constante campo e objeto de disputas, conforme enfocado no segundo capítulo.

Outro nome feminino, Martha Loureiro,<sup>315</sup> assina o artigo “O voto feminino” aproximadamente um mês depois. Ao longo de sua exposição, Martha procura retirá-lo do terreno do “absurdo” e da “impropriedade” para inscrevê-lo no terreno da “legitimidade”, pois, por meio dele, a família – base da sociedade – poderia se fazer “representar no governo”:

Ora, na familia, se o marido é chefe, a esposa é a companheira, a quem tambem compete falar. *E ha aspirações e necessidades e necessidades que só a mulher póde sentir inteiramente e que, portanto, somente ela poderá defender com vigor. Era injusta a exclusão que se vinha fazendo, pondo-a á margem da politica nacional, tornando-a, mais ou menos, indiferente aos atos da administração publica. [grifo nosso]*<sup>316</sup>

O desempenho de seus papéis familiares como esposa e mãe as qualificaria, mais do que quaisquer outros, para a defesa de realidades já conhecidas por elas a partir de suas experiências. Tal defesa seria feita no campo da cidadania política, via voto. A ausência das mulheres desse campo, preconizada no *O Nordeste* como positiva e recomendável ao longo dos anos 1920, é anunciada por ela como “injustiça” e “exclusão”.

As palavras de Violeta Canizares,<sup>317</sup> pertencente à Liga Social Católica,

<sup>314</sup> A inauguração da LEC em Joazeiro. *O Nordeste*, Fortaleza, 14 de fevereiro de 1933.

<sup>315</sup> Não foi encontrada nenhuma informação biográfica sobre Martha Loureiro, o que abre a possibilidade de ser um pseudônimo.

<sup>316</sup> LOUREIRO, Martha. O voto feminino. *O Nordeste*, Fortaleza, 7 de março de 1933.

<sup>317</sup> Sabe-se que Violeta Canizares era uma poetisa cearense, pertencente a uma tradicional família do Estado. Em 1946, publicou o livro “Rimas dispersas”, devidamente propagandeado na sessão “Livros Novos” do

apelaram fortemente para o clima de tensão e limite. Ressaltou o “momento excepcional”, instantes “difíceis” e “críticos” que cobravam das mulheres que sua ação “construtora”, “sadia” e “renovadora” fosse além dos lugares sociais consagrados para elas no “circulo do lar e da escola”. As qualificações (ou desqualificações), mobilizadas para adjetivar as mulheres que deixavam de votar, tocavam em características que seriam caras ao gênero feminino, como sensibilidade e real capacidade de se importar com os outros. Assim, as senhoras deveriam se desviar de tais pechas: “indiferente”, “impassível”, “muda”, “traidora”. Não querer meter-se com política, se antes fora uma virtude da católica, no momento de então não era mais do que um “simples e ridículo pretexto”.<sup>318</sup> Pretexto ridículo pela gravidade do momento e, sobretudo, porque seus votos teriam um peso de decisão diferenciado, que não teriam os votos de outras mulheres.

A esse propósito, uma fonte interessante para vislumbrar a atribuição de pesos diferentes aos votos das eleitoras da LEC e do PSD é o texto “Ouvindo opiniões discrepantes”. O autor se apresenta como um “observador desapaixonado”, embora assine com o pseudônimo de “Lecista”. Estando em plena Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, seu objetivo era sondar o que as pessoas estavam pensando acerca do voto feminino e, principalmente, refutar as objeções ao seu exercício. Cita, ironicamente, um homem que acusou a Igreja Católica “de despudorar o santo retrahimento da mulher brasileira”, mas que levava sua esposa e filhas ao mundo “mundano” dos clubes de Carnaval, praias e cinemas. No Gabinete de Identificação Eleitoral, presencia o diálogo entre um crítico ao voto e uma eleitora do PSD:

“As senhoras também? fala o ilustre cavalheiro, apertando-lhes respeitosamente a mão... Não concordo francamente e não compreendo... A mulher é para o lar. Isto sim. Deixar a dona de casa os filhinhos para ir votar... Não entendo.

- E eu não deixo para ir ao Iracema, ao Ideal, dr.? (Era uma eleitora do democrático).

- Ora, ora, é querer comparar alhos com bugalhos, minha senhora.

- Enthusiasmada como estou pela causa, dr., *sinto tanto prazer em votar como em dançar. É a mesma coisa.* Depois, é mais um passo na evolução social. Nós, mulheres, podemos e devemos influenciar pelo voto na nova organização brasileira. Já se foi o tempo em que só os senhores mandavam e nós obedecíamos.

- *Um dia é da caça...*

- *E outro do caçador, ou, da caçadora, no caso.* [grifo nosso]<sup>319</sup>

Adentra na conversa uma senhora católica que esperava “serenamente” a sua

---

jornal católico *A Cruz* (RJ).

<sup>318</sup> CANIZARES, Violeta. O voto feminino no momento atual. **O Nordeste**, Fortaleza, 17 de abril de 1933.

<sup>319</sup> Ouvindo opiniões discrepantes. **O Nordeste**, Fortaleza, 27 de janeiro de 1933.

vez de ser atendida:

- Eu, dr., se não fosse a Igreja a me mandar, eu não votaria. No entanto, agora, nenhuma duvida me prende mais. E com aquella calma propria das mulheres prudentes:

Os propulsores do movimento eleitoral são homens de muita prudencia, excepcional tino e rara pratica administrativa.

Constrangidos ou não, si os nossos bispos resolveram que votassemos - eles que não pleitearam a influencia da mulher na nova organização - é porque sabem que nas urnas podemos interceptar males muito perigosos para a vida futura da Patria e da Igreja, em nosso país... E rindo, ainda: mas, si não fosse a Igreja, queira Deus, queira Deus... eu votasse!<sup>320</sup>

Nas linhas anteriores, dois tipos de eleitoras são representados: aquela que está absolutamente convicta para votar, mas que votará por prazer ou por um desejo de “revanche” em relação aos homens; e aquela que vota por um propósito “maior”, “elevado”. Ao colocá-las lado a lado, o autor pretendia demonstrar que o voto de uma e de outra possuíam finalidades distintas: os votos das católicas condensariam uma simbologia diferente dos votos das mulheres do PSD. Estas últimas, talvez, não tivessem nada de “caro” para defender, o voto para elas poderia figurar como uma diversão, semelhante a um momento de lazer qualquer, ou mesmo como um golpe feminino na supremacia masculina, um momento de “revanche” diante da tradicional autoridade dos homens sobre as mulheres. Para as católicas, não. Não pretenderiam elas demonstrar aos homens que tinham tanto poder quanto eles, nem mesmo usar seu voto como uma provocação ao sexo oposto. O seu voto, modesto e consciencioso, tinha um quê de profissão de fé, era encharcado de religiosidade. O voto das mulheres que não votavam com a LEC, dentre elas as eleitoras do PSD, não possuiriam o peso de decisão dos votos da Liga Eleitoral Católica. Maus votos, decerto.

Mesmo existindo eleitoras católicas que compreendiam “obedientemente” a voz e o chamado de seus pastores, a exemplo da senhora citada pelo Lecista, também existiam modelos de católicas que, de acordo com ele, não deveriam ser seguidos, a exemplo daquela que preferiria sacrificar a própria salvação a votar; para estas, o movimento eleitoral não seria coisa de Deus<sup>321</sup> e o urgente chamado da Liga Eleitoral Católica, vão. Tais reações inesperadas da parte de quem, segundo era propalado por representantes católicos, saberia interpretar melhor o sentir da Igreja, são significativas quando se procura compreender o contexto de então como uma arena fértil para o gerar e o ressignificar de

<sup>320</sup> Ouvindo opiniões discrepantes. **O Nordeste**, Fortaleza, 27 de janeiro de 1933.

<sup>321</sup> *Idem.*

disputas, onde as resistências se inserem.

No Ceará, a Liga Eleitoral Católica, uma das protagonistas vitoriosas do pleito de 1933, mobilizou fortemente uma “diferença” das mulheres para convencê-las a tomarem parte de suas cidadanias políticas. Ao contrário da população masculina, cujo voto não era arregimentado como um voto “masculino”, o voto das mulheres seria legítimo e valorizado na medida em que fosse “feminino”, coadunado com seus encargos familiares e fortalecido por eles, bem como “naturalmente” sintonizado com sua identidade religiosa de cristãs-católicas. Uma cidadania política concebida enquanto um ato periódico, acionada no rasgar crítico do tecido social. Cidadania que deveria ser exercida com o corpo, o corpo “representante” da família, ao mesmo tempo em que se construía, sutilmente, a ideia desse mesmo corpo como inelegível. Potencialidades relativas: apto para eleger, impossibilitado de ser eleito.

O modo como as “diferenças” das mulheres eram mobilizadas de acordo com o lugar, leva a crer que a “diferença” em si não se constituía no problema: a questão era como a “diferença” das mulheres – estabelecida no interior de uma sociedade não neutra, que instituiu socialmente as diferenças sexuais, atribuindo-lhes pesos desiguais – poderiam ser mobilizadas de modo a manter as relações de poder que sustentavam as engrenagens desta sociedade de gênero, de modo que as mudanças desencadeadas pelo voto lhes causassem as menores instabilidades possíveis.

#### **4.2 Mulher vota em mulher: Partido Social Democrático e o voto feminino**

“Mulher Cearense! Na primeira eleição da Nova Republica, que te concedeu o direito do voto, escolhe a chapa em que figura o nome de uma representante do teu sexo. Vota integralmente no Partido Social Democratico!”<sup>322</sup> (O Povo, 25/04/1933)

Breves chamadas, como a citada acima, passaram a ser publicadas cotidianamente na primeira página do jornal *O Povo*, em posição absolutamente privilegiada, alguns dias antes do pleito de 03 de maio. Dirigidas a determinados grupos, como aos cearenses, aos comerciantes, ao professorado, e às mulheres, visavam estabelecer e fortalecer alguma relação de identificação entre o eleitorado do Ceará e os candidatos que compunham a chapa do Partido Social Democrático (PSD). Tais movimentações denotam

---

<sup>322</sup> Mulher cearense!, *O Povo*, Fortaleza, 24 de abril de 1933.

como a mobilização de determinadas identidades se constituiu num fator importante na campanha desenvolvida pelo PSD por meio de seu porta-voz na imprensa, o jornal *O Povo*. Duas dessas chamadas eram particularmente direcionadas às mulheres e ambas convergiam para um mesmo nome: Edite Dinoá da Costa Braga<sup>323</sup>, professora da Escola Normal e, no Ceará, a única mulher candidata nas eleições de 1933. Ao valer-se exatamente desta “exclusividade” como estratégia de arregimentação do eleitorado feminino do Estado, uma primeira diferença já se esboça em relação às formas de mobilização empreendidas pela Liga Eleitoral Católica no Ceará, em que a ideia de uma elegibilidade feminina não era sequer concebível.

Ao longo destas últimas linhas, o objetivo será analisar como o PSD, o segundo partido vitorioso no pleito de 1933, mobilizou o voto das mulheres, atentando para as possíveis aproximações em relação aos discursos de chamamento da LEC, mas, principalmente, para o que diferenciava ambos, para as tensões, disputas, bem como as “específicas” polêmicas desencadeadas pelo fato de um nome feminino estar não apenas participando, mas ativamente disputando eleições.

Entre os meses de julho e agosto de 1932, o jornal *O Povo* acompanhou com significativa regularidade e simpatia as movimentações iniciais de um grupo de mulheres em Fortaleza que estariam se organizando para fundar o “Centro Feminista do Ceará”, com reuniões periódicas realizadas na casa da representante da FBPF no Estado, Henriqueta Galeno:

As mulheres cearenses, no que estamos seguramente informados, conscias desses mesmos direitos e interessadas em colaborar na vida politica da nação, á semelhança do que ocorre nos países mais civilizados, tomaram a iniciativa de se organizarem, formando o “Centro Feminista do Ceará” que tomará a hombros, neste Estado, a arregimentação das mulheres de todas as classes que se precisam unir para a defesa de seus legitimos direitos, entre os quais o principal é o de ser ouvida e deliberar, em igualdade de condições com o homem, nos assuntos politico-administrativos do país. [...] Damos nossos aplausos á louvavel iniciativa dos elementos femininos do Ceará e estamos certos de que a mulher cearense saberá utilizar com brilhantismo dos direitos que as leis brasileiras acabaram de outorgar-lhes.<sup>324</sup>

<sup>323</sup> Edite Braga (1889-1950) nasceu na Paraíba. A profissão de seu pai, formado em Direito, contribuiu para que a família mudasse constantemente de residência. No Ceará, passaram pelos municípios de Baturité, Maranguape, Quixeramobim e Fortaleza. Edite ingressou na Escola Normal em 1911, formando-se em 1916. Lecionou no Grupo José de Alencar, função que ocupou por ter se destacado em seus estudos na Escola Normal. Em 1923, inicia seu trabalho na Escola Normal, lecionando as cadeiras de Pedagogia, Psicologia e Didática. Como candidata do PSD, é eleita suplente para a Câmara Federal. Cf.: ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. Edith Braga: uma história de vida dedicada à educação cearense. In: XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Ficção e poder: oralidade, imagem e escrita, 2017, Fortaleza. **Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral**. Fortaleza: UFC, 2017.

<sup>324</sup> O Movimento feminista do Ceará em Face do novo Código Eleitoral da República. *O Povo*, Fortaleza, 2

Breves notas informativas sobre as reuniões do referido Centro se repetem em várias edições desses dois meses. Ainda segundo informações divulgadas pelo *O Povo*, o Centro Feminista Cearense seria dirigido provisoriamente por uma Comissão Executiva de 10 nomes e um Conselho Consultivo de 30 nomes, com a pretensão, depois de definitivamente instalado, de ramificar-se pelo interior do Estado por meio da criação de Centros Feministas Municipais e a posterior promoção de um Congresso Feminista Estadual, sediado em Fortaleza.<sup>325</sup> As relações entre o Centro e a FBPF se tornam ainda mais prováveis por um telegrama que teria sido enviado por uma representante de sua Comissão Executiva à Federação, dando informações do completo sucesso da causa no Ceará. Essa mulher era Adília de Albuquerque Moraes.<sup>326</sup> Feminista assumida e ativa colaboradora do *O Povo*, assinou, nesse mesmo período, um artigo sobre o voto feminino recém-aprovado, ressaltando, de um lado, a justa decisão do “governo revolucionário” de Vargas de requerer a participação política das mulheres e, de outro, o exercício do voto como elemento dilatador de suas individualidades. Direito absolutamente legítimo, por meio do qual elas poderiam influir positivamente em searas políticas até então deterioradas:

O Brasil precisa de elementos novos, de *impulsos generosos* para arrancá-lo das garras tigrinas da politicagem. Necessitamos d’um pensar moço, d’uma *torrente de águas cristalinas que lave as velhas impurezas* e deslize serena, sem tropeços, sem fortes ruídos, sem encachoeirar de conhecidos e usados ditirambos, mas de *frasear firme e decidido, visando um bem comum, d’uma seiva eficaz, de desprendimentos comedidos, de atuação clara, sem rodeios ou subterfugios*, e, tudo isto, ousar esperar da interferência benéfica da mulher. [grifo nosso]<sup>327</sup>

Por meio de sua fala, apresenta a atuação política das mulheres como generosa e desprendida, ligada à ação de limpeza, de resgate de um país capturado por velhos hábitos políticos, até 1932, hábitos masculinos. Ação generosa e desprendida, cujo alvo primeiro seria o bem coletivo, mas também seria uma ação marcada pela firmeza, poder de decisão, eficácia, prudência, clareza e objetividade. Qualificativos que, se praticados em consonância, fariam da intervenção feminina uma intervenção integral, completa.<sup>328</sup> Nos meses voltados à campanha eleitoral, nos quais *O Povo* dispense extensos esforços de

---

de julho de 1932.

<sup>325</sup> O Movimento feminista do Ceará em Face do novo Código Eleitoral da República. **O Povo**, Fortaleza, 2 de julho de 1932.

<sup>326</sup> A campanha feminista. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1932. Ed. 11525.

<sup>327</sup> MORAIS, Adília de Albuquerque. O Voto feminino. **O Povo**, Fortaleza, 4 de julho de 1932.

<sup>328</sup> *Idem*.

propaganda pró-PSD, o nome de Adília, então recorrente colaboradora, ausenta-se do jornal neste período, de modo que se tornou complicado acompanhar seus posicionamentos em relação às movimentações eleitorais e, no que tange ao Partido Social Democrático, explorar suas relações com o partido via jornal, ou mesmo saber se tais relações existiram.

O programa do partido divulgado ao eleitorado em 21 de janeiro era composto de 36 pontos e criado, segundo consta em sua apresentação, “à luz dos interesses regionais cearenses”, com proposições que iam desde a defesa de liberdades individuais – livre manifestação de pensamento, direito de reunião, manutenção da propriedade individual – até ações voltadas ao incremento econômico do Estado, como o incentivo à indústria salineira e carnaubeira e o combate às secas. Reafirmava, em seu ponto 32, a “instituição da família como base formadora da nacionalidade” e reconhecia a validade do casamento religioso, desde que registrado perante a lei civil. Estrategicamente disposto logo após a proposição em que a importância da família e da religião era reafirmada, no ponto subsequente o partido se comprometia a:

Pugnar por que sejam equiparados aos do homem os direitos políticos da mulher e organizado o serviço nacional de proteção á maternidade, á infância e á velhice, promovendo-lhes assistencia desvelada na penuria ou na doença.<sup>329</sup>

É sintomático o modo como tais proposições foram apresentadas: logo após e como complemento ao tema dos direitos políticos das mulheres, proposição do programa cujo alvo primordial era, obviamente, o eleitorado feminino, o anúncio de serviços de assistência cujos alvos prioritários seriam mães, crianças e idosos. Chama-se atenção para tal particularidade não com o intuito de questionar a pertinência ou a importância da criação de serviços assistenciais voltados à maternidade, infância e velhice naquele contexto, mas no sentido de atentar para o modo e a localização de tais proposições em relação à totalidade do programa do PSD, a fim de perceber como tal temática de sua agenda política, ligada a uma ideia de cuidado e proteção a grupos socialmente indefesos foi apresentada como potencialmente capaz de mobilizar e sensibilizar mais fortemente as mulheres.

Na noite de 12 de abril, na Faculdade de Farmácia e Odontologia, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 309, representantes do Partido Social Democrático no Estado reuniram-se para o Congresso dos Delegados Municipais.<sup>330</sup> O objetivo: discutir a composição da chapa que seria lançada em maio próximo. Estava presente, sentado em

<sup>329</sup> Partido Social Democrático: Ao povo cearense. **O Povo**, Fortaleza, 21 de janeiro de 1933.

<sup>330</sup> Reuniu-se ontem o Congresso dos Delegados Municipais. **O Povo**, Fortaleza, 12 de abril de 1933.

lugar de honra, Juarez Távora<sup>331</sup>, ministro da Agricultura do governo provisório de Getúlio Vargas. Ao seu lado, também sentada à mesa principal, Edite Braga, pertencente ao Diretório Municipal de Fortaleza. Compôs a mesa também Paulo Sarasate<sup>332</sup>, redator-secretário do *O Povo* e secretário no referido congresso, bem como Demócrito Rocha, representando a Comissão Executiva do partido. Ao se analisar detidamente os nomes de todos os presentes, dentre delegados municipais e Comissão Executiva, o nome e a presença de Edite Braga figuram como uma considerável exceção. Sua presença neste espaço, majoritariamente masculino, de deliberação do partido, como pertencente ao Diretório Municipal de Fortaleza e também como delegada do município de Itapipoca, bem como sua posterior indicação como candidata do PSD – escolha que seria alvo de questionamentos inclusive na imprensa da capital – corroboram para fortalecer a indagação acerca dos fatores que contribuíram para que Edite estivesse localizada em tal posição. Dessa forma, procurar-se-á compreendê-la a partir de suas posicionalidades.

Edite Braga ocupava o cargo de professora da Escola Normal desde 1923<sup>333</sup>, indicada pelo educador Lourenço Filho.<sup>334</sup> No ano anterior, ele havia contribuído significativamente com os trabalhos da Reforma de 1922, cujo objetivo seria a remodelação da instrução pública no Estado, a fim de que os métodos educacionais cearenses se atualizassem segundo as diretrizes de uma Pedagogia Moderna.<sup>335</sup> Durante o período em que permaneceu no Estado, ocupou os cargos de diretor-geral da Instrução Pública e professor de Pedagogia da Escola Normal. A publicação da carta de Lourenço Filho destinada a Edite, no início de 1933, pelo jornal *O Povo*, decerto tinha como objetivo demarcar a sua posição considerável como educadora e relembrar, passados mais de 10 anos, suas relações profissionais, bem como seu legado e contribuição para a causa educacional no Estado. Em 1933, data da correspondência, Lourenço ocupava os cargos de

<sup>331</sup> Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1898-1975) nasceu em Jaguaribe (CE). Como militar, apoiou Getúlio Vargas, participando dos movimentos de deposição de Washington Luís. Em 1931, participou da fundação do Clube 3 de outubro, agremiação destinada a organizar a atuação dos tenentes “revolucionários”. Sua nomeação para o Ministério da Agricultura ocorreu em 1932.

<sup>332</sup> Paulo Sarasate Ferreira Lopes (1908-1968) nasceu em Fortaleza (CE). Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará em 1930. Foi inspetor federal de ensino e membro da Associação Cearense de Imprensa. Com Demócrito Rocha, participou da fundação do jornal *O Povo*. Foi deputado à Assembleia Constituinte Estadual entre 1935 a 1937.

<sup>333</sup> ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **Edith Braga**: uma história de vida dedicada à educação cearense..., *op. cit.*, 2017.

<sup>334</sup> Manoel Lourenço Filho (1897-1970) foi um educador paulista. No Magistério, atuou em São Paulo, Rio de Janeiro e, no Ceará, foi responsável pela reforma do ensino público de 1922. Foi um dos principais nomes da Escola Nova no Brasil, ao lado de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

<sup>335</sup> ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria**: educadoras na terra da luz. O ensino primário no Ceará na década de 1920. 2009. 225 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2009.

diretor e de professor de Psicologia Educacional do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que ajudara a organizar.

Presada colega d. Edite Braga,

Bem sabes a consideração que me merece e a alta estima que lhe dedico, pelo convívio, na época da reforma de 1922, sua dedicação ao trabalho e firmeza de carácter. Por tudo isso, não me poderia desinteressar de seu trabalho aí, na Escola Normal, que sempre reputei excelente. Tenho respondido sempre ás cartas que, daí, tenho recebido e que me trazem boas novas. Tendo aqui estado, por ocasião da V Conferencia de Educação, o dr. Moreira de Sousa deu-me as melhores noticias, em relação á Escola Normal. Usou mesmo desta expressão: “Estamos agora todos unidos no mesmo pensamento. O dr. Hipolito e d. Edite são excelentes elementos e estão trabalhando muito”.<sup>336</sup>

Segundo Raquel da Silva Alves (2009), na década de 1920, período em que estão inseridas as transformações no ensino primário cearense, as professoras ocupavam uma posição limiar que transitava entre a “profissional” e a “vocacionada”, ou seja, paralelo a todos os discursos que construíam a imagem da professora atrelada às ideias de maternidade, altruísmo e cuidado, características tidas como potencialmente femininas, a educação se tornava um processo cada vez mais institucionalizado, na medida em que, além de seu aspecto pedagógico, se constituía também e, principalmente, como uma questão de política nacional, relacionada aos ideais de progresso e desenvolvimento social e econômico do Brasil a partir da formação adequada de seus cidadãos. Dessa forma, o magistério poderia ser encarado a partir de uma dupla perspectiva: enquanto tarefa social e moral, como suporte ao progresso do Brasil e aos valores familiares, respectivamente.<sup>337</sup> Seus ofícios estariam ligados à formação, ao processo “abnegado” e por vezes “recompensador” do gestar. Engendrando cidadãos em casa e na escola, seriam elas as “mães da pátria” por excelência. Aquelas que não eram casadas e que, teoricamente, não possuiriam filhos e um lar para dedicar sua atenção, deveriam fazer da escola o seu próprio lar, esquecendo-se de si em prol do ato de educar.<sup>338</sup>

Além dessa dimensão profundamente simbólica que revestia a representação da professora, base mesmo do processo que se convencionou denominar de “feminização do magistério”, não se pode deixar de considerar e explorar outra perspectiva que também ganhava contornos no período: encará-la como um indivíduo que possuía embasamentos teóricos necessários para o desempenho de suas atividades, em outras palavras, como uma

<sup>336</sup> Uma carta do professor Lourenço Filho a D. Edite Braga. **O Povo**, Fortaleza, 22 de março de 1933.

<sup>337</sup> ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria**: educadoras na terra da luz, *op. cit.*, p. 37.

<sup>338</sup> *Idem*, p. 19.

intelectual. Nesse sentido, Maria Bernadete Ramos (2002) reitera, apoiada em Beatriz Sarlo (1997), as possibilidades esboçadas pelo “ser professora” no início do século XX, a despeito de análises redutoras que possam enxergar nessa atividade uma mera reprodução de papéis femininos tradicionais/essencializados: a professora, entendida como uma intelectual e convencida de sua importância social, poderia valer-se deste papel socialmente “permitido” para ela, bem como ressignificá-lo.<sup>339</sup> Atuar no magistério representava, enfim, a expansão de seu raio de atuação para além de limites consagrados, bem como e, sobretudo, uma possibilidade concreta de profissionalização.<sup>340</sup>

Como professora, portanto, Edite Braga ocupava um papel socialmente relevante, revestido de simbolismos, alvo de consagrações, como também e, principalmente, de exigências e diligentes patrulhas morais fincadas e justificadas a partir de seu sexo. O concurso a que ela se submeteu em maio de 1933 para permanecer no cargo que ocupava há quase 10 anos na Escola Normal é bem significativo em relação a estas imbricações, no caso das mulheres, entre carreira e o crivo da moralidade. Seu concorrente para o provimento da cadeira de Pedagogia da referida instituição de ensino foi Joaquim Moreira de Sousa, então Diretor da Instrução Pública do Ceará. Se para ele as provas oral e escrita teriam representado momentos de atestado de seus conhecimentos intelectuais na área pedagógica, para Edite não somente sua intelectualidade e capacidade técnica estariam sendo medidas, mas também sua resistência pessoal, sua desenvoltura em participar de uma disputa profissional sem perder a “compostura”, sem arroubos, sem o sacrifício gratuito de sua dignidade. O concurso e sua repercussão, que aconteceram depois das eleições, foram acompanhados de perto nas páginas do *O Povo*. Talvez o jornal tivesse enxergado neste fato uma boa oportunidade de confirmar o “valor” de Edite e, nas entrelinhas, a escolha “acertada” feita pelo PSD em apontá-la como candidata. Assim, em relação à prova escrita, o jornal ressaltou o seu alto nível de intelectualidade, “brilhante e reveladora de invejável cultura”, “demonstração inequívoca de seus profundos conhecimentos pedagogicos”. Cada palavra sua denotava “firmeza”, “precisão”, “sistematização dos conceitos” ou, em outros termos, uma afirmação de conhecimentos científicos.<sup>341</sup>

Convém pontuar que nas décadas de 1920 e 1930, no Brasil, o âmbito

---

<sup>339</sup> RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. **Revista Estudos Feministas**, 2002, vol. 10, n. 1, p. 11-37.

<sup>340</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas**: uma escola de mulheres. Ed. da Universidade, UFRGS, 1987.

<sup>341</sup> Concurso de Pedagogia da Escola Normal: D. Edite Braga foi vitoriosa na prova escrita. **O Povo**, Fortaleza, 24 de maio de 1933.

educacional vinha sendo continuamente influenciado pelos ideais pedagógicos da Escola Nova, cujos objetivos perpassavam por indispensáveis reformas no currículo e nos métodos de ensino. Mudanças que estimulavam o desenvolvimento de uma “escola ativa”, aberta à contribuição de outras ciências (psicologia, biologia, higiene), centrada no aluno e em novos métodos que qualificassem seu aprendizado, razões pelas quais um investimento na qualificação técnica dos próprios professores fazia-se essencial.<sup>342</sup> Como professora da Escola Normal, e tendo convivido com Lourenço Filho durante a Reforma Educacional de 1922, Edite Braga decerto estava a par e inserida nestas transformações. Corroborando com tal hipótese, Helena Araújo (2017) ressalta que Edite, lecionando a cadeira de Pedagogia, Psicologia e Didática na Escola Normal, que formavam um só bloco, trabalhava a Psicologia de forma experimental, influenciada pelas propostas da Escola Nova de renovação do ensino, via Lourenço Filho.<sup>343</sup> Em contraposição à prova de Edite, o texto de Moreira de Sousa foi qualificado como tendo “um caráter bastante pessoal”, distante, portanto, do que seria uma “demonstração de cultura científica”.<sup>344</sup>

Em 27 de maio, passadas duas etapas (exame escrito e prático), a derradeira prova teve como palco o Teatro José de Alencar, tamanha a popularidade alcançada pelo certame e a quantidade de público interessado em acompanhar o desenrolar daquele que foi alcunhado de “o maior concurso do Ceará”.<sup>345</sup> Angela Barros Leal (1993) menciona que, ao ser informada sobre o local escolhido, que poderia causar certa pressão e nervosismo pela multidão que lhe serviria de plateia, Edite Braga teria convictamente respondido: “Nem que fosse no Coliseu de Roma”.<sup>346</sup> A multidão não teria se configurado como um empecilho visto *O Povo* ter destacado entusiasticamente a sóbria postura da professora que, naquele palco, teria fundido perfeitamente a mestra e a intelectual:

Dicção impecável, calma absoluta, método invejável na exposição e sobretudo uma segurança inabalável na matéria explicada – foram sem dúvida alguma os requisitos essenciais que prenderam e conquistaram a atenção de todos os presentes, criando em torno de sua individualidade uma atmosfera de justa, sincera e entusiástica admiração. Numa palavra, a prova de d. Edite Braga foi uma prova de mestre, verdadeiramente insuperável e insuperada. E, com tanta perfeição se houve a provecta candidata em sua claríssima exposição oral, que,

<sup>342</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas**, *op. cit.*, 1987, p. 15-16.

<sup>343</sup> ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **Edith Braga: uma história de vida dedicada à educação cearense**, *op. cit.*, 2017, p. 7-8.

<sup>344</sup> Concurso de Pedagogia da Escola Normal: D. Edite Braga foi vitoriosa na prova escrita. **O Povo**, Fortaleza, 24 de maio de 1933.

<sup>345</sup> LEAL, Angela Barros. **A História do Ceará passa por esta rua**. Fortaleza: Multigraf Editora/Fundação Demócrito Rocha, 1993.

<sup>346</sup> Idem, p. 47.

esgotados os cinquenta minutos regulamentares, tinha s.s. chegado brilhantemente ao final do ponto, que ficou integralmente explicado.<sup>347</sup>

No mesmo dia e para fins de reiteração, em sua primeira página, *O Povo* estampa um artigo intitulado “Valor feminino”, e dedicado exclusivamente a exaltar os feitos “mentais” e “morais” de Edite Braga num concurso que, segundo o jornal, teria sido menos um “torneio pedagógico” e mais “uma justa de bravura pessoal”. Combate de valor pessoal e moral, sobretudo, porque, a despeito das hostilidades do duelo – travado com um intelectual, uma autoridade influente na área educacional, um homem público – que poderiam, por certo, desestabilizar seu “coração de mulher, sensível e delicado”, Edite teria se mantido inteira, impassível, uma autêntica “individualidade”:

Sua fisionomia não mudou.

Sua mão não tremeu.

Sua estatura não vacilou.

Sua voz não perdeu o timbre.

Seus olhos não derramaram lágrimas.

No entanto, tinha, á sua frente, um intelectual de merito, um orador insinuante e arrebatado, um estudioso infatigável, vulto, enfim, distinguido pelo cargo que ocupa, pelo conceito mental que sempre desfrutou e pela solidariedade ocasional que implícita e explicitamente lhe hipotecaram, para estimulá-lo na pugna, forças valiosas da vida cidadina, inclusive associações de classe e correntes aguerridas da opinião popular.

Tinha á sua frente esse antagonista para os seus meritos e aptidões e, para o seu coração de mulher, sensível e delicado, o ambiente ruidosamente hostil que lhe prepararam adversarios incansáveis e tenazes. Foi assim que ela se manteve de pé e resistiu, não somente á prova intelectual, mas, acima desta, á prova moral.<sup>348</sup>

No excerto acima, o fato de Edite ser mulher foi o “detalhe” decisivo para destacar sua atuação em relação à de seu oponente, Moreira de Sousa. Digna de aplausos, pois, na contramão de seu “sexo”, soube governar suas emoções, sujeitas a possíveis suscetibilidades, a fim de que sua racionalidade e seu intelecto pudessem se sobressair. Ao mesmo tempo em que o autor do artigo reafirmou o diferencial de Edite, uma exceção entre as mulheres, visto que pouquíssimas resistiriam como ela teria resistido, pretendia também estabelecer uma relação de identificação entre ela e as demais, alçando-a a uma posição de exemplo, como aquela que “honrou o seu sexo”.<sup>349</sup>

No entanto, o Concurso da Escola Normal não foi a primeira ocasião em que Edite Braga teria sido seriamente posta sob prova. Isso porque, o jornal *O Povo* denunciou,

<sup>347</sup> Concurso de Pedagogia da Escola Normal: Realizou-se hoje a ultima prova – O resultado brilhante do certame. **O Povo**, 27 de maio de 1933.

<sup>348</sup> Valor Feminino. **O Povo**, Fortaleza, 27 de maio de 1933.

<sup>349</sup> *Idem*.

passados três dias do pleito de 03 de maio, que dois candidatos do PSD, Edite Braga e Francisco Pires de Holanda<sup>350</sup>, teriam sido alvos de campanhas difamatórias em algumas cidades do interior do Estado, dentre elas Quixadá, Quixeramobim, Afonso Pena, Senador Pompeu, Iguatu, Lavras, Aurora, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Tais boatos teriam como propósito explícito prejudicar as suas candidaturas e, por extensão, os resultados do PSD nas urnas. A “campanha desleal” teria sido iniciada e reproduzida por partidários da Liga Eleitoral Católica, segundo publicação do *O Povo*. O teor dos rumores que tinham a professora da Escola Normal como alvo era o de que ela seria protestante, bem como partidária do divórcio. Quanto a Francisco de Holanda, foi acusado de ser adepto da Maçonaria. Representações que poderiam ter um peso absolutamente definidor para o eleitorado, e o eleitorado católico em particular.<sup>351</sup>

A polêmica em torno deste fato, que poderia assumir ares de fraude e escândalo caso se comprovasse que a LEC realmente teria espalhado, de má fé, notícias falsas com fins eleitorais, se arrastou em réplicas e tréplicas encharcadas de mútuas insinuações e ironias advindas dos dois lados, do *O Povo* e do *O Nordeste*. No entanto, para os fins desta discussão, a principal questão não é saber se a Junta Estadual da LEC de fato espalhou informações falsas sobre tais candidatos, ou seja, independente de tais boatos terem provindo ou não da direção da Liga Eleitoral Católica em Fortaleza, importa atentar, no caso de Edite Braga, a particularidade das acusações lançadas sobre ela e como, naquele contexto e temporalidade, poderiam ser capazes de mobilizar, de adquirir eficácia e adesão entre a população, podendo ser o motivo pelo qual uma mulher deixaria de merecer votos. Neste sentido, questiona-se o porquê acusações centradas na temática do divórcio foram lançadas justamente sobre uma candidata do sexo feminino e se tais acusações teriam tido a mesma repercussão e reprovação social caso tivessem um homem como alvo, no caso, Francisco Pires de Holanda. Mobilizadas contra Edite, poderiam soar como potencialmente mais perigosas e desagregadoras, na medida em que comprometeriam a sua reputação, desestabilizariam a equação que esperavam dela, como de todas as mulheres – representadas idealmente como defensoras do lar – uma postura de proteção incondicional à instituição familiar.

---

<sup>350</sup> Francisco Pires de Holanda foi apresentado ao eleitorado como sendo um comerciante residente em Fortaleza. Entre 1924 e 1930, ocupou a presidência da Junta Comercial do Estado do Ceará. Os demais candidatos da chapa, além de Francisco Pires de Holanda e Edite Braga são: Manoel do Nascimento Fernandes Távora, Major João da Silva Leal, Plínio Pompeu de Saboia Magalhães, Leão Sampaio, João Jorge de Pontes Vieira, Elisio Gomes de Figueiredo e João Augusto Bezerra. Cf: Partido Social Democrático: Ao Eleitorado Cearense, *O Povo*, Fortaleza, 24 de abril de 1933.

<sup>351</sup> Campanha desleal. *O Povo*, Fortaleza, 6 de maio de 1933.

Se a candidata do PSD estava sendo alvo de desqualificações e ataques públicos, fazia-se necessário, por oposição, qualificá-la positivamente, representar e reafirmar que Edite seria, em tudo, uma mulher irrepreensível:

Com efeito d. Edite Braga, além de educadora provecta, com largo tirocinio e grandes serviços á causa da Instrução no Ceará, é catolica e seus esponsais foram realizados com pompa religiosa, missa cantada por senhoras e senhorinhas catolicas.

Esposa exemplarissima, dedicada ao lar e ao seu estremecido consorte, representam os dois um dos casais mais felizes desta cidade, sendo, por isso mesmo e por suas convicções pessoais, dona Edite Braga absolutamente inimiga do divorcio.<sup>352</sup>

Dois dias depois, em 08 de maio, *O Nordeste* prontamente reproduziu uma extensa nota da Liga Eleitoral Católica, tentando desmentir a denúncia feita pelo jornal *O Povo*, sem especificar, no entanto, o conteúdo das acusações lançadas aos candidatos.<sup>353</sup> De fato, após as eleições, as trocas de farpas entre LEC e PSD cresceram significativamente ou pelo menos se tornaram mais escancaradas. No dia posterior ao pleito, *O Povo* veiculou pequenas notas sobre como se deram as eleições no interior do Estado. Entre informações que noticiavam uma larga vantagem do Partido Social Democrático, estavam muitas denúncias de irregularidades vindas de partidários da LEC, representantes da Igreja em sua maioria, que estariam se aproveitando da “ingenuidade” dos eleitores para angariar votos. Ingenuidade das eleitoras, melhor dizendo, na medida em que seriam as mulheres os principais alvos de suas investidas.

Assim, em Maranguape, o vigário local teria sido flagrado distribuindo chapas [eleitorais] às eleitoras em plena sessão eleitoral. Em Palmeira, o discurso “inflamado” de um seminarista condenando a todos aqueles que votassem no PSD estaria desorientando o eleitorado. Em Afonso Pena, outro pároco estaria saindo “de casa em casa amedrontando as senhoras”. Por fim, no município de Pacatuba, em pleno dia de eleições e aos olhos de quem quisesse ver, uma manifestação abertamente partidária teria causado reboliço pelas ruas da cidade: um padre, identificado como Godofredo Fernandes, teria liderado uma passeata, devidamente acompanhada por banda de música, que entoou hinos e vivas à LEC, a fim de recepcionar os eleitores que chegavam via trem dos distritos. Menciona ainda o anônimo informante que o prefeito municipal, presenciando o acontecido, aconselhou às mulheres que se mantivessem em silêncio, o que dá a entender que eram elas as que

<sup>352</sup> Campanha desleal. *O Povo*, Fortaleza, 6 de maio de 1933.

<sup>353</sup> Nota da Liga Eleitoral Católica. *O Nordeste*, Fortaleza, 8 de maio de 1933.

cantavam e gritavam dirigidas pelo referido religioso.<sup>354</sup>

Nas notas acima, a parcela feminina do eleitorado era representada como facilmente influenciável às pressões da LEC e aos seus pretextos espirituais. Tais construções, veiculadas repetidamente como fato relevante para um panorama geral das eleições, tanto reforçavam a ideia de que as mulheres, enquanto elementos novos, seriam mais inexperientes nas tramas políticas; quanto fortaleciam o antigo clichê de que elas seriam geralmente mais inclinadas à religiosidade, crença que, segundo Joan Scott (2002), guardava relações e poderia alimentar representações femininas de “fanatismo”, “superstição” e “irracionalidade”.<sup>355</sup>

Retornemos às tensões desencadeadas pela candidatura de Edite Braga. Mencionou-se anteriormente que mesmo sendo uma mulher, para todos os efeitos, “exemplar”, quer dizer, aparentemente coadunada com o que socialmente se esperava de seu sexo, sua escolha como uma das representantes do Partido Social Democrático não foi de todo recebida como a mais acertada. Para fins de indicação, outro nome é mencionado pelo jornal *A Rua*, um nome que injustamente teria caído no esquecimento, entendido como mais merecedor e, sobretudo, mais preparado para ocupar uma posição de representação no espaço público. Tal mulher seria Henriqueta Galeno, advogada formada, professora, feminista e diretora do Salão Juvenal Galeno. A seu favor, a experiência e desenvoltura que teria acumulado em anos anteriores, suas relações, redes e contatos estabelecidos, que fariam dela, com mais propriedade, uma “mulher pública”<sup>356</sup>:

Sem querermos empanar o brilho da ilustrada preceptora, que é sem favor, d. Edite Braga, achamos que á dra. Henriqueta Galeno assistia maior parcela de direito para a nossa representante na Constituinte, por si tratar não somente de uma professora e bacharela, como também pelo conhecimento que ela adquiriu na ribalta da política, tão radicada que se acha no trato das coisas publicas e sociais da terra. Ademais, quando ainda nem se falava em movimentos eleitorais, a dra. Henriqueta Galeno fasia reuniões políticas em sua residencia, dirigia circulares ás suas amigas, coordenava principios e pontos doutriniais, mantinha correspondencia com a *elite* feminina da Capital Federal, enfim, tudo envidava para que a mulher cearense saisse do seu marasmo enervante. E justamente no momento, em que seus esforços deviam ser aproveitados, o P.S.D., em cujo directorio ha pessoas que estão ao par do trabalho da dedicada conterranea deixa-á á margem, procurando em seara extranha a esses movimentos outro elemento de valor tambem, mas sem o desvelo e o gosto para a retorta da politica.<sup>357</sup>

<sup>354</sup> As eleições de hontem no interior do Estado. **O Povo**, Fortaleza, 4 de maio de 1933.

<sup>355</sup> SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002, p. 173-174.

<sup>356</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Fundação Editora da UNESP, 1998.

<sup>357</sup> Fatos e Comentarios. O P.S.D. e a representante feminista. **A Rua**, Fortaleza, 25 de abril de 1933, p. 3.

Pretendia o autor demarcar que o que pesava contra Edite não era nenhuma característica pessoalmente censurável, e fez isto distribuindo significativos elogios à sua pessoa, “sob todos os pontos digna e acatada”, “espírito dos mais lucidos da geração feminina que pontifica no apostolado educacional de nossa terra”.<sup>358</sup> A questão que pesaria, nesse caso, seria a aptidão de Edite Braga, que por toda a sua vida exerceu “dedicada” e integralmente o ofício de professora, em movimentar-se num campo até então estranho para ela, um campo que poderia ser, por vezes, enfadonho e escorregadio principalmente para os principiantes. Convém ressaltar também as distintas formas de tratamento mobilizadas pelo jornal para se referir à Henriqueta e Edite: doutora e dona, respectivamente; enquanto “doutora” poderia sinalizar uma proximidade maior com o universo público, “dona” estaria mais intimamente ligada ao espaço privado. E mais: favoreceria Henriqueta Galeno o fato de ter ela se empenhado na conquista de direitos e lutado para modificar a situação sócio-política das mulheres de seu Estado e do Brasil, tendo viajado, inclusive, ao Rio de Janeiro como representante e “embaixadora” das mulheres do Ceará, dando provas irrefutáveis de sua “capacidade moral e intelectual”.<sup>359</sup> O debate estabelecido não se inscrevia mais no terreno da legitimidade do voto feminino e da representação feminina, ou pelo menos não tão somente neste terreno; também a questão não recaía mais sobre se as mulheres poderiam votar e se candidatar, mas quem, dentre elas, poderiam ser candidatas, adentrando mais ativamente na publicidade da política, muito sintomaticamente acompanhada do termo “ribalta”, luzes do palco que tem como função principal a de expor, despir, tornar públicas as identidades dos atores que nele se encontram.

No que concerne aos possíveis distanciamentos entre as ideias de Henriqueta Galeno e a plataforma política do PSD, que poderia apontar uma incompatibilidade de princípios e posicionamentos, relembra-se que a feminista Henriqueta, em cuja casa estava acontecendo reuniões preparatórias para a fundação de um centro feminista no Estado, o já citado Centro Feminista Cearense, era abertamente favorável ao divórcio, conforme afirmou em entrevista concedida em 1931 ao *Diário da Manhã*, de Recife;<sup>360</sup> ao passo que, Pontes Vieira, representante do PSD do Ceará, em evento nacional realizado também em Recife, votou que o divórcio fosse proibido na Constituição, sob a alegação de ser um tema indiscutível, não aberto para debates, na medida em que o povo brasileiro teria consciência

---

<sup>358</sup> *Idem.*

<sup>359</sup> Fatos e Comentários. O P.S.D. e a representante feminista. **A Rua**, Fortaleza, 25 de abril de 1933, p. 3.

<sup>360</sup> De passagem pelo Recife, a delegada cearense ao Congresso Internacional Feminista, dra. Henriqueta Galeno, concede ao “Diário da Manhã” uma interessante entrevista. *In: GALENO, Henriqueta. Henriqueta Galeno no Congresso Feminino, op. cit., 1932, p. 67.*

formada sobre o assunto.<sup>361</sup>

Quanto a Edite Braga, cuja candidatura se esboçou como o principal diferencial em relação às formas de mobilização do voto feminino empreendidas pela LEC, resta-nos retornar ao ponto nodal que operacionalizou algumas possibilidades de análise em relação a ela a partir de suas posições localizadas. Edite foi apresentada e representada ao eleitorado do Ceará, e ao eleitorado feminino de modo particular que, teoricamente, deveria enxergar em sua candidatura uma autêntica representação de seu sexo, não somente como uma professora que exercia seu ofício com empenho e maestria, mas como um exemplo de esposa dedicada e sua família, como um modelo de felicidade conjugal, qualificativos que poderiam ser mobilizados, como de fato foram, no momento de apontar uma mulher como uma candidata irrepreensível. Essas construções apontavam que sua candidatura não acontecia de forma alheia a seus demais papéis; acontecia em harmonia e mesmo apoiando-se neles. Colocando-se Edite Braga e Henriqueta Galeno lado a lado, e sabendo-se como as identidades foram importantes componentes de mobilização nestas eleições de 1933, pode-se concluir que a identidade “mulher” poderia mobilizar muito mais do que a identidade “mulher feminista”. Esta última, mais do que identificações, poderia nutrir oposições e reprovações.

---

<sup>361</sup> A Convenção revolucionária do Recife: fala a O Povo o representante do Partido Social Democrático. **O Povo**, Fortaleza, 17 de abril de 1933.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esforços de compreensão são eminentemente históricos, pois partem da consciência dos sujeitos acerca de sua própria historicidade. Ao longo dessas linhas, atravessadas pela pretensão de compreender o processo de constituição de feminismos de Primeira Onda no Ceará nas três primeiras décadas do século XX, era essa a ideia que constantemente retornava, como que para lembrar a uma historiadora, também em processo, de uma das principais condições de seu ofício.

O momento dessas considerações escritas é importante, na medida em que se dispõe de uma visão minimamente ampliada de um percurso que foi trilhado no caminhar, aberto a elaborações e reelaborações. E, como os desfechos por vezes oferecem alguma inteligibilidade, pode-se esboçar algumas constatações.

De início, na esteira dos debates fermentados pela reivindicação do voto – sua relevância ou irrelevância, defesas ou oposições – percebeu-se como o “feminismo” foi alvo de intensas disputas ao longo daquela temporalidade, na medida em que foi interpretado, representado, definido e mobilizado de múltiplas formas pelos sujeitos: tomado como sinônimo de “feminino”, ligado diretamente à luta pelo voto feminino, qualificado positivamente, desqualificado como a expressão máxima do perigo de uma sociedade desordenada, renomeado por seus críticos como uma forma de melhor se adequar aos seus “reais” objetivos. Feminismo, então, foi tornado “homismo”, “masculinismo”, termos que na visão dos críticos homens cumpriam a função de nomear “adequadamente” mulheres que pretendiam, no fim das contas, invejá-los. Verificou-se que essas constantes tentativas de definições e redefinições em torno dos sentidos de “feminismo” sinalizavam que o conceito estava em aberto, em disputa, em construção, sendo elaborado e reelaborado no interior de relações sociais também em crise.

Percebeu-se como reivindicações feministas ou mesmo movimentações femininas que, inconsciente ou deliberadamente, ameaçavam as fronteiras do gênero, por operarem mudanças nos padrões de feminilidade, também tensionavam as masculinidades, alimentando o medo de um futuro incerto, “incoerente”, tão “absurdo” quanto “risível”, combatido e desqualificado na imprensa pela pena crítica de críticos homens. Essas desqualificações construía e alimentavam representações negativas sobre as feministas, ou mesmo sobre mulheres que não se afirmavam feministas, mas que poderiam ser

entendidas enquanto tais. Localizar-se no interior desta demarcação (ser feminista), significaria assumir as consequências de ser marcada negativamente.

Entretanto, algumas o fizeram, traçando limites e demarcações sobre suas práticas feministas. Positivando-as, retirando-as do terreno do “perigo” e da “subversão” desenhado pelos críticos e críticas e realocando-as nos terrenos de um feminismo “moderado”, “equilibrado”, “necessário”. Tais divisões, mais do que sinalizadoras de contradições, expressam que as disputas que tinham o feminismo como alvo se constituíam em disputas de identidades e entre identidades, disputas internas que estabeleciam, numa estreita relação entre o “identificar-se” e o “diferenciar-se”, entre aversões e/ou identificações, novos limites, fronteiras e conflitos.

Por meio de Alba Valdez, Henriqueta Galeno, Rachel de Queiroz, Suzana de Alencar Guimarães, Adília de Albuquerque Moraes, Edite Braga, mulheres identificadas ou não com os feminismos, pôde-se visualizar estes conflitos tomando forma no cotidiano da vida. Por meio de seus posicionamentos, oposições, escolhas, de seus corpos marcados pelo gênero, foi possível entrever como era paradoxal a experiência concreta de ser “mulher” ou mesmo de se assumir “mulher feminista” nas primeiras décadas do século. Percebeu-se, ainda, que embora existissem relações, contatos, afinidades com elaborações feministas de outros estados, via Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e sua luta pelo voto, via Maria Lacerda de Moura e sua “outra face do feminismo”, outras pautas ganhavam vigor no Ceará em paralelo com o voto, e eram discutidas por elas enquanto questões feministas. Feminismos. Ensaçados, muitas vezes, nos limites das possibilidades, nas fronteiras dos paradoxos.

Tendo acompanhado as disputas pelo e sobre o voto feminino antes de sua aprovação, discussões em que foram mobilizados diferentes argumentos de inferioridade e exclusão para justificar as razões pelas quais as mulheres não poderiam exercer direitos políticos, ancoradas muitas vezes num caráter “sujo” da política e “impoluto” das mulheres, concluiu-se que tais disputas não encontraram um fim após 1932, mas se processaram em outros termos. Diante do voto feminino, revestido de existência legal, ainda que em caráter facultativo, tornou-se necessário e, sobretudo, decisivo diante do potencial contingente de mulheres aptas para as urnas, atraí-lo, conquistá-lo, mobilizá-lo. As estratégias utilizadas pela LEC e PSD por vezes convergiram, ao relacionar o voto feminino com uma “diferença” das mulheres, ancorada em sua moralidade “específica” ou em seus papéis sociais, mas também tomaram caminhos diferentes e decisivos para o desenrolar das disputas políticas que se seguiram. A Liga Eleitoral Católica concebeu as mulheres como

corpos com capacidade para eleger, mas inaptos para ser eleitos, já o Partido Social Democrático mobilizou fortemente componentes identitários em sua campanha ao lançar a candidatura de Edite Braga, no Ceará, a única mulher candidata naquelas eleições. Mulher apresentada e representada como socialmente irrepreensível. Para todos os efeitos, apenas mulher, não feminista.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920 – 1940), São Paulo: entremeios, 2013.
- ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)**. 2008. 261f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria**: educadoras na terra da luz. O ensino primário no Ceará na década de 1920. 2009. 225 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2009.
- ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. Edith Braga: uma história de vida dedicada à educação cearense. *In*: XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Ficção e poder: oralidade, imagem e escrita, 2017, Fortaleza. **Anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral**. Fortaleza: UFC, 2017.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Izabelle Lúcia de Oliveira. **Saindo da gaiola dourada**: desquite, divórcio e relações de gênero no Recife de 1917 a 1937. 2016. 161 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
- BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. *In*: **História da Virilidade**: a virilidade em crise? Séculos XX e XXI, Petrópolis: Vozes, 2013.
- BESTER, Gisela Maria. **Direitos políticos das mulheres brasileiras** – aspectos históricos da luta sufrágica e algumas conquistas políticas posteriores. 1996. 183 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Humanas – Especialidade Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. *In*: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Revista InSURgência**, Brasília, ano 1, jan./jun, 2015.
- BÓIA, Wilson. **Ao redor de Juvenal Galeno**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1986.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. **A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931)**. *In*: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia – MG.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes. (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CARVALHO, Vladimir Souza. Introdução a Martinho Garcez (Em defesa do divórcio). **Revista de informação legislativa**, v. 12, n. 48, p. 219-246, out./dez. 1975.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Memórias e identidades masculinas: a construção de masculinidades e Teresina nas primeiras décadas do século XX**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, UFSC, Florianópolis/SC.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21 (1): 241-282, janeiro-abril/2013.

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. In: **Revista de Estudos de Cultura**, n. 01, janeiro/abril de 2015.

CUNHA, Cecília Maria. **Além do amor e das flores: Primeiras escritoras cearenses**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE SÁ, Évila Cristina Vasconcelos. **Educadora Henriqueta Galeno: biografia de uma literata e feminista (1887-1964)**. 2018. 108 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976 – 1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

FEMENÍAS, María Luisa. **Epistemología feminista: la falacia del conocimiento objetivo**, S/ info. p. 1-21.

\_\_\_\_\_. Esbozo de um feminismo latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 15 (1): 280, janeiro-abril/2007.

FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras – imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos Ael, Mulher, História e Feminismo, Campinas**, SP: AEL, 1995, n. 3 e 4.

FILHO, Antônio Luiz Macêdo e Silva. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: **Comportamento**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. A mulher no Instituto do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará** – 2001.

GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935). *In*: FAUSTO, Boris (coord.) **História geral da civilização brasileira**: tomo 3: o Brasil republicano: volume 3: sociedade e política (1930 – 1964). 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GROPPI, Angela. As raízes de um problema. *In*: BONACCHI, Gabriela. GROPPPI, Angela. (Orgs.) **O Dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GUERELLUS, Natália de Santanna. **Como um Castelo de Cartas**: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910-1964). 2015. 388 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2015.

\_\_\_\_\_. **Rachel de Queiroz: Regra e Exceção (1910-1945)**. 2011. 174 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

GUTIÉRREZ, Angela. Em sonho: a escrita terna da libertária Alba Valdez. *In*: **Em sonho... (fantasias)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850 – 1940). Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n.1, Florianópolis, 2009.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **O ethos Rachel**. Disponível em: <<https://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/o-etos-rachel/>> Acesso em: 10 out. 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. *In*: **Coisas do Gênero: revista de estudos feministas em teologia e religião**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 90-104, jan. – jul. 2016.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEAL, Angela Barros. **A História do Ceará passa por esta rua**. Fortaleza: Multigraf Editora/Fundação Demócrito Rocha, 1993.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LEON, Adriana Duarte; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A tradição e a modernidade**: a Igreja católica e a articulação de um novo espaço para as mulheres 1930/1935. *In*: 37ª Reunião Nacional da ANPED, 2015, Florianópolis. **Anais...**

Florianópolis: UFSC, 2015.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. **O enfermo e o mártir: imprensa, história e memória a partir das trajetórias dos jornalistas Vicente Loyola e Deolindo Barreto Lima – Sobral, 1907-1924**. In: XII Semana de História da FECLESC, 2016, Quixadá (CE).

LIMA, Janilson Rodrigues. A Liga Eleitoral Católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido católico? In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília: UNB, 2017.

LIMA, Janilson Rodrigues. “O caso da interventoria cearense”: LEC e PSD e a substituição de Carneiro de Mendonça (1934). In: III Encontro internacional de jovens investigadores (Edição Brasil), Fortaleza, 2017. **Anais JOIN**, v. 1, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres**. – Ed. da Universidade, UFRGS, 1987.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Séries perfis parlamentares).

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MAIA, Michelle Ferreira. **“Milagreiros”**: um estudo sobre três santos populares no Ceará (1929-1978). Dourados, MS: UFGD, 2015.

MIRANDA, Jussara Valéria de. **“Recuso-me”!**: Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O trono e o altar: as vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará, 1817-1978**. Fortaleza, BNB, 1992.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense** – edição fac-similar/Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio/agosto 2008.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTOS, Margarita. Concepción Gimeno de Flaquer: feminista poliédrica. *In: Filanderas. Revista Interdisciplinar de Estudos Feministas* (1), 7-26, (2016).

PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Marcia. (orgs.) **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. **Revista Estudos Feministas**, 2002, vol. 10, n. 1, p. 11-37.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922**. 2003. 182 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. As comunistas e o feminismo. **Perseu**, nº 9, Ano 7, 2013.

ROHDEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 133-152, jun. 2008.

SCOTT, Joan Walach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul. /dez. 1990.

SILVA, Marcos José Diniz. Questão social é “problema moral”: militância moderno-espiritualista e trabalhadores no Ceará nas primeiras décadas do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, 2005, vol. 13, n. 3, pp. 591-612.

\_\_\_\_\_. Sutileza, Ironia e Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *In: Labrys*: estudos feministas, n. 04, agosto/dezembro de 2003.

VAZQUEZ, Maria Laura Osta. **Na fronteira do voto**: discursos sobre cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e no Uruguai durante a primeira metade do século XIX. 2014. 234 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. As mulheres na cidade e a cidade pelas mulheres. *In*: **Fortaleza sob outros olhares**: Gênero. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

\_\_\_\_\_. **As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930**. 2009. 218 f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2009.

\_\_\_\_\_. Masculinidades: ampliando o debate. **Revista Fórum Identidades** – Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 23, p. 87-108, jan.- abr. de 2017.

WALBY, Silvia. Cidadania e transformações de gênero. *In*: GODINHO, Tatau. SILVEIRA, Maria Lúcia da. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, ano 9, p. 460-482, 2/2001.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9, Brasília, setembro-dezembro de 2012, p. 169-203.

## FONTES

### Periódicos

A Cidade – ago./set./1900, fev./ago./set./1904  
 A Cruz – out./nov./1932  
 A Esquerda (RJ) – jun./1931  
 A Esquerda (CE) – maio/ago./1928  
 A Lucta – jul./1923  
 A Ordem – nov./1928  
 A Razão – mar./1928, jan./maio/ago./1931  
 A República – jun./1900  
 A Rua – fev./abr./1933  
 A Scena Muda – mar./1931, ed. nº 575/1932  
 Correio da Manhã – ed. 11525/1932  
 Diário Carioca – jun./1931  
 Il Bersaglière – maio/1904  
 O Ceará – jan./fev./abr./ago./out./1928  
 O Jornal do Ceará – jun./jul./1904, ago./set./nov./1907, maio/1908  
 O Nordeste – jun./dez./1922, jul./1923, fev./1925, jan./fev./mar./1928, jul./1931, jan./1932, jan./fev./mar./abr./1933  
 O Paiz – jul./1900  
 O Povo – jul./ago./1931, jul./1932, jan./fev./mar./abr./maio/1933

### Livros

GALENO, Henriqueta. **Henriquêta Galeno no Congresso Feminino, na Academia Carioca de Letras, no Centro Cearense**. Est. Grafico Urania, Fortaleza, 1932.

VALDEZ, Alba. **Em sonho... (Fantasias)**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2017.

### Revistas

Revista da Academia Cearense de Letras (1902)

### Falas públicas

VALDEZ, Alba. O Quinquagenario do Instituto: sessão do dia 2 de maio. **Revista do Instituto do Ceará**, 1937.

GALENO, Henriqueta. Tese apresentada e defendida por Henriqueta Galeno no II Congresso Internacional Feminista, Rio de Janeiro, 1931. In: GALENO, Henriqueta. **Henriquêta Galeno no Congresso Feminino, na Academia Carioca de Letras, no Centro Cearense**. Est. Grafico Urania, Fortaleza, 1932.

## Fontes Governamentais

BRASIL. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (1916)**: Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm)> Acesso em: 5 mar. 2019.

**Recenseamento do Brazil**, realizado em 1 de setembro de 1920. Volume IV (4ª parte), Rio de Janeiro, Typ. Da Estatística, 1929.

CABRAL, João C. da Rocha. **Código Eleitoral de 1932**. Edição fac-similar. Secretaria de Documentação e Informação, Brasília, 2004.

**Primeiras eleições e acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**. Fortaleza, TRE-CE, 2007.

## Outros

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**, edição de 1913.